



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**RAFAELA SIMIAS ARAGÃO**

**OS NOMES E A NOMEAÇÃO DE ESPAÇOS ACADÊMICOS:  
MEMÓRIA E IDEOLOGIA NA TOPONÍMIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
2025**

RAFAELA SIMIAS ARAGÃO

**OS NOMES E A NOMEAÇÃO DE ESPAÇOS ACADÊMICOS:  
MEMÓRIA E IDEOLOGIA NA TOPONÍMIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2025

**RAFAELA SIMIAS ARAGÃO**

**OS NOMES E A NOMEAÇÃO DE ESPAÇOS ACADÊMICOS:  
MEMÓRIA E IDEOLOGIA NA TOPONÍMIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras.

Texto aprovado em 21/02/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos  
Universidade Federal de Sergipe  
Presidente (Orientador)

---

Prof. Dr. Sandro Márcio Drumond Marengo  
Universidade Federal de Sergipe  
1º Examinador (Interno)

---

Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa  
Universidade Federal de Alagoas  
2º Examinador (Externo)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A659o Aragão, Rafaela Simias  
Os nomes e a nomeação de espaços acadêmicos :  
memória e ideologia na toponímia da Universidade Federal de  
Alagoas / Rafaela Simias Aragão ; orientador Cezar Alexandre  
Neri Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.  
113 f. ; il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2025

1. Linguística. 2. Toponímia. 3. Crítica. 4. Ideologia. 5.  
Memoriais. 6. Espaços públicos. I, Universidade Federal de  
Alagoas. II. Santos, Cezar Alexandre Neri , orient. III. Título.

CDU 81'373.21(813.5)

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a nomeação de espaços públicos acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sob a perspectiva da Toponímia Crítica ao investigar os nomes de lugares e os processos de nomeação como reflexo da memória institucional, identidade acadêmica e relações de poder. Busca-se responder à seguinte pergunta: Como os processos de nomeação (ou a ausência deles) nos espaços acadêmicos da UFAL refletem ideologias e práticas institucionais, e de que forma contribuem para a construção da memória e identidade da comunidade acadêmica? Os objetivos deste estudo são catalogar e descrever os nomes dos espaços acadêmicos da UFAL como um *locus* autônomo e *sui generis*; Analisar, sob a perspectiva da Toponímia Crítica, como a nomeação dos espaços acadêmicos da UFAL reflete elementos de ideologia, memória e de identidade da comunidade acadêmica, evidenciando processos de valorização e silenciamento de determinadas narrativas e Investigar as implicações sociais e políticas e institucionais dos processos de nomeação e a ausência de nomes em espaços acadêmicos. Considerando o papel de atos denominativos como instrumentos de representação institucional, ideológica e construção de identidade coletiva, tomou-se como fundamentação teórica estudos de Onomástica e de Geografia Humana e Cultural que colaboram para a compreensão do fenômeno aqui estudado, como ideologia, memória e identidade, como Alderman (2002), Berg e Vuolteenaho (2009) e Lima e Carvalhinhos (2023). A metodologia adota uma abordagem quali-quantitativa, combinando pesquisa documental, bibliográfica e observação *in loco* em todos os *campi* da UFAL – A. C. Simões, Arapiraca, CECA Delza Gitai e Sertão. Os dados foram coletados, codificados, tratados em categorias analíticas para compreender padrões e tendências na nomeação dos espaços acadêmicos públicos. Os resultados indicam que o principal e mais antigo campus, A. C. Simões, preserva uma memória institucional consolidada, muitas vezes pela homenagem a uma elite alagoana do século XX. Já os *campi* e unidades mais recentes, fundados neste século a partir do programa Reuni, apresentam significativa padronização de nomeação, por meio de siglas de fácil memorização. Em contrapartida, o Campus do Sertão evidencia certa identidade local, ao expressar, em sua toponímia, elementos de pertencimento ao ambiente sertanejo. O estudo, inédito em relação ao tratamento de nomes de ambientes acadêmicos públicos, contribui para os debates sobre identidade universitária, memória institucional e políticas de nomeação ao revelar como esses processos refletem relações de poder e pertencimento na universidade pública brasileira.

**Palavras-chave:** Toponímia Crítica. Memória institucional. Ideologia. Espaços públicos acadêmicos. Universidade Federal de Alagoas.

## ABSTRACT

This research analyzes the naming process of academic public spaces at the Federal University of Alagoas (UFAL) from the perspective of Critical Toponymy, investigating place names and naming processes as a reflection of institutional memory, academic identity, and power relations. We seek to answer the following question: How do appointment processes (or their absence) in the academic spaces of UFAL reflect institutional ideologies and practices, and how do they contribute to the construction of memory and identity of the academic community? The objectives of this study are to catalog and describe the names of the academic spaces of UFAL as an autonomous and sui generis locus; Analyze, from the perspective of Critical Toponymy, how the naming of the academic spaces of UFAL reflects elements of ideology, memory and identity of the academic community, evidencing processes of valuation and silencing of some narratives and Investigate the social and political and institutional implications of the appointment processes and the absence of names in academic spaces. Considering the role of denominational acts as instruments of institutional, ideological representation and construction of collective identity, took as theoretical foundation studies of Onomastics and Human and Cultural Geography that collaborate to the understanding of the phenomenon studied here, such as ideology, memory, and identity, as Alderman (2002), Berg e Vuolteenaho (2009) and Lima e Carvalhinhos (2023). The methodology adopts a qualitative-quantitative approach, combining documentary research, bibliographic, and on-site observation in all UFAL campuses - A. C. Simões, Arapiraca, CECA Delza Gitaí e Sertão. The data were collected, coded, and treated in analytical categories to understand patterns and trends in naming public academic spaces. The results indicate that the principal and oldest campus, A. C. Simões, preserves a consolidated institutional memory, often by paying homage to a twentieth-century Alagoas elite. The most recent campuses and units, founded in this century from the Reuni program, present significant naming standardization through memorable acronyms. On the other hand, the Campus of Sertão shows a specific local identity by expressing, in its toponymy, elements of belonging to the rural environment. The study, unprecedented in relation to the treatment of names of public academic environments, contributes to the debates on university identity, institutional memory and appointment policies by revealing how these processes reflect power and belonging relations in the Brazilian public university.

**Keywords:** Critical Toponymy. Institutional memory. Ideology. Academic public spaces. Universidade Federal de Alagoas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para seguir em frente e superar todos os desafios ao longo desta jornada. Sem Ele, nada seria possível.

À minha filha, Ágatha, pelo apoio incondicional e por ser minha fonte constante de motivação e inspiração. Seu amor e compreensão, especialmente durante os momentos mais difíceis, foram fundamentais para que eu pudesse continuar buscando o conhecimento.

Agradeço também à minha mãe, Elizabeth Aragão, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo amor, apoio e encorajamento, sendo minha base e minha maior referência. Sua dedicação e paciência durante este período de estudos foram essenciais para o meu sucesso.

Às minhas irmãs, aos meus primos e demais familiares, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, proporcionando o suporte emocional necessário para que eu pudesse focar nos meus estudos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos, expresse minha profunda gratidão pela orientação dedicada, paciência e conselhos valiosos. Seu apoio foi imprescindível para o desenvolvimento desta dissertação e para a minha evolução acadêmica.

Agradeço à banca examinadora, ao Prof. Dr. Sandro Márcio Drumond Marengo e Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa, pelo aceite e pela disposição em avaliar o meu trabalho. A contribuição de todos é de grande importância para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), expresse meu sincero agradecimento, especialmente aos docentes cujas disciplinas tive a honra de cursar: Prof. Dr. Fabrício Paiva, Prof. Dr. Eliabe Procópio, Prof. Dr. Ricardo Abreu e Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roana Rodrigues.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço por sempre me incentivarem, mesmo quando pensei em desistir, e por estarem ao meu lado, oferecendo apoio e compreensão.

Aos colegas da pós-graduação, agradeço pela parceria, pela troca de experiências e pelo companheirismo. Um agradecimento especial ao Manoel Siqueira, pelas revisões do texto e pelos lembretes importantes sobre os prazos das atividades institucionais.

Aos meus colegas Robson e Jovane, agradeço a amizade e por compartilharmos juntos as alegrias e angústias dessa caminhada acadêmica. O apoio de vocês foi fundamental para que eu me sentisse acompanhado e fortalecido ao longo de toda a trajetória.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com apoio emocional, intelectual ou prático.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A. C. SIMÕES – Aristóteles Calazans Simões

CNE – Conselho Nacional de Educação

CCEU – Centro de Cultura e Extensão Universitária

CECA – Campus de Engenharia e Ciências Agrárias

CEDU – Centro de Educação

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSUNI – Conselho universitário

CTEC – Centro de Tecnologia

CURA – Conselho de curadores

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EENF – Escola de Enfermagem

FALE – Faculdade de Letras

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FAMED – Faculdade de Medicina

FANUT – Faculdade de Nutrição

FDA – Faculdade de Direito

FEAC – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

FOUFAL – Faculdade de Odontologia

FSSO – Faculdade de Serviço Social

HU – Hospital universitário

IC – Instituto de Computação

ICAT – Instituto de Ciências Atmosféricas

ICBS – Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde

ICF – Instituto de Ciências Farmacêuticas

ICHCA – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

ICS – Instituto de Ciências Sociais

IEFE – Instituto de Educação Física e Esporte

IF – Instituto de Física

IGDEMA – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

IM – Instituto de Matemática

IP – Instituto de Psicologia

IQB – Instituto de Química e Biotecnologia

PDI – Plano de desenvolvimento institucional

PDU – Plano de desenvolvimento da unidade

PET – Programa de educação tutorial

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

SIBI – Sistema de Bibliotecas

UA – Unidade Acadêmica

UDA – Unidade Docente Assistencial

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasão da Universidade Federal de Alagoas.....	44
Figura 2: Mapa dos <i>campi</i> da Universidade Federal de Alagoas - UFAL .....	46
Figura 3: Guarita de entrada do <i>campus</i> A. C. Simões.....	50
Figura 4: Entrada da Biblioteca central .....	51
Figura 5: Entrada da UFAL <i>campus</i> Arapiraca .....	53
Figura 6: Fachada da UFAL <i>campus</i> Arapiraca – Unidade Palmeira dos Índios.....	54
Figura 7: Albergue Turismo – Multi laboratório UFAL .....	55
Figura 8: Guarita de Entrada da UFAL <i>campus</i> Sertão.....	57
Figura 9: Interior do <i>campus</i> Sertão (Vista do 1º andar).....	57
Figura 10: Mapa do <i>campus</i> de Engenharia e Ciências Agrárias (CECA) Delza Gitai .....	59
Figura 11: Distribuição Percentual das Categorias Analíticas de Nomeação .....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória no campus AC .....	79
Quadro 2: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória no campus Arapiraca e suas unidades.....	82
Quadro 3: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória do campus do Sertão .....	83
Quadro 4: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória do campus CECA Delza Gitaí .....	84
Quadro 5: Ocorrências de nomeações a partir de atividades acadêmicas .....	91

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Distribuição e Quantificação do Corpus por Categorias de Nomeação .....	72
Tabela 2: Subcategorias das ocorrências de classificação alfanumérica.....	76

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A TOPONÍMIA CRÍTICA COMO INOVAÇÃO NOS ESTUDOS DE NOMES DE LUGARES.....	19
2.1 TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A TOPONÍMIA CRÍTICA.....	20
2.2 ESPAÇOS ACADÊMICOS COMO LOCI DE NOMEAÇÃO.....	26
2.2.1 Universidade pública brasileira: um futuro locus de comodificação? .....	29
3 IDEOLOGIA, MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DOS ATOS DE NOMEAR LUGARES .....	33
3.1 TOPONÍMIA E IDEOLOGIA.....	33
3.2 CULTURA E IDENTIDADE.....	35
3.3 MEMÓRIA .....	38
4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA .....	41
4.1 ESPAÇOS PÚBLICOS ACADÊMICOS .....	41
4.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS COMO <i>LOCUS</i> SOCIAL ...	43
4.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: OS <i>CAMPI</i> DA UFAL.....	48
4.3.1 <i>Campus</i> A. C. Simões.....	49
4.3.2 <i>Campus</i> Arapiraca .....	51
4.3.3 Expansão das unidades Palmeira dos Índios e Penedo.....	53
4.3.4 <i>Campus</i> Sertão e REUNI (Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema).....	56
4.3.5 CECA ( <i>Campus</i> de Engenharias e Ciências Agrárias) Delza Gitai .....	58
4.4 METODOLOGIA .....	60
4.4.1 Coleta de dados .....	61
4.4.2 Pesquisa bibliográfica.....	61
4.4.3 Pesquisa documental .....	62
4.4.4 Observação <i>in loco</i> .....	63
4.5 CODIFICAÇÃO DOS DADOS.....	67

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	70
5.1 PANORAMA DA ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS: DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NOMEAÇÕES .....	70
5.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS DE NOMEAÇÃO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DA UFAL: UMA LEITURA CRÍTICA TOPONÍMICA .....	74
5.2.1 Ausência de Nomeação .....	75
5.2.2 A categorização alfanumérica das nomeações e sua padronização institucional .....	76
5.2.3 Nomeação de espaços através de siglagem .....	78
5.2.4 Nomeações para homenagem e memória.....	79
5.2.5 Nomeações de espaços através da nomeação específica de atividades acadêmicas .....	90
5.2.6 Parcerias e influências externas.....	93
5.2.7 Nomeações que ressaltam/evidenciam a identidade acadêmica.....	94
5.2.8 Nomeações que demonstram representatividade territorial e regional.....	96
5.2.9 Promoção a justiça social .....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
REFERÊNCIAS .....	104
APÊNDICE .....	112
APÊNDICE A.....	112

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos dos nomes próprios, especialmente via postulado da Onomástica, desempenham papel importante na reflexão sobre a descrição de suas origens, significados, mudanças históricas e usos na interface espaço, língua(gem) e sociedade. Esses signos linguísticos não se restringem a nomes de lugares e de pessoas, mas também de lojas, de produtos, de domínios de rede na *web*, dentre outros. Essa abrangência revela como os nomes próprios desempenham funções múltiplas e complexas, indo além da identificação e se posicionando como ferramentas de comunicação, *branding* e construção simbólica. Esses usos contemporâneos reforçam o papel central dos nomes próprios na criação de significado, alinhando-os às necessidades de diferentes contextos.

A Toponímia – do grego *topos*, lugar, e *onoma*, nome – constitui a área da Lexicologia que reflete quando um signo linguístico exerce função locativa. Nesse contexto, os nomes carregam significados culturais, históricos e sociais que refletem dinâmicas de poder, de identidade e de memória de um grupo ou região.

Este estudo visa contribuir para a pesquisa acadêmica, em nível de pós-graduação, com um estudo toponímico acerca de práticas denominativas de espaços públicos acadêmicos no Brasil, bem como contribuir para uma compreensão das dinâmicas de poder e das representações presentes na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que tem atendido à comunidade local e circunvizinha há mais de 60 anos, acumulando uma história de memórias, vivências e uma pluralidade que se reflete em diversos aspectos da vida acadêmica e social.

Dick (1998, p. 98) argumenta, “A língua como fato social põe em destaque ações, atividades, valores e referências do cotidiano do grupo”, nesse contexto, compreende-se que, conforme a sociedade muda e se exigem novas necessidades de interação, novas perspectivas para a pesquisa dos nomes de lugares são necessárias. Nas últimas três décadas, uma abordagem de caráter político, notadamente vinculada às Ciências Sociais e Políticas, trouxe para os estudos dos nomes de lugares uma virada crítica. Com isso, amplia-se a compreensão tradicional dos nomes de lugares ao considerar as perspectivas sociais, políticas e culturais e as relações de poder e tensões sociais envolvidas nos nomes e nos processos de nomeação. Essa abordagem crítica da Toponímia, ainda emergente no Brasil, pode ser bem compreendida a partir de estudos como os de Alderman (2002), Berg e Vuolteenaho (2009), Carvalhinhos (2023), Lima e Carvalhinhos (2022), de Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010).

Nesse bojo, este trabalho, intitulado “Os nomes e a nomeação de espaços acadêmicos: memória e ideologia na toponímia da Universidade Federal de Alagoas” e fundamentado na

Toponímia Crítica, vale-se, para constituição do *corpus*, da seleção de nomes dispostos nos espaços acadêmicos dos quatro *campi* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a saber: *campus* A.C. Simões, *campus* Arapiraca, CECA Delza Gitai e *campus* Sertão, e suas respectivas unidades educacionais.

O objetivo geral desta dissertação é analisar os nomes dos espaços acadêmicos da UFAL, tomando-os como elementos de memória e de ideologia. Ao abordar essas questões, o estudo oferece uma visão crítica por meio de um tipo de nomenclatura pouquíssima descrita. Por meio desta abordagem, entende-se os nomes dos espaços acadêmicos não apenas como identificadores de locais físicos, mas especialmente signos que perpetuam narrativas institucionais e ideológicas e elementos de representação sociopolítica, contribuindo para a construção e afirmação da identidade acadêmica pública não apenas alagoana, mas brasileira. Estabeleceu-se como objetivo específico identificar padrões e tendências de forma e de conteúdo (in)existentes relacionados à prática de nomeação, como orientações político-ideológicas e aspectos psicossociais relativos à comunidade acadêmica em Alagoas, de modo a assinalar elementos como tensões e práticas sociopolíticas relacionadas à identidade e memória institucional. Em um contexto de crescente pluralidade e complexidade institucional, entender os critérios e motivações por trás da nomeação desses espaços torna-se crucial.

As contribuições sociais desta pesquisa são igualmente significativas. Ao descrever os nomes e analisar os usos e significados dos nomes de lugares em espaços acadêmicos, não apenas se amplia o debate sobre memória, ideologia e identidade no ambiente universitário, mas também se oferece subsídios para o debate de políticas institucionais inclusivas e representativas, alvo de estudos em Toponímia Crítica, e contribui para a discussão do senso de identidade da UFAL como comunidade diversa e autônoma.

Além da consolidação do *campus* principal da UFAL, com mais de seis décadas, o século XXI permitiu que a maior universidade pública alagoana tenha promovido, seguindo um fluxo nacional, o processo de interiorização, que descentralizou e oportunizou também à população de regiões mais afastadas da capital alagoana, como os *campi* CECA, Arapiraca e Sertão – e suas respectivas unidades educacionais –, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Essa iniciativa democratizou o acesso ao ensino superior ao promover o desenvolvimento regional e fortalecer a presença das universidades em áreas anteriormente desprovidas de instituições de ensino superior.

Essa expansão e interiorização não são apenas movimentos físicos, mas também simbólicos, influenciando a identidade e a memória das comunidades locais. É nesse cenário

que o estudo toponímico pode se fazer relevante, visto que se pode refletir sobre a constituição e os usos dessas novas nomenclaturas na interface espaço, linguagem e sociedade. Dessa forma, catalogar os nomes desses dos espaços públicos acadêmicos desses *campi* – como bibliotecas, auditórios e laboratórios – e investigar o seu processo de nomeação é compreender que este não é um ato neutro, mas carregado de significados ideológicos, que podem preservar ou silenciar memórias, ou ainda evidenciar tensões sociais e resistência.

Os nomes escolhidos para esses espaços podem, por exemplo, refletir e reforçar ideologias da comunidade acadêmica, homenagear figuras importantes da história regional ou nacional, e até mesmo perpetuar certas narrativas e valores culturais, que fazem parte de uma memória coletiva. Além desses espaços nomeados, esta pesquisa aponta um fenômeno importante que deve ser evidenciado, a ausência de nomeação de espaços dentro da universidade, que pode indicar práticas institucionais específicas.

Com base nesse cenário, a pesquisa busca responder às seguintes perguntas:

1. Quais padrões e tendências podem ser identificados nos processos de nomeação dos espaços acadêmicos da UFAL, considerando tanto as nomeações institucionais quanto as não oficiais?
2. Quais fatores influenciam a ausência de nomeação em determinados espaços acadêmicos da UFAL, e de que maneira essa neutralização pode estar relacionada a dinâmicas institucionais e ideológicas?
3. Como os nomes atribuídos aos espaços acadêmicos da UFAL refletem a identidade institucional e a memória coletiva da comunidade acadêmica?
4. Há indícios de influências externas, como parcerias privadas ou processos de comodificação simbólica, nos critérios de nomeação de espaços acadêmicos da UFAL?
5. Quais diferenças podem ser observadas na política de nomeação entre *campi* mais antigos e *campi* mais recentes da UFAL?

Para responder essas questões, o estudo emprega procedimentos metodológicos que vão da pesquisa bibliográfica para a pesquisa de campo, para a constituição e análise do *corpus*, via observação *in loco* e pesquisa documental institucional. A pesquisa, de caráter qualitativo e quantitativo, foi estruturada em etapas que integraram métodos bibliográficos, documentais e observacionais *in loco*, com o objetivo de coletar e analisar o *corpus* toponímico.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, abordando tanto os fundamentos da toponímia tradicional quanto os avanços da toponímia crítica, especialmente no contexto da virada crítica nos estudos toponímicos. Além disso, textos sobre memória, ideologia, identidade

e cultura foram estudados, fornecendo a base teórica necessária para embasar as análises realizadas.

O estudo também utilizou como fonte de pesquisa livros sobre a história da universidade, como por exemplo, “Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico”, de Azevedo (1982) que reúne informações relevantes sobre a história da instituição, incluindo seus cursos e desenvolvimento ao longo do tempo. Adicionalmente, foram analisados documentos institucionais, como os Planos de Desenvolvimento da Unidade (PDUs) de diversas unidades acadêmicas, acessados através de sites oficiais. Como parte da pesquisa documental, realizou-se um levantamento detalhado dos PDUs disponíveis, aplicando palavras-chave como "espaços", "cultura", "nomes", "nomeação", "auditório" e "biblioteca" para identificar informações pertinentes. Também foram analisados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL, regimentos, atas de reuniões, resoluções, notas oficiais e, quando possível, planos de contingenciamento.

Embora a pesquisa documental tenha sido fundamental para identificar os nomes desses espaços, foi necessário complementar os dados por meio de visitas in loco aos quatro *campi* da instituição. Durante essas visitas, os espaços foram fotografados, e listas e informações adicionais foram solicitadas às unidades acadêmicas por meio de e-mails e contatos diretos com suas secretarias, coordenações e direções. Essa etapa foi essencial para superar as limitações identificadas nos documentos institucionais, como a ausência de descrições completas de nomeações nos PDUs e a dificuldade de obter listas atualizadas. Em alguns casos, as respostas institucionais foram limitadas ou inexistentes, o que reitera a relevância do trabalho de campo para registrar e validar as informações coletadas.

A execução desta pesquisa possui relevância científica e social ao promover reflexões sobre os processos de nomeação em espaços públicos universitários. Ao problematizar essas práticas, o estudo busca contribuir para o debate sobre memória e identidade em instituições públicas.

Além disso, este estudo possui um caráter simbólico e pessoal significativo, considerando que a pesquisadora é egressa do curso de Letras do *campus* Sertão da UFAL. Essa vivência acadêmica contribui para uma maior familiaridade com as dinâmicas institucionais e os desafios relacionados à memória e identidade dentro do contexto universitário. Ao mesmo tempo, a pesquisa busca fomentar a valorização do papel da UFAL como uma universidade pública, gratuita e de qualidade, comprometida com a produção de conhecimento e a formação de cidadãos críticos e engajados socialmente.

A realização deste trabalho também reflete um interesse em evidenciar a relevância da instituição e em estimular debates sobre os processos de nomeação de espaços acadêmicos, instigando outros pesquisadores a participar e expandir essas discussões. Esses debates, além de promoverem a reflexão sobre memória e representatividade, reforçam o compromisso da universidade com a inclusão e a diversidade.

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira é esta Introdução, onde são apresentados o tema, os objetivos, a justificativa e a estrutura da pesquisa. A segunda faz uma breve retomada da toponímia tradicional e, em seguida, apresenta o viés da toponímia crítica, explorando sua relação com memória, ideologia, identidade e cultura. A terceira traz um resgate histórico da UFAL e de seus campi, além de refletir sobre a universidade como um espaço de construção de significados e disputas simbólicas. A quarta seção descreve a metodologia adotada, detalhando a seleção do corpus, os procedimentos de codificação e as estratégias de análise. Na quarta e última seção, são apresentados a descrição e a análise dos dados coletados, discutindo padrões de nomeação, relações de poder e possíveis indícios de comodificação toponímica.

## 2 A TOPONÍMIA CRÍTICA COMO INOVAÇÃO NOS ESTUDOS DE NOMES DE LUGARES

A presente seção discute a trajetória dos estudos toponímicos, partindo da consolidação da toponímia tradicional até o surgimento da toponímia crítica como uma abordagem inovadora que amplia os horizontes analíticos do campo. Inicialmente, revisitam-se as bases teóricas e metodológicas da toponímia tradicional, destacando suas contribuições para a sistematização do estudo dos nomes de lugares, com ênfase nos aspectos históricos, etimológicos e taxonômicos. Ressalta-se as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que, no contexto brasileiro, propôs modelos adaptados às especificidades brasileiras, fortalecendo a interdisciplinaridade da área.

Na sequência, o texto aborda o surgimento de pesquisa na área da toponímia crítica, mas como um viés analítico que incorpora dimensões sociopolíticas, culturais e ideológicas aos estudos toponímicos. Este viés inovador é situado no contexto da virada crítica nas ciências humanas, e redefine os nomes de lugares como arenas simbólicas onde memória, identidade e poder estão em constante negociação. Ao longo da seção, destacam-se as possibilidades interpretativas abertas por essa abordagem, incluindo tensões sociais e disputas ideológicas que permeiam os processos de nomeação.

A subseção 2.2 destaca a relevância dos espaços universitários como lugares carregados de significados, em que os processos de nomeação refletem narrativas institucionais, disputas ideológicas e práticas de memória. Os espaços acadêmicos são apresentados como loci, do latim, que significa locais, e que, assim como no ambiente urbano, operam enquanto marcadores simbólicos de pertencimento e identidade. As escolhas toponímicas nesses contextos são examinadas à luz da toponímia crítica, evidenciando como a nomeação de auditórios, bibliotecas e outros locais podem refletir relações de poder e construir narrativas institucionais que dialogam com questões de representatividade e memória coletiva.

Por fim, a seção discute o fenômeno da comodificação toponímica, abordando a comercialização de nomes de lugares no contexto contemporâneo, inclusive em espaços acadêmicos em universidades do exterior, trazendo uma reflexão sobre as influências que essa prática pode ter no Brasil. Questões como a venda de direitos de nomeação (*naming rights*) são problematizadas, destacando o impacto dessa prática na identidade e na autonomia simbólica dos espaços públicos. A análise da comodificação é inserida como um tema central para compreender as tensões entre as demandas econômicas e a preservação do significado cultural e histórico dos lugares.

## 2.1 TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A TOPONÍMIA CRÍTICA

Os estudos toponímicos, embora tenham sido objeto de reflexão desde a Antiguidade Clássica, conquistaram autonomia teórico-metodológica no final do século XIX, coincidindo com o surgimento das abordagens histórico-comparatistas e a consolidação das Ciências Humanas. Este período marcou a transição dos estudos sobre nomes próprios de uma perspectiva mais descritiva e folclórica para uma abordagem mais sistemática e científica. A Toponímia emerge como um campo interdisciplinar que engloba aspectos linguísticos, históricos, culturais e geográficos. Seu desenvolvimento se deu em etapas marcadas por avanços sistemáticos tanto no cenário internacional quanto no brasileiro. Este estado da arte explora essas contribuições, delineando a trajetória da Toponímia desde suas origens até os debates contemporâneos que a reposicionam como uma área de pesquisa crítica.

A sistematização da Toponímia teve seu início na França, em 1878, quando Auguste Longnon inaugurou a primeira cátedra dedicada ao tema na École Pratique des Hautes-Études e no Collège de France. Suas pesquisas culminaram na obra “Les noms de lieu de la France”, publicada postumamente em 1912, e que se tornou um marco para o estudo dos nomes de lugares habitados (Dick 1987). Esse momento é considerado fundacional, estabelecendo uma metodologia inicial para a descrição de nomes de lugares. Avançando no século XX, Albert Dauzat organizou, em 1938, o 1º Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, que consolidou a disciplina como campo de estudo global. Este evento incentivou a criação de sociedades e publicações dedicadas à Toponímia, como as revistas “Names e Onoma”, com papel essencial na divulgação dos estudos toponímicos, contribuindo para a padronização e internacionalização do campo.

No Brasil, os primeiros esforços sistemáticos na Toponímia ocorreram no início do século XX, destacando-se a obra “O Tupi na Geographia Nacional” (1901), de Theodoro Sampaio, que investigou a influência de línguas indígenas na nomenclatura brasileira. Levi Cardoso, com “Toponímia Brasileira” (1961), e Carlos Drummond, com “Contribuições do Bororo à Toponímia Brasileira” (1965), concentrando-se na catalogação e análise semântica de nomes indígenas, mas ainda carentes de uma metodologia unificada para os *corpora* nacionais.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick foi a responsável por consolidar a Toponímia como uma disciplina científica no Brasil. Na década de 1980, ela apresentou um modelo taxonômico adaptado à realidade brasileira, formalizado em obras como “A motivação toponímica e a realidade brasileira” (1990). Dick (1990, p. 19) argumentou que “a Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do

grupo que o acolhe”, destacando a importância de integrar aspectos sociais, culturais e históricos ao estudo dos nomes de lugares. O modelo taxonômico proposto por Dick foi amplamente adotado, permitindo classificar os nomes de lugares com base em critérios como motivação toponímica, estrutura e origem linguística. Essa abordagem fortaleceu a Toponímia como campo de estudo interdisciplinar e metodologicamente rigoroso, atraindo pesquisadores da área.

A toponímia tradicional foi essencial para o estabelecimento de uma base teórica e metodológica sólida para o estudo dos nomes de lugares. Com foco em aspectos como a etimologia, a origem histórica e a categorização taxonômica, essa abordagem priorizou a coleta e organização de dados para fins de compreensão e sistematização da nomenclatura geográfica. A metodologia de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, por exemplo, trouxe importantes avanços ao propor uma classificação adaptada à realidade brasileira, destacando a relação entre os topônimos e a vivência cultural das comunidades locais. Este legado ainda é amplamente utilizado em pesquisas contemporâneas, sendo um alicerce importante para as pesquisas na área.

Como apontado por Carvalhinhos (2023), a tradição dickiana de taxonomia toponímica foi fundamental para consolidar os estudos toponímicos no Brasil, especialmente ao adaptar métodos internacionais à realidade local. No entanto, avançar além da classificação de natureza semântica tornou-se necessário diante de novas demandas teóricas e metodológicas. A autora ressalta que a tradição não deve ser estagnada, mas sim frutificar em direção à inovação, permitindo que questões como tensões sociais, disputas ideológicas e construções identitárias sejam analisadas de forma mais crítica e abrangente. Embora o modelo taxonômico tenha desempenhado um papel crucial na sistematização da Toponímia, contextos contemporâneos que demandam análises mais críticas e interdisciplinares não são contemplados por um tratamento exclusivamente no nível semântico. Apesar de sua relevância histórica, a taxonomia não é suficiente para abarcar as complexidades simbólicas e políticas que permeiam os atos de nomeação. A autora destaca que “o método de Dick frutifica para além da taxonomia toponímica, mas há um impulso por abordagens inovadoras que avancem em direção a soluções mais complexas” (Carvalhinhos, 2023, p. 15).

Assim, a Toponímia contemporânea se caracteriza pela busca de um equilíbrio entre tradição e inovação. Os métodos taxonômicos continuam sendo ferramentas para a sistematização e análise de dados toponímicos, mas a incorporação de abordagens críticas certamente amplia as possibilidades de interpretação ao dialogar com questões da ordem do dia, como inclusão, diversidade e justiça social.

Nas últimas três décadas, uma abordagem inovadora nos estudos toponímicos emergiu a partir do campo da geografia, expandindo significativamente a análise dos nomes de lugares, ao incorporar elementos sociais, políticos e culturais como fulcrais nos processos de nomeação e usos, é o que Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010) chamam de *critical turn* (virada crítica) dos estudos toponímicos, que criou um promissor viés de investigação, considerando contextos mais amplos dos estudos da toponímia na geografia humana crítica (Rose-Redwood; Alderman; Azaryahu, 2010, p. 455) com ramificações interdisciplinares que também despertam o interesse de pesquisadores em linguagem que investigam usos linguísticos através do léxico toponímico e sua relação com o espaço.

Estudos acerca do ato de nomeação pelo mundo já tentavam apresentar novas perspectivas à abordagem tradicional toponímica desde a década de 1980, enfocando o caráter político-ideológico e social que os topônimos acarretam (Rose-Redwood; Alderman; Azaryahu, 2010). Esse período marcou uma virada significativa nos estudos toponímicos no mundo, preconizando uma abordagem crítica que se tornaria cada vez mais proeminente ao longo das décadas seguintes. Esses pioneiros dos estudos críticos da Toponímia desencadearam uma mudança de paradigma, encorajando uma abordagem mais reflexiva e engajada na compreensão dos nomes de lugares.

Essa abordagem enfatiza que os nomes de lugares não são signos neutros, mas refletem disputas sociais e políticas que moldam a percepção coletiva do espaço. Ela também examina as formas de resistência simbólica associadas à nomeação. Essa perspectiva se propõe a interpretar a prática toponímica como um reflexo de disputas políticas e culturais, inseridas em contextos históricos e ideológicos. Para tanto, a toponímia crítica foca em quatro principais funções: analisar o papel do poder, promover a justiça social, recuperar memórias marginalizadas e explorar a economia simbólica associada aos nomes de lugares.

A toponímia crítica, como abordagem emergente no estudo dos nomes de lugares, oferece um panorama expandido em relação à toponímia tradicional, integrando à análise aspectos de poder, ideologia, memória e resistência simbólica. Este campo de investigação ultrapassa as preocupações etimológicas e taxonômicas que tradicionalmente dominaram os estudos toponímicos, abordando a nomeação de lugares como uma prática socioespacial contestada e política. Uma das funções centrais da toponímia crítica é analisar o papel do poder nos processos de nomeação, Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010, p. 463) afirmam que “a nomeação de lugares pode ser interpretada como um canal para desafiar as ideologias

dominantes, bem como um meio de introduzir significados culturais alternativos”<sup>1</sup>. Essa afirmação destaca como os nomes de lugares funcionam como arenas de disputa ideológica, onde as elites políticas e econômicas consolidam sua hegemonia por meio da imposição de narrativas dominantes.

Outro aspecto essencial da toponímia crítica é promover a justiça social. Essa abordagem busca investigar como as práticas de nomeação contribuem para exclusão ou inclusão social e propõe soluções que reflitam maior pluralidade e equidade. Alderman (2008, p. 204) enfatiza que “os nomes dos lugares podem ser manipulados pelos atores e grupos sociais dominantes de forma a permitir que certas narrativas históricas sejam vistas e ouvidas, ao mesmo tempo que silenciam outras representações”<sup>2</sup>, sendo assim, depreende-se que os nomes de lugares desempenham um papel central na formação da identidade coletiva e na promoção de narrativas inclusivas, mas também podem ser utilizados para perpetuar desigualdades sociais. A inclusão de nomes que homenageiam figuras históricas marginalizadas é uma maneira de reconhecer contribuições significativas frequentemente ignoradas, ao mesmo tempo que desafia a invisibilidade imposta por estruturas de poder dominantes.

Populações marginalizadas frequentemente utilizam nomes alternativos ou não oficiais para afirmar sua identidade cultural e desafiar estruturas de poder ou até mesmo engajam lutas sociais pela representatividade e contra a opressão, racismo, homofobia etc. Podemos citar aqui a nomeação do restaurante universitário do *campus* Sertão, nomeado de Marielle Franco, homenagem como símbolo de resistência e representatividade, uma vez que Marielle foi uma mulher negra, lésbica e defensora dos direitos humanos e das minorias, assassinada covardemente no Rio de Janeiro.

Por conseguinte, a recuperação de memórias marginalizadas também é uma dimensão essencial da toponímia crítica, nesse sentido, ao citar Gonzáles Faraco; Murphy, (1997), Alderman (2009, p. 180) argumenta que o processo de nomeação pode igualmente ser empregado como uma forma de resistência, na qual grupos marginalizados buscam redefinir as interpretações públicas acerca do passado<sup>3</sup>. Logo, ao resgatar histórias e narrativas apagadas ou

---

<sup>1</sup> Versão original em inglês: “Place naming can be interpreted as a conduit for challenging dominant ideologies as well as a means of introducing alternative cultural meanings and narrations of identity.”

<sup>2</sup> Versão original em inglês: “that place names can be manipulated by dominant social actors and groups in ways that allow certain historical narratives to be seen and heard while silencing other representations”

<sup>3</sup> Versão literal original: [...] the naming process can also serve as form of resistance as marginalized groups seek to redefine how the public interprets the past (Gonzáles Faraco and murphy 1997).

silenciadas, a toponímia crítica busca fomentar a representação simbólica no espaço público e essa recuperação está alinhada às demandas por justiça histórica e reconhecimento de comunidades tradicionalmente excluídas dos processos de nomeação.

Além disso, toponímia crítica explora a economia simbólica dos nomes de lugares, conceito discutido por Bordieu (1989, p. 146), segundo o qual

na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial - isto é, explícita e pública - da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos."

Esse capital é essencial para exercer o poder de nomeação, que é descrito como um ato simbólico de impor categorias de classificação (como títulos ou posições sociais) que estruturam o mundo social. Por exemplo, a "nomeação oficial" mencionada no trecho ilustra como o Estado utiliza seu monopólio sobre a violência simbólica legítima para institucionalizar essas classificações, conferindo-lhes autoridade e reconhecimento coletivo

Os nomes de lugares funcionam, pois como capital simbólico, conferindo valor cultural e político aos indivíduos e grupos que controlam a narrativa sobre esses espaços, Alderman (2008, p. 204) afirma que "Grande parte das pesquisas críticas sobre nomes de lugares reconhece que a nomeação pode ser usada como uma ferramenta de controle, um meio de inscrever e reforçar certas ideologias culturais e políticas."<sup>4</sup>

Essa perspectiva permite analisar como os nomes são instrumentalizados para reforçar *status* social e político, além de revelar as dinâmicas de poder que permeiam sua escolha e aceitação. Vale ressaltar que essa economia simbólica pode se transformar em economia capital, uma vez que os direitos de nomeação de espaços públicos têm sido concedidos diante de parcerias com a iniciativa privada, ou mesmo a partir da privatização de espaços, ocorrendo aí um fenômeno que vem tomando força nos países estrangeiros e já apresenta alguns indícios no Brasil, a comodificação toponímica, em que o topônimo passa a ser um produto mercadológico a parte do *naming rights* que é a venda do direito de nomeação do lugares.

---

<sup>4</sup> Versão original em inglês: Much of the critical place-name research recognizes that naming can be used as a tool of control, a means of inscribing and reifying certain cultural and political ideologies.

Ao integrar essas funções, a toponímia crítica amplia as fronteiras do campo e contribui para um entendimento descentralizado das relações entre linguagem, espaço e poder. Rose-Redwood *et al.* (2010, p. 457) argumentam que

nos estudos críticos de nomes de lugares, a ênfase tem sido colocada não tanto no nome em si, mas na política cultural da *nomeação*, ou seja, como as pessoas procuram controlar, negociar e contestar o processo de nomeação à medida que se envolvem em lutas mais amplas por legitimidade e visibilidade.<sup>5</sup>

Essa abordagem possibilita compreender os significados atribuídos aos lugares e os conflitos e tensões que moldam esses significados. A toponímia crítica, portanto, representa um avanço significativo no campo dos estudos toponímicos. Ao articular questões de poder, justiça social, memória e identidade, ela oferece uma perspectiva interdisciplinar, capaz de iluminar as camadas simbólicas que envolvem os nomes dos lugares e sua relação com as dinâmicas sociais mais amplas.

No cenário brasileiro, os estudos toponímicos críticos estão atualmente em fase de desenvolvimento, mas já contam com iniciativas significativas que exploram a toponímia como uma manifestação de relações de poder, identidade e memória. Pesquisadoras renomadas no campo da linguagem, como Patrícia de Jesus Carvalhinhos, Maria Cecília Lima Hernandez e Adriana Tavares Lima, têm se dedicado aos estudos críticos dos nomes de espaços públicos em São Paulo. Esses estudos não apenas revelam a complexa relação entre toponímia e identidade, mas também destacam os mecanismos de comodificação toponímica, ou seja, comercialização de topônimos paulistas, resultantes da prática de venda de *naming rights* (direitos de nomeação) no estado de São Paulo. O trabalho dessas pesquisadoras representa uma contribuição substancial para o entendimento da toponímia brasileira sob uma ótica crítica, enriquecendo o campo de estudos toponímicos no país.

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), há, já finalizada, a dissertação de mestrado de Robson Santos Silva (2024), sob orientação do Prof. Dr. Cezar Neri, que trata dos assentamentos rurais em Sergipe, nessa mesma perspectiva teórica. Esta pesquisa, ao adotar a Toponímia Crítica como fundamentação teórico-metodológica, propõe uma análise inovadora que reconhece a necessidade de

---

<sup>5</sup> Versão Original em inglês: “In critical place-name studies, the emphasis has been placed not so much on the name itself but rather on the cultural politics of *naming* – that is, how people seek to control, negotiate, and contest the naming process as they engage in wider struggles for legitimacy and visibility.”

investigação dos nomes de espaços acadêmicos brasileiros na contemporaneidade. Ao analisar os topônimos de espaços acadêmicos dos *campi* da UFAL sob o viés da Toponímia Crítica, podemos desvendar camadas simbólicas, históricas e ideológicas que contribuem para a construção da identidade dessas comunidades, sendo reflexos de memórias coletivas, narrativas históricas e conexões culturais, assim como desvendar as relações de poder que permeiam os nomes geográficos, uma vez que “a língua, na figura do nome próprio de lugar, configura-se como estrutura de poder” (Carvalhinhos; Santos, 2021). Além disso, destaca-se também como a atribuição de nomes de lugares pode ser influenciada por questões políticas, evidenciando a dinâmica complexa entre a escolha toponímica e a afirmação de poder e controle territorial, influenciando a percepção pública e a identidade associada a determinados lugares.

## 2.2 ESPAÇOS ACADÊMICOS COMO LOCI DE NOMEAÇÃO

Os espaços acadêmicos, assim como outros lugares nomeados, podem ser compreendidos como *loci* de nomeação, ou seja, pontos de convergência onde o ato de nomear ultrapassa a funcionalidade prática e se estabelece como um processo carregado de simbolismo e intencionalidade. O termo *loci*, originado do latim e amplamente utilizado nas ciências humanas, remete a lugares que concentram significados, tornando-se marcos de memória, identidade e poder. No contexto acadêmico, a nomeação de espaços, como auditórios, bibliotecas, ruas internas e *campi*, opera como um dispositivo simbólico que projeta as narrativas e valores que a instituição deseja preservar e comunicar.

Refletir sobre os espaços acadêmicos como *loci* de nomeação é reconhecer que, assim como nas cidades, as escolhas toponímicas realizadas nesses ambientes não são neutras. Elas representam decisões que envolvem dinâmicas de memória e pertencimento, sendo tanto um registro histórico quanto uma ferramenta de disputa simbólica. Essas nomeações criam pontos de referência que vão além da localização física, funcionando como marcos que inscrevem valores culturais, ideológicos e sociais na paisagem acadêmica.

Nessa perspectiva, na intrincada rede urbana contemporânea, a toponímia emerge como um artefato complexo que é mais do que indicativo geográfico, tornando-se um elo entre memória, identidade, cultura e até mesmo as nuances políticas, sociais e religiosas que permeiam a paisagem urbana. Quando nomeamos uma rua, temos um espaço memorável e significativo, esses nomes permeiam diversas facetas do nosso cotidiano. Conforme afirma Alderman (2002, p. 101),

ruas nomeadas são espaços memoriais poderosos porque inscrevem uma mensagem comemorativa em muitos aspectos da vida urbana cotidiana, como em mapas de estradas, listas de catálogos telefônicos, o envio e recebimento de correspondências, a orientação de direções, outdoors publicitários e, claro, nas próprias placas de rua.<sup>6</sup>

Compreende-se assim que cada rua, praça ou bairro nomeado não é apenas uma coordenada no mapa, mas é uma representação simbólica da comunidade que ocupa esses espaços. Dessa forma, através dos topônimos, as ruas se transformam em pontos de referência carregados de significado, enraizando a memória coletiva na paisagem urbana e contribuindo para a construção de uma identidade cultural para a comunidade local.

A escolha dos topônimos se torna um ato de autodefinição da cidade, representando uma narrativa multifacetada. Cada nome carrega consigo não apenas uma designação, mas uma identidade, que podem refletir os valores, conquistas e aspirações da comunidade que o nomeia, uma vez que, segundo Claval (2007, p. 202), “nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder”. Sendo assim, seja por meio de homenagens a personalidades locais ou pela celebração da riqueza cultural que permeia o ambiente, os topônimos se tornam uma representação das vivências locais, influenciando a identidade local.

Como visto, os estudos dos nomes dos lugares tradicionalmente debruçam seus esforços para investigar as motivações toponímicas que animaram um denominador a escolher um determinado nome e não outro. Para auxiliar a categorizar essas motivações, foi proposto o modelo de taxonomias toponímicas, que foi adaptado por Dick (1990) ao contexto do território brasileiro. Essa categorização de taxes toponímicas divide as motivações em aspectos físicos ou antropoculturais.

Quando nos deparamos com a toponímia rural, observamos uma riqueza de elementos que espelham a realidade local, e as taxonomias tradicionais têm sido ferramentas frequentemente utilizadas para organizar e compreender essa complexidade. Ao se debruçarem sobre a nomenclatura de lugares nas áreas rurais, as taxonomias buscam categorizar os nomes com base em critérios como aspectos físicos, características geográficas, elementos naturais ou culturais.

Ao explorar a toponímia urbana, observa-se uma abundância de antropotopônimos (nomes de lugares que homenageiam pessoas), axiotopônimos (nomes de lugares que

---

<sup>6</sup> Versão original em inglês: “Named streets are powerful memorial spaces because they inscribe a commemorative message into many facets of daily urban life such as through road maps, phone book listings, the sending and receiving of mail, the giving of directions, advertising billboards, and of course, road signs themselves”.

homenageiam, acrescidos de título como professor, doutor etc. e, frequentemente, historiotopônimos (nomes de lugares referentes a fotos históricos, como 13 de maio), seguindo o modelo tradicional das taxonomias toponímicas. Essas categorias, amplamente reconhecidas na literatura, desempenham um papel essencial na sistematização dos nomes de lugares, permitindo identificar padrões e tendências nas práticas de nomeação. No entanto, apesar de reconhecer a relevância dessa categorização, este trabalho adota uma abordagem sob o viés da Toponímia Crítica, que oferece um modelo analítico mais abrangente e adequado às especificidades do nosso *corpus*.

Este *corpus* apresenta características que se aproximam da toponímia urbana, especialmente pela diversidade de motivações que orientam os atos de nomeação nos espaços acadêmicos. Assim como na toponímia urbana, os nomes presentes em nosso estudo refletem uma multiplicidade de narrativas políticas, culturais, históricas e ideológicas. Além disso, os espaços nomeados e não nomeados no contexto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) evidenciam dinâmicas de poder e tensões sociais semelhantes às observadas em ambientes urbanos, onde as escolhas toponímicas frequentemente representam disputas por memória, identidade e pertencimento.

Isso acontece porque a Toponímia urbana adota majoritariamente um sistema de homenagens em suas nomenclaturas, o que Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010, p. 458) chamam de *commemorative place naming* (nomes comemorativos de lugares). Segundo esses autores, “o uso de nomes de lugares para fins comemorativos baseia-se em uma antiga convenção transcultural, que sustenta que pronunciar os nomes próprios dos mortos facilita a lembrança (Rose-Redwood; Alderman; Azaryahu, 2010, p. 459)<sup>7</sup>. O reconhecimento de que a toponímia urbana, muitas vezes, baseia-se em homenagens, especialmente na forma de pronunciar os nomes dos falecidos para facilitar a lembrança, destaca a natureza memorial e simbólica inerente à nomeação de lugares. Os topônimos, como homenagens a figuras ilustres ou registros de eventos marcantes, não são apenas inscrições geográficas, mas autênticos arquivos da memória coletiva da cidade. Esses nomes geográficos resistem ao tempo, convidando os habitantes a adentrarem no passado que permeia as ruas onde convivem cotidianamente, não é diferente do que acontece nos espaços públicos acadêmicos na UFAL.

---

<sup>7</sup> Versão original em inglês: “The use of place names for commemorative purposes is based on a long-standing cross-cultural convention, which maintains that pronouncing the proper names of the dead facilitates remembrance.”

A presença predominante de antropotopônimos e axiotopônimos na toponímia urbana desafia a categorização taxonômica. Esses modelos, ao se concentrarem em aspectos físicos ou geográficos, podem não permitir uma abordagem abrangente da complexidade das motivações e influências subjacentes aos nomes de lugares urbanos. A reflexão de Carvalhinhos e Lima-Hernandes (2021, p. 324-325) amplifica essa compreensão, quando sublinham que

[...] não se pode olvidar, contudo, que a denominação das ruas, dos caminhos e de outros logradouros de uma grande cidade (a paisagem continuamente transformada) costuma ser regida por critérios políticos. Assim, o tradicional método dos campos semânticos revela-se inoperante quando aplicado sobretudo à hodonímia sincrônica, pois o que está em xeque não é o conteúdo semântico da denominação, mas, sim, os mecanismos de produção dos nomes.

As autoras destacam como o uso de nomes de lugares para fins comemorativos representam culturas e períodos históricos, demonstrando que a prática de nomear espaços funciona como uma ferramenta simbólica poderosa para preservar a memória coletiva. Na UFAL, por exemplo, os espaços nomeados não apenas identificam locais físicos, mas também atuam como dispositivos comemorativos que projetam as memórias e os valores que a instituição deseja preservar. Assim como na toponímia urbana, onde a escolha de um nome pode destacar uma figura política ou reforçar uma identidade cultural específica, a toponímia acadêmica carrega implicações simbólicas que vão além da funcionalidade prática.

Portanto, a relação entre a toponímia urbana e acadêmica está no potencial de ambos os contextos para moldar narrativas sociais e culturais, consolidando memórias ou apagando-as de acordo com interesses políticos e ideológicos. Essa análise permite compreender que, em ambos os casos, a prática de nomeação não é neutra, mas sim um reflexo das disputas simbólicas e das dinâmicas de poder que permeiam a sociedade.

### 2.2.1 Universidade pública brasileira: um futuro locus de comodificação?

Os estudos críticos dos nomes dos lugares estão profundamente entrelaçados com conceitos fundamentais como território, ideologia, memória e representações simbólicas. Nesse contexto, introduzimos uma análise sobre o território, explorando como os nomes de lugares podem moldar a percepção da identidade territorial. Da mesma forma, examinamos como essa identidade, por sua vez, pode exercer influência no ato de nomear um lugar.

A estreita relação entre sociedade e espaço é uma interconexão sobre a qual se debruçam vários estudiosos das ciências humanas. Desde tempos remotos, os seres humanos têm moldado e sido moldados pelos espaços que habitam, construindo comunidades, nomeando espaços e dando significado aos lugares que ocupam, como argumenta Claval (2007, p. 207): “não há

sociedade sem espaço para lhe servir de suporte. A instituição sociedade é, pois, sempre inseparável daquela do espaço”. Fica, assim, evidente a relevância do espaço como fundamental para a existência e desenvolvimento das sociedades humanas, nesse contexto, o espaço não é apenas um cenário passivo onde a sociedade se desenrola, mas sim um elemento dinâmico e interativo que desempenha um papel essencial na configuração das relações sociais, identidades culturais e práticas cotidianas.

Essa relação entre espaço e sociedade é complexa, uma vez que envolve diversos fatores, mas ao mesmo tempo existe uma interação entre si e são forjados simultaneamente e por isso não podem ser considerados isoladamente, mas como um panorama onde a história se dá. A esse respeito, Santos (2017, p. 63) define que

o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Dessa forma, Santos (2017) destaca que a compreensão do espaço não pode ser fragmentada, sendo necessário considerar os sistemas de objetos (elementos físicos, como ruas, praças e paisagem) e os sistemas de ações (atividades humanas, práticas sociais) de maneira integrada, pois, como já mencionado, a atividade humana necessita de um espaço para suporte, da mesma forma que o espaço sem práticas sociais não é espaço e sim apenas uma paisagem (Santos 2017, p. 109). A indissociabilidade e solidariedade entre esses componentes enfatizam que o espaço é um todo dinâmico, onde objetos e ações estão intrinsecamente interligados.

A contradição mencionada por Santos reconhece que o espaço não é homogêneo; ele é permeado por tensões, conflitos e diferentes interpretações atribuídas pelos diversos grupos sociais que o habitam. Essas contradições contribuem para a complexidade do espaço, moldando-o de maneira multifacetada.

Nesse contexto, a Toponímia interage diretamente com os sistemas de ações mencionados por Santos (2017). Uma vez que o ato de nomeação é representativo e simbólico, a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, as práticas sociais e as histórias que contam refletem nos nomes atribuídos aos lugares.

O nome atribuído a um lugar é uma expressão de pertencimento, uma marca simbólica que incorpora a identidade coletiva, a memória e as relações humanas dentro daquele território, endossamos esses argumentos com a afirmativa de Claval (2007, p. 207) que “os nomes dos

lugares e das categorias de paisagem permitem falar do mundo e discorrer sobre ele. Eles transformam o universo físico em um universo socializado”.

Ao empreender uma análise crítica dos nomes de lugares, não apenas compreendemos a contribuição dos nomes de lugares para a construção do espaço, mas também reconhecemos o papel dinâmico do território, intrinsecamente ligado ao sentimento de pertencimento, na criação e atribuição de significado a esses espaços. Além disso, incorporamos uma análise crítica de como essas identidades e memórias coletivas podem ser ameaçadas por processos econômicos, exemplificados pela venda de direitos de nomeação de espaços públicos, conhecidos como *naming rights*, mencionados no tópico anterior.

Desde a década de 1970, a prática de venda de direitos de nomeação, inicialmente observada na renomeação de estádios esportivos por grandes quantias, tornou-se uma tendência em ascensão, conforme indicado por Rose-Redwood, Alderman & Azaryahu (2010). Desde então, essa prática tem se popularizado progressivamente. No entanto, é notável que há uma lacuna significativa nos estudos relacionados a essas práticas de venda de direitos de nomeação e as interferências que isso causa nas dinâmicas espaciais e identitárias desses locais renomeados. Nesse contexto, o nome do lugar, que antes tinha o poder de representar as territorialidades de determinados espaços, se transforma agora em uma mercadoria, uma *commodity*, o que geógrafos e linguistas estão chamando de *comodificação toponímica*.

A comodificação, neste contexto, refere-se à transformação de signos toponímicos em commodities comercializáveis. Isso pode ocorrer de diversas maneiras, desde a venda de *naming rights* de espaços públicos até a atribuição de nomes a lugares com base em estratégias de marketing ou patrocínios. Essa prática permeia diversas esferas, incluindo espaços urbanos, estádios esportivos, e até mesmo áreas naturais. A escolha de nomes torna-se estratégica, muitas vezes guiada não apenas pela história ou identidade local, mas pela visibilidade e potencial comercial associados.

A toponímia, nesse contexto, torna-se um elemento potencial dessa comodificação, na qual os nomes de lugares são tratados como ativos a serem comercializados. Isso leva a vários questionamentos para os estudos da Toponímia Crítica, segundo, Rose-Redwood, Alderman & Azaryahu (2010, p. 466) que afirmam que isso pode parecer uma boa ideia a curto prazo para algumas cidades pequenas com pouca receita, porém representam sérios riscos para a noção de espaço público como um local de vida social. Essa comodificação de topônimos pode gerar complexidades. A decisão de comercializar *naming rights* muitas vezes reflete questões econômicas, ou escolhas políticas em termos de financiamento e gestão territorial. As instituições e governos podem ver nessa prática uma forma de angariar fundos monetários, mas

ao mesmo tempo, ela levanta questões sobre a integridade do espaço público e a preservação da identidade territorial.

Além disso, a comodificação da toponímia não está isenta de resistências e debates. Comunidades locais, ativistas e acadêmicos muitas vezes questionam a ética por trás da transformação de nomes de lugares em mercadorias. Esse tensionamento revela as diferentes perspectivas sobre a gestão do espaço, os limites da comercialização e a preservação da autenticidade territorial. Podemos citar, nessa perspectiva, o “Future-se”, projeto proposto pelo Ministério da Educação do Brasil, lançado em 2019, com o objetivo de promover mudanças na gestão e financiamento das universidades federais do país. Essa frustrada tentativa de desmonte das universidades públicas brasileiras previa a implementação de medidas que buscavam ampliar a autonomia financeira das instituições de ensino superior, permitindo parcerias com a iniciativa privada e estimulando a captação de recursos próprios.

Nesse escopo, uma das formas de captação de recursos seria a venda de *naming rights* de espaços públicos acadêmicos. Isso despertou preocupações sobre a possível perda da identidade e memória associadas a esses locais. A resistência ao projeto foi fomentada pela percepção de que a comercialização dos nomes de lugares acadêmicos poderia comprometer a autonomia universitária, introduzindo influências externas, muitas vezes comerciais, nas decisões acadêmicas e administrativas. Além disso, houve receios de que a qualidade da educação pública pudesse ser afetada pela dependência crescente de recursos provenientes do setor privado.

No âmbito territorial e identitário, a venda dos direitos de nomeação representaria uma ameaça à continuidade do significado cultural desses espaços. A mudança de nomes tradicionais, muitas vezes vinculados a figuras históricas, eventos ou valores acadêmicos, para nomes corporativos poderia resultar na perda da conexão simbólica e histórica que esses lugares mantêm com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Dessa forma, a resistência ao projeto Future-se expressou não apenas preocupações sobre a gestão financeira das universidades, mas também a preservação da identidade, memória e significado cultural e representações simbólicas associados aos espaços acadêmicos, destacando a complexidade das interações entre o acadêmico, o territorial e o identitário no contexto da educação superior.

### **3 IDEOLOGIA, MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DOS ATOS DE NOMEAR LUGARES**

Para identificar padrões e tendências e realizar uma análise crítica dos topônimos dispostos em espaços acadêmicos de uma universidade pública do Nordeste brasileiro, faz-se necessário relacionar os nomes e práticas de nomeação a conceitos externos à Onomástica, como dito, vinculados às Ciências Sociais e Políticas. Como eixos temáticos, quatro conceitos foram selecionados, saber: ideologia, cultura, identidade, memória. Isso permite compreender, como instrumentos teóricos, os nomes em sua constituição político-ideológica e tensões sociais e das disputas de memória na comunidade acadêmica; e possibilitam refletir e problematizar as dinâmicas simbólicas e socioculturais envolvidas.

A ideologia possibilita investigar como os nomes legitimam ou contestam estruturas de poder, ao refletirem narrativas que reforçam ou desafiam as relações sociais dominantes, conforme Dick (1989, p. 104) assinala: “A frequência de determinados modelos denominativos [...] indicará o perfil denominativo do lugar, o padrão dos nomes utilizados e a ideologia da sociedade.” Já a cultura, entendida como um sistema de significados compartilhados, fornece o enquadramento para compreender os valores e práticas da instituição que se manifestam nas escolhas toponímicas. A cultura organiza os significados por meio de sistemas de representação (Hall, 2016), permitindo que os nomes de espaços acadêmicos atuem como símbolos que conectam a instituição à sua história, ao seu contexto social e aos seus valores institucionais.

O conceito de identidade, por sua vez, diz respeito a como as nomeações contribuem para consolidar a identidade institucional e comunitária, funcionando como expressões simbólicas de pertencimento. Já os estudos sobre memória coletiva oferecem perspectivas para compreender como os nomes dos espaços operam como dispositivos que conectam o passado ao presente, selecionando e projetando narrativas institucionais que reforçam ou silenciam eventos, figuras e histórias.

Ao integrar esses conceitos, não apenas se amplia a compreensão dos atos de nomeação, mas também destaca seu papel na formação de significados e representações que sustentam a identidade cultural e política da UFAL.

#### **3.1 TOPONÍMIA E IDEOLOGIA**

O conceito de ideologia desempenha um papel fundamental nas ciências sociais e humanas, sendo amplamente debatido e revisitado ao longo dos séculos. Sua primeira menção, segundo Abbagnano 2007, foi apresentada por Destut de Tracy em 1801, no contexto de sua

obra *Idéologie*, para referir-se à análise das sensações e ideias. Porém durante a Revolução Francesa, alguns ideologistas franceses eram opostos aos ideais napoleônicos, então o termo "ideologia" foi usado por Napoleão de forma pejorativa para fazer referência como "sectários" ou "dogmáticos", como se lhes faltassem senso político e contato com a realidade, e, a partir de então,

começa a história do significado moderno desse termo, não mais empregado para indicar qualquer espécie de análise filosófica, mas uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam. (Abbagnano, 2007, p. 531-532).

Em sua essência, ideologia refere-se a um conjunto de ideias, crenças e valores que moldam a percepção da realidade social e orientam práticas e comportamentos. Chauí (1980) define ideologia como um mecanismo de legitimação das desigualdades sociais, que atua mascarando as contradições inerentes às relações de poder. Para Chauí (1980, p. 5),

um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.

No contexto das nomeações, o conceito de ideologia contribui para compreensão de significados que permeiam essas escolhas. A nomeação de um espaço com o nome de uma figura histórica ou acadêmica, por exemplo, não é apenas um ato de reconhecimento, mas também um reflexo das narrativas ideológicas que a instituição deseja promover, Dick 1989, p. 99) preconiza que “à Onomástica interessa, porém, não apenas aquilo que é ou não proibido, segundo a circularidade tempo-espacial, como as formas denominativas que expressam traços ideológicos, não diretamente percebidos como tabunizações”. Estudos mais recentes, direcionados especificamente sob um viés crítico dos estudos toponímicos corroboram e complementam as proposições de Dick, como os geógrafos Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2010, p. 464) destacam que “a nomeação de lugares pode ser interpretada como um canal para desafiar as ideologias dominantes, bem como um meio de introduzir significados culturais alternativos e narrações de identidade.”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Versão original em inglês: Place naming can be interpreted as a conduit for challenging dominant ideologies as well as a means of introducing alternative cultural meanings and narrations of identity

Ao optar por nomes como Marielle Franco ou Graciliano Ramos, uma instituição como a UFAL transmite mensagens ideológicas específicas, que podem estar associadas a valores como inclusão, resistência política ou celebração da cultura local. Por outro lado, a ausência de nomes ou o uso de designações genéricas, como “Bloco A” ou “Auditório 1”, pode sugerir a neutralização ou apagamento de tensões políticas e sociais.

Para Chauí (1980), a ideologia é eficaz justamente porque se apresenta como um sistema de ideias aparentemente natural e universal. Essa característica faz com que a ideologia atue de forma sutil, permeando práticas sociais e culturais sem ser percebida como tal. Eagleton (1997, p. 62) reforça essa ideia ao afirmar que

acredita-se, com frequência, que as ideologias bem-sucedidas são aquelas que tornam suas crenças naturais e auto-evidentes - fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes.

Esse mecanismo faz com que certas crenças e valores se apresentem como evidências óbvias, ocultando seu caráter histórico e construído. Dessa forma, a ideologia não apenas influencia o que as pessoas acreditam, mas também limita o que pode ser pensado, impedindo que alternativas sejam concebidas ou debatidas. Essa invisibilidade é crucial para a manutenção das estruturas de poder, pois impede que as narrativas dominantes sejam questionadas ou desafiadas.

### 3.2 CULTURA E IDENTIDADE

O conceito de cultura é historicamente multifacetado: não apenas abrange os modos de vida de uma sociedade, mas também os processos de formação e desenvolvimento humano. Sob uma perspectiva da filosofia, Abbagnano (2007, p. 225) explica que

esse termo [cultura] tem dois significados básicos. No primeiro e mais antigo, significa a formação do homem, sua melhoria e seu refinamento. [...] No segundo significado, indica o produto dessa formação, ou seja, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, que também costumam ser indicados pelo nome de civilização.

Ao abranger os significados, práticas e representações que moldam a percepção e a organização social, a cultura pode ser compreendida como um sistema de representação, no qual os significados são produzidos e compartilhados. Giménez (2007, p 9) argumenta que a cultura está intrinsecamente conectada à identidade e à memória, sustentando os processos

pelos quais os indivíduos e grupos constroem suas percepções de si mesmos e do mundo ao seu redor, uma vez que

a cultura não é mais apresentada como “padrões de comportamento”, como na década de 1950, mas como “padrões de significados”. Nessa perspectiva, podemos defini-la como “a organização social de significados, internalizados de forma relativamente estável pelos sujeitos na forma de esquemas ou representações compartilhadas, e objetivados em formas simbólicas, tudo em contextos historicamente específicos e socialmente estruturados”.

No âmbito acadêmico, a universidade se configura como um espaço dinâmico de negociação e disputa de significados, onde convergem múltiplas representações culturais, políticas, religiosas e sociais que se dão também através da linguagem, nesse sentido, Hall (2006) pontua que a linguagem é o “segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido” (p. 36). Nesse ambiente, as experiências individuais e coletivas são moldadas por um contínuo diálogo entre diferentes perspectivas, práticas e valores que coexistem e, muitas vezes, entram em conflito. A pluralidade característica do meio universitário reflete a presença de ideologias políticas diversas — incluindo visões de esquerda, direita e centro —, bem como de expressões religiosas e culturais que dialogam e se confrontam nas mais variadas práticas cotidianas.

Essas interações transformam a universidade em um *locus* privilegiado para a formação de significados compartilhados, mas também em um espaço onde as narrativas estão constantemente em disputa. A convivência de diferentes grupos e suas manifestações cria uma arena simbólica na qual as práticas culturais e identitárias são negociadas. Desde a escolha de temas debatidos em eventos acadêmicos até a nomeação de espaços como auditórios e bibliotecas, cada ato reflete as tensões e os consensos que emergem desse encontro plural.

O conceito de identidade é amplamente debatido também nas Ciências Sociais e Humanas, sendo compreendido como uma construção dinâmica e relacional que reflete a interação entre o indivíduo, os grupos sociais e o contexto histórico-cultural. Sua relevância é tal que em uma consulta ao *Dicionário de Filosofia*, de Abbagnano (2007), foram identificadas 214 ocorrências do termo, muitas vezes complementando e enriquecendo a definição de outros conceitos.

Identidade possui três definições principais, segundo Abbagnano (2007), a primeira delas, originada em Aristóteles, trata da identidade como unidade de substância, em que algo é idêntico a si mesmo quando sua substância ou matéria é uma. A segunda, proposta por Leibniz, aproxima identidade e igualdade, definindo-a pela possibilidade de substituição sem alteração da verdade de uma proposição. Já a terceira, de acordo com autores como Waismann, baseia-

se em critérios convencionais determinados em contextos específicos, o que torna o conceito de identidade flexível e ajustável a diferentes sistemas linguísticos e filosóficos. Nas palavras de Hall (1996, p. 68),

ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. Esta visão problematiza a própria autoridade e a autenticidade que a expressão “identidade cultural” reivindica como sua.

Essa perspectiva enfatiza que a identidade não é uma essência fixa ou imutável, mas um processo contínuo de formação, moldado por práticas culturais, linguagens e narrativas.

A identidade, nesse sentido, está se intersecciona à cultura e à memória. Segundo Giménez (2007, p. 8), “a identidade tem a sua origem na cultura, e que a memória – componente fundamental da cultura enquanto representação socialmente partilhada de um passado – constitui, por sua vez, o principal nutriente da identidade”. Essa abordagem evidencia que a identidade não é apenas uma característica individual, mas também um fenômeno coletivo, que se constrói em contextos específicos e é sustentado por símbolos, práticas e significados compartilhados. Na pesquisa sobre a nomeação de espaços acadêmicos, o conceito de identidade é central para analisar como essas escolhas simbólicas reforçam narrativas institucionais e culturais.

No campo da memória, a recordação coletiva implica a constituição da identidade, Le Goff (1990, p. 410) argumenta que “A memória é um elemento essencial daquilo que passamos a chamar de *identidade* individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades do presente, na febre e na angústia.” Esse entendimento é crucial para compreender como as instituições, ao escolher nomes para espaços como auditórios, laboratórios e bibliotecas, contribuem para a formação de uma identidade institucional que conecta o passado ao presente.

Quando uma instituição opta por nomear esses espaços, ela não apenas identifica fisicamente esses locais, mas também inscreve neles narrativas que contribuem para a formação de uma identidade coletiva, muitas vezes por meio de nomes que resgatam memórias de lutas e tensões sociais, como o auditório da Faculdade de Serviço Social, que foi nomeado de “Madre Zely Perdigão” a segunda diretora da Escola Padre Anchieta de Alagoas, esta professora cumpriu um papel importante acadêmico e político, pois, segundo informações disponibilizadas pela unidade acadêmica, a Escola foi um centro de resistência à ditadura. Essa escola foi fundada em 1957 em Maceió e funcionou até 1972.

A identidade, portanto, é um processo de construção simbólica que envolve memória, cultura e representações sociais. No contexto das nomeações de espaços acadêmicos, ela reflete as prioridades, valores e tensões internas da instituição, além de funcionar como um elemento estratégico para fortalecer sua posição em relação à sociedade e promover um senso de pertencimento entre seus membros.

### 3.3 MEMÓRIA

A memória e a memória coletiva são conceitos centrais para compreender a formação da identidade e sua relação com a cultura. Esses fenômenos não se limitam ao âmbito individual, mas se expandem para as esferas sociais e institucionais, onde desempenham um papel crucial na construção de narrativas e no fortalecimento de laços comunitários. Maurice Halbwachs (1990, p. 25), pioneiro no estudo da memória coletiva, memória como a reconstrução das nossas lembranças, mas também das lembranças do outro, sendo condicionada pelas necessidades e normas do grupo social, nesse sentido, ele argumenta que

se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

Sua teoria destaca que as recordações individuais são moldadas e organizadas em função dos quadros sociais, que orientam o que lembrar e como lembrar. Halbwachs (1990) lançou as bases para a compreensão da memória coletiva, destacando como as lembranças individuais são moldadas e organizadas pelos quadros sociais. Sua abordagem revelou a importância dos contextos grupais na formação das memórias, oferecendo uma perspectiva inovadora sobre o papel das dinâmicas sociais no ato de lembrar. Complementando essa visão, Pollak (1989, p. 8) aprofunda o debate ao abordar as tensões entre memória oficial e subterrânea, ele argumenta que

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.

Laçando um olhar crítico para os estudos de memória, ele ressalta que o conflito entre lembrar e esquecer faz parte das dinâmicas das memórias coletivas e individuais, evidenciando que a memória não é um processo neutro ou estático, mas sim um campo de disputa constante.

O que se recorda e o que se esquece não são apenas escolhas individuais, mas resultados de forças sociais, políticas e culturais que moldam narrativas e silenciamentos. Assim, a memória oficial muitas vezes busca consolidar uma identidade hegemônica, enquanto as memórias subterrâneas emergem como resistência, reivindicando reconhecimento e espaço no discurso público.

Essas discussões levam a entender que a memória coletiva não é fixa, pois se ajusta às necessidades e dinâmicas do grupo que a mantém, Joel Candau (2011, p. 193) reforça essa visão, ele argumenta que

[...]numerosas memórias são destruídas ou elas próprias desaparecem. É o caso daquelas que denominei como grandes memórias organizadoras. Mas, ao mesmo tempo, outras memórias nascem menos expansivas, mais particulares, mas frequentemente abundantes e robustas [...]

Essas contribuições teóricas são fundamentais para entender como a memória é continuamente negociada no espaço social. Candau (2011, p.9) argumenta também “que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado”, o que permite depreender o caráter dinâmico de construções, desconstrução e reconstrução da memória.

A relação entre memória e identidade é particularmente relevante para esta pesquisa, pois ambos os conceitos estão presentes nas nomeações de espaços acadêmicos. A memória não apenas preserva o passado, mas também contribui para a formação de um senso de continuidade, conectando o presente ao passado e projetando significados para o futuro. Nesse sentido, a memória coletiva funciona como um mecanismo de coesão social, garantindo que grupos e instituições construam e compartilhem narrativas que reforcem sua identidade.

Pollak (1992) destaca que a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado, para argumentar ele apresenta o exemplo de que muitas vítimas do nazismo tiveram a sua memória silenciada de alguma forma. Essa seletividade é evidente também em processos de nomeação, que refletem escolhas sobre quais memórias devem ser valorizadas ou silenciadas. A ausência de nomes que representem mulheres, figuras negras ou indígenas, por exemplo, pode indicar lacunas na construção de uma memória coletiva mais inclusiva e plural. Por outro lado, a “Sala Lilás”, que atende mulheres vítimas de violência doméstica na Faculdade de Direito sinaliza um esforço consciente para evocar narrativas silenciadas e promover valores de justiça social. Representatividade e resistência simbólica.

Assim, os atos de nomeação são instrumentos poderosos na construção da memória e da identidade. Eles traduzem disputas simbólicas e refletem as prioridades culturais e políticas

de uma instituição. Como Candau (2011) sugere, a memória coletiva é continuamente recriada, ajustando-se às demandas e aos valores de seu tempo.

Esta seção teve como objetivo destacar a importância dos conceitos de ideologia, cultura, identidade, memória e memória coletiva como ferramentas analíticas indispensáveis para compreender os processos de nomeação de espaços acadêmicos. Cada um desses conceitos contribui para desvendar as camadas simbólicas e sociais que estruturam os atos de nomeação, permitindo identificar padrões que refletem as dinâmicas internas da instituição. A abordagem aqui proposta, fundamentada na articulação desses conceitos sob o viés da Toponímia Crítica, permite ir além da descrição dos nomes, promovendo uma análise crítica das relações sociais, políticas e simbólicas que permeiam os atos de nomeação na instituição.

Dessa forma, depreende-se que a Toponímia acadêmica não se limita a funções administrativas, mas desempenha um papel estratégico na construção de significados que reforçam ou desafiam narrativas históricas, identitárias e culturais. Nesse sentido, a universidade, enquanto espaço plural e democrático, torna-se um território simbólico de disputas e negociações, onde a memória, a cultura e a identidade institucional são constantemente reelaboradas, refletindo as diversas vozes e perspectivas que compõem sua comunidade acadêmica.

## 4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Esta seção busca apresentar a relevância da universidade pública como espaço de formação acadêmica, produção de conhecimento, construção da memória coletiva e espaço de fomento à democracia e respeito à diversidade. Abordamos também os espaços públicos acadêmicos e sua importância para a vivência universitária e a forma como esses espaços possibilitam trocas, debates e possibilitam práticas que moldam a percepção coletiva sobre identidade e memória da instituição. Além disso, será abordada a trajetória histórica da UFAL), sua estrutura e os processos que consolidaram sua presença no estado, incluindo a expansão para o interior por meio da criação de novos *campi*.

No primeiro subtópico, "Espaços Públicos Acadêmicos", será discutida a relevância dos espaços físicos da universidade e como eles ultrapassam sua função prática, tornando-se locais de interação social, cultural e política. A toponímia desses espaços será abordada como um elemento relevante na construção da memória coletiva da instituição, evidenciando como os nomes atribuídos refletem narrativas históricas e identitárias.

Em seguida, será apresentada a UFAL como um *locus* social de referência no ensino superior em Alagoas. A seção explora sua fundação, destacando os principais momentos históricos que marcaram sua consolidação como a principal instituição de ensino superior do estado. Serão analisados os desafios e conquistas ao longo de sua trajetória, bem como as transformações que fortaleceram seu papel acadêmico e social.

Por fim, a seção dedicada à interiorização do ensino superior discutirá o impacto da expansão da UFAL para além da capital, garantindo acesso à educação pública e gratuita em regiões antes desassistidas. Serão abordadas as implicações desse processo, incluindo a ampliação da infraestrutura acadêmica e as mudanças sociais resultantes da presença da universidade em diferentes municípios do estado.

### 4.1 ESPAÇOS PÚBLICOS ACADÊMICOS

Os espaços acadêmicos, como restaurante universitário, biblioteca, laboratórios, quadras poliesportivas, entre outros, desempenham um papel central na construção da identidade e da memória de uma instituição de ensino superior. Mais do que simples estruturas físicas, esses locais carregam significados profundos, constituindo-se como espaços simbólicos que refletem a diversidade, as disputas e a construção histórica da universidade como um ambiente de

pluralidade e debate. Como bem destaca Claval (2007, p. 207), “eles transformam o universo físico em um universo socializado”.

A universidade pública brasileira tem sido historicamente um campo de lutas, debates e disputas ideológicas. Em seu texto sobre o ensino público no Brasil, Durham (2003) enfatiza que a universidade pública sempre esteve no centro das mobilizações sociais, funcionando como um espaço de contestação política e produção de conhecimento que impacta a sociedade como um todo. Esse caráter pluralista faz com que a universidade não seja apenas um local de formação profissional, mas um ambiente onde diferentes grupos sociais reivindicam direitos, constroem narrativas e disputam hegemonia.

Outro aspecto relevante é o compromisso da universidade pública com o ensino, a pesquisa e a extensão. Como ressalta Durham (2003), as universidades públicas desempenham um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior, sendo responsáveis pela maior parte da produção científica do país. Esse compromisso é um dos aspectos que diferenciam as universidades públicas das privadas, pois o ensino superior gratuito não visa ao lucro, mas sim à formação cidadã e ao desenvolvimento científico e tecnológico da nação. Além da produção científica, a universidade pública e gratuita promove espaços de debates, discussões, lutas sociais, reivindicações de direitos, como também fomenta a construção e preservação de uma memória coletiva moldada através das vivências da comunidade acadêmica.

A nomeação dos espaços acadêmicos insere-se nesse contexto de memória e identidade institucional. A toponímia dos espaços universitários constitui um elo com a história da instituição, homenageando figuras notáveis. Dessa forma, as universidades públicas não apenas reproduzem conhecimento, mas também carregam o peso de sua própria história e tradição, influenciando a forma como a sociedade as percebe.

Entretanto, a atribuição de nomes aos espaços acadêmicos nem sempre é um processo pacífico. Em um ambiente plural e democrático como a universidade pública brasileira, a toponímia é frequentemente alvo de disputas simbólicas e políticas, isso porque o espaço universitário reflete as tensões sociais externas, sendo, segundo Alderman (2002), uma “arena” onde diferentes grupos disputam reconhecimento e representatividade. Essas disputas surgem da tentativa de conferir visibilidade a determinados grupos, ideias ou acontecimentos que marcaram a trajetória da instituição.

Os questionamentos sobre os nomes atribuídos aos espaços acadêmicos revelam a universidade como um espaço dinâmico e em constante transformação. Quem nomeia esses espaços? De que maneira a comunidade acadêmica percebe esses nomes? Como as questões

ideológicas, territoriais e socioeconômicas influenciam essas percepções? Essas foram as indagações iniciais que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, buscando compreender as relações entre nomeação, identidade e poder dentro do ambiente universitário.

Dessa forma, a universidade pública brasileira distingue-se como uma instituição que preza pelo ensino superior público, gratuito e de qualidade, comprometida com a democratização do saber e com a formação de cidadãos críticos. Dessa forma corroboramos com as ideias de Durham (2003), quando ela argumenta em seu texto sobre o ensino superior no Brasil, que a universidade pública deve servir à coletividade, promovendo inclusão, diversidade e excelência acadêmica.

Os nomes atribuídos aos espaços acadêmicos podem promover um senso de pertencimento e identidade dentro da universidade, tornando-se expressões das disputas ideológicas e políticas que atravessam a instituição. Como destaca Dick (1990, p. 19), “[...] a Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe”, assim podemos destacar caráter simbólico e social da toponímia, evidenciando que os nomes atribuídos aos espaços acadêmicos não são apenas referências geográficas, mas sim registros vivos da experiência humana coletiva. Dessa maneira, a toponímia acadêmica revela nuances políticas e ideológicas mais amplas, pois os nomes escolhidos são representações simbólicas que podem consolidar narrativas dominantes ou dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados.

#### 4.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS COMO *LOCUS* SOCIAL

A Universidade Federal de Alagoas foi criada oficialmente em 25 de janeiro de 1961, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, como parte do processo de ampliação do ensino superior no Brasil. Sua criação, de acordo com Azevedo (1982), se deu a partir da fusão de faculdades preexistentes no estado, incluindo Direito (1933), que foi a primeira a ser federalizada, Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957). Esse movimento consolidou a UFAL como a principal instituição pública de ensino superior em Alagoas, tornando-se um centro de formação acadêmica, pesquisa e extensão para a sociedade alagoana.

Desde sua fundação, a UFAL esteve ligada às transformações políticas e sociais do país, atravessando períodos de expansão, desafios administrativos e disputas políticas. Durante uma década de 1960, sob a gestão do primeiro reitor, Aristóteles Calazans Simões (1961-1971), a universidade passou por sua fase inicial de estruturação, consolidando-se como um polo de

desenvolvimento educacional e cultural. Em seu discurso inaugural, Simões destacou que a universidade traria uma "verdadeira revolução sociocultural e econômica" para Alagoas, reforçando seu papel estratégico no crescimento do estado, UFAL (2013). A Figura 1 apresenta o brasão da universidade.

**Figura 1: Brasão da Universidade Federal de Alagoas**



Fonte: Site oficial da instituição (<http://ufal.br>).

Nos anos 1970, a UFAL entrou em um período de expansão institucional e surpreendeu os desafios do regime militar (1964-1985), momento em que o governo federal impôs maior controle sobre as universidades. Durante a gestão de Nabuco Lopes (1971-1975), houve investimentos significativos na qualificação do corpo docente, incluindo o financiamento de cursos de especialização e as primeiras bolsas de mestrado e doutorado. No entanto, a repressão política e o ambiente de censura marcaram essa época, com perseguições a estudantes e professores que se opunham ao regime.

A gestão do reitor Manoel Ramalho (1975-1979) foi particularmente desafiadora, pois coincidiu com o início da operação da Salgema (atual Braskem) em Maceió. A Área III da UFAL, onde funcionavam cursos de Ciências Humanas, estava localizada no Campus Tamandaré, na região do Pontal da Barra, próximo às instalações da empresa química. Preocupado com os riscos ambientais e à saúde da comunidade acadêmica, Ramalho esperou que a empresa implementasse medidas de segurança, incluindo uma brigada de combate a incêndios e 500 máscaras contra gás para os estudantes e servidores. Como essa exigência não foi atendida, ele tentou a transferência dos cursos para a Cidade Universitária, no *Campus A. C. Simões*, um dos momentos que marcou a reorganização espacial da universidade.

Durante os anos de 1980, a UFAL viveu uma nova fase de crescimento e democratização, acompanhando o movimento nacional pela reabertura política do país. A reitoria de João Azevedo (1979-1983) ocorreu em um momento de intensa mobilização estudantil, com protestos e ocupações de prédios administrativos. Sua posse foi marcada pela pressão dos estudantes, que reivindicavam maior participação política e direitos dentro da universidade. Já a gestão de Fernando Gama (1983-1987) ficou conhecida pela expansão física da UFAL, dobrando a infraestrutura do *campus* A. C. Simões, além do fortalecimento da assistência estudantil.

Nos anos 1990, a UFAL enfrentou dificuldades financeiras devido às políticas de austeridade econômica impostas pelo governo federal. Durante o segundo mandato de Fernando Gama (1991-1995), foram criados os primeiros cursos noturnos, permitindo que os trabalhadores tivessem acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, houve um período de forte mobilização sindical, com greves de docentes e técnico-administrativos reivindicando melhores condições salariais e infraestrutura acadêmica.

A partir dos anos 2000, a UFAL entrou em uma fase de expansão e interiorização, alinhada às políticas educacionais do governo Lula (2003-2011). A reitora Ana Dayse Dórea (2003-2011) foi uma das responsáveis por consolidar a adesão da UFAL ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), resultando na criação de campi no interior do estado. O *campus* Arapiraca foi inaugurado em 2006, seguido pelo *campus* Sertão (Delmiro Gouveia) em 2010, proporcionando acesso ao ensino superior a milhares de estudantes que antes precisavam se deslocar para Maceió. Como declarou a reitora na inauguração do *campus* Sertão: “A universidade brota da pedra e da caatinga. Essa história será contada por vocês, e temos certezas de que estamos ajudando a fazer um Brasil diferente” Monteiro (2010)

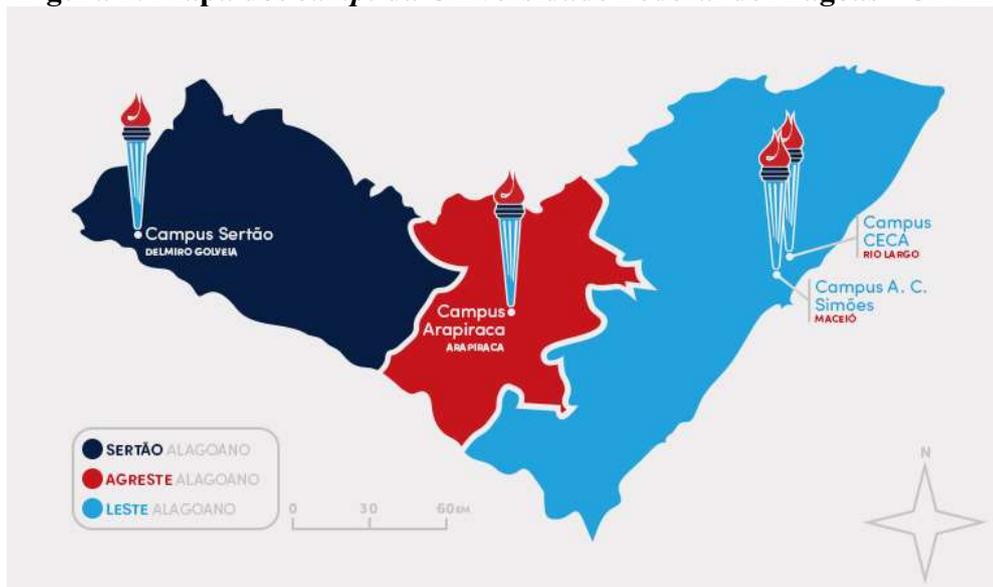
Nos anos 2010, a UFAL se consolidou como um dos principais polos acadêmicos do Nordeste, ampliando sua oferta de cursos e fortalecendo sua atuação em pesquisa e inovação tecnológica. Sob a gestão de Eurico Lôbo (2011-2015), a universidade intensificou seus programas de intercâmbio internacional, com mais de 200 estudantes participando do programa Ciência Sem Fronteiras. Além disso, o Hospital Universitário (HU) passou a integrar a Rede Ebserh, modernizando seus serviços e ampliando a capacidade de atendimento à população. A reitora Valéria Correia (2016-2020) defendeu uma universidade “socialmente referenciada”, fortaleceu parcerias com movimentos sociais e ampliou políticas de assistência estudantil (Tribuna Hoje, 2021). Um dos marcos de sua gestão foi a criação do curso de Agroecologia, voltado para a formação de trabalhadores assentados da reforma agrária, em parceria com o

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Sob a gestão de Josealdo Tonholo (2020-2024), a UFAL continua seu compromisso com a democratização do ensino superior, enfrentando desafios como a manutenção do financiamento público e o fortalecimento da pesquisa científica.

A UFAL está atualmente presente em todas as macrorregiões de Alagoas, com unidades acadêmicas nas cidades de Maceió, Rio Largo, Arapiraca, Penedo, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema. Seu compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão reafirmam seu papel como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento educacional, social e econômico do estado. Com mais de 60 anos de história, a UFAL segue sendo um símbolo de luta por educação pública, gratuita e de qualidade em Alagoas.

A Figura 2 apresenta o mapa de Alagoas com as demarcações das sedes dos *campi* da instituição.

**Figura 2: Mapa dos *campi* da Universidade Federal de Alagoas - UFAL**



Fonte: <https://ufal.br/ufal/institucional/os-campi>

De acordo com o *website* da instituição<sup>9</sup>, a estrutura administrativa da UFAL é organizada por dois conselhos superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Curadores (Cura), que supervisionam e orientam as decisões e políticas institucionais. A UFAL é composta por 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690

---

<sup>9</sup> <https://ufal.br/ufal/institucional/apresentacao>

possuem doutorado. Entre os técnicos, 797 atuam no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HU), que desempenha um papel vital no suporte às atividades acadêmicas, especialmente nas áreas da saúde. A universidade é também um centro de produção científica, com 258 grupos de pesquisa, 1.125 linhas de pesquisa e 3.646 pesquisadores, incluindo professores, técnicos e alunos.

A universidade oferece diversas oportunidades aos alunos, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), o Programa de Educação Tutorial (PET), monitorias, estágios e bolsas de estudo/trabalho. Mantém também cerca de 600 convênios com empresas e instituições públicas e privadas, ampliando suas parcerias e oportunidades para a comunidade acadêmica e seu compromisso social é promover a produção e disseminação do conhecimento em todas as áreas do saber, com responsabilidade com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum. A universidade busca se afirmar como uma referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, três pilares que sustentam suas atividades, esse tripé é fundamental para a UFAL, pois integra a formação acadêmica com a produção científica e a interação com a sociedade.

Seguindo a tradição de sua constituição na década de 1960, a UFAL possui uma estrutura acadêmica diversificada, organizada em Unidades Acadêmicas (UAs) de acordo com o curso e/ou área de conhecimento e que desempenham funções essenciais no ensino, pesquisa e extensão. Cada UA gerencia diferentes espaços acadêmicos, como salas de aula, laboratórios, auditórios e áreas administrativas, porém nem todos são nomeados de acordo com critérios específicos, conforme surge a necessidade de nomeação, que refletem aspectos históricos e institucionais da universidade de acordo com as vivências de seus pares, ou mesmo seguem um padrão institucional com nomeações por ordem alfabética, como Bloco A, Sala B, por siglas ou numeração. Porém alguns espaços recebem nomeações que refletem a realidade e a história da comunidade acadêmica, como por exemplo o auditório chamado “Galileu”, fazendo referência a um programa de pesquisa de mesmo nome, ou uma unidade de saúde e assistência estudantil chamado Prof. Gilberto de Macedo, em homenagem a um dos docentes pioneiros do curso de Medicina na UFAL.

Tomando esses recortes como exemplo, compreende-se que analisar os nomes e as nomeações dentro de cada unidade acadêmica permite investigar de que maneira os usos linguísticos e os processos de nomeação podem refletir ideologias, conservar memórias e representar identidades na realidade da UFAL, que é uma instituição de grande porte, com presença em diversas regiões do estado, o que exige uma estrutura organizacional descentralizada para garantir a eficácia na gestão de suas atividades.

A descentralização da UFAL se manifesta por meio da delegação de responsabilidades em diversas áreas, incluindo a tomada de decisões, questões financeiras e a organização institucional. Essa delegação, que começou com o processo de interiorização pelo REUNI, como já visto, é realizada através de suas unidades acadêmicas, que são organizadas em diferentes campi pelo estado, como o *campus* Sertão, em Delmiro Gouveia, e sua Unidade em Santana do Ipanema, o *campus* Arapiraca, com unidades em Palmeira dos Índios e Penedo, e *campus* de Engenharia e Ciências Agrárias (CECA) em Rio Largo e sua Unidade em Viçosa, além do *campus* Sede, o A. C. Simões.

Cada unidade acadêmica da UFAL está vinculada a um dos *campi* e é responsável por um ou mais cursos específicos ou áreas de conhecimento. Por exemplo, o *campus* A. C. Simões, em Maceió, abriga várias unidades acadêmicas, como a Faculdade de Medicina (FAMED), o Instituto de Física (IF), a Faculdade de Letras (FALE), entre outras. Essas unidades podem ser organizadas por cursos, como é o caso da unidade acadêmica de Física, ou por áreas de conhecimento afins, como o Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), que reúne cursos de áreas relacionadas. Essa estrutura organizacional reflete a necessidade de um arranjo que possibilite uma administração mais eficiente e alinhada com as especificidades de cada área de ensino.

Entender a organização das unidades acadêmicas da UFAL é crucial para sua pesquisa, pois a forma como essas unidades são nomeadas e estruturadas pode revelar muito sobre as ideologias e os grupos que influenciaram as decisões de nomeação. As denominações dessas unidades nem sempre são meramente operacionais; elas carregam consigo significados simbólicos e históricos que refletem a memória coletiva da instituição e dos indivíduos que nela atuam. Portanto, ao catalogar e analisar os nomes das unidades acadêmicas, é possível identificar como essas denominações dialogam com as tradições, os valores e as influências políticas que moldam a UFAL.

#### 4.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: OS *CAMPI* DA UFAL

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) desempenha um papel central na formação acadêmica e no desenvolvimento científico e tecnológico do estado. Sua estrutura multicampi reflete não apenas a expansão do ensino superior público e gratuito, mas também a busca por maior democratização do acesso à educação, especialmente para a população do interior do estado. A presente seção tem como objetivo delimitar o campo de pesquisa, destacando os

quatro *campi* da UFAL e sua relevância para a compreensão da universidade como um espaço de conhecimento, inclusão e impacto social.

Os espaços acadêmicos desenvolvidos incluem o *campus* sede A. C. Simões, localizado em Maceió, que concentra a maior parte dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, além de ser um centro de pesquisa e inovação. Além da sede, a pesquisa se estende aos *campi* do interior, fundamentais no processo de interiorização do ensino superior promovido pelo governo federal nas últimas décadas. O *campus* Arapiraca, inaugurado em 2006, foi um dos primeiros grandes marcos dessa expansão, com unidades educacionais em Palmeira dos índios e Penedo, visa atender às demandas educacionais da região Agreste. Em seguida, o *campus* do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e unidade em Santana do Ipanema, consolidou a presença da UFAL no sertão alagoano, promovendo o desenvolvimento acadêmico em áreas historicamente marginalizadas. Além disso, o *campus* de Engenharia e Ciências Agrárias (CECA) Delza Gitaí, com unidade em Viçosa, reforça a atuação da universidade nas áreas de agronomia e engenharia, contribuindo para a pesquisa aplicada ao setor agropecuário e ambiental.

O crescimento da UFAL para além da capital alagoana reflete um compromisso não apenas com a expansão quantitativa do ensino superior, mas também com a qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes. Dessa forma, a análise dos *campi* da UFAL permite compreender como a estrutura organizacional e geográfica da universidade influencia sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão.

#### 4.3.1 *Campus* A. C. Simões

O *campus* A. C. Simões está localizado na capital alagoana, mais especificamente na Avenida Lourival Melo Mota, no bairro Tabuleiro dos Martins, em Maceió. Esse *campus* é o principal da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e sua criação está ligada à federalização da Faculdade de Medicina de Maceió, um processo que culminou na criação da UFAL por meio de um decreto presidencial assinado em 25 de janeiro de 1961. O movimento de federalização foi liderado pelo médico Aristóteles Calazans Simões, que, em 1961, assumiu a reitoria da universidade e conquistou os primeiros avanços estruturais necessários para consolidar a UFAL como uma instituição de ensino superior pública de referência. A seguir, apresentamos imagens do *campus*:

**Figura 3: Guarita de entrada do *campus* A. C. Simões**



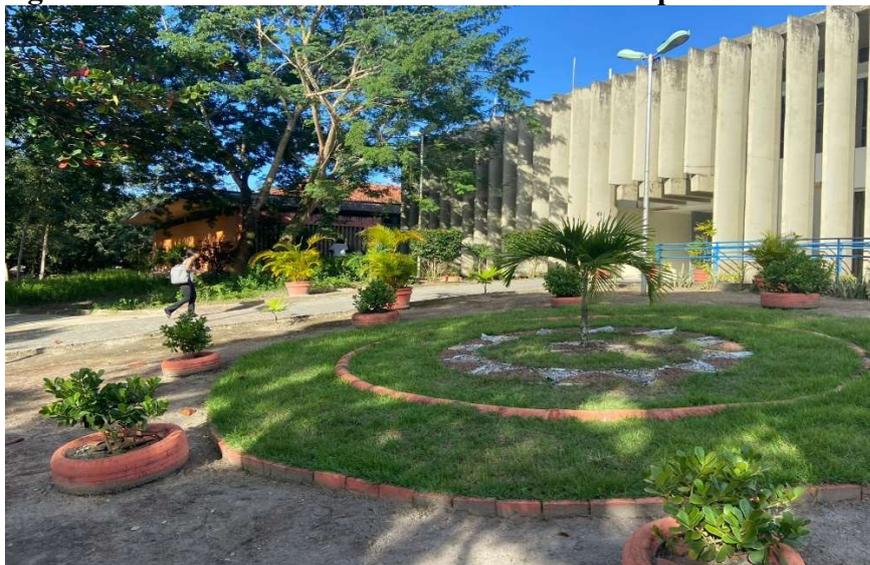
Fonte: ufal.br

O *campus* recebeu o nome de Aristóteles Calazans Simões em reconhecimento ao esforço do reitor, que teve um papel fundamental na implementação e desenvolvimento da universidade, além de ser um dos principais responsáveis pela conquista de recursos para a construção da infraestrutura do *campus* e pelo fortalecimento das atividades acadêmicas.

Atualmente, o *campus* A. C. Simões oferece uma ampla variedade de cursos de graduação, tanto de bacharelado quanto de licenciatura, atendendo a diversas áreas do conhecimento. Entre os cursos de bacharelado, destacam-se Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia, Farmácia, Física, Geografia, Jornalismo, Matemática, entre outros. Além disso, o *campus* também oferece cursos de licenciatura nas áreas de Ciências Sociais, Educação Física, Geografia, História, Letras (com várias habilitações, como Espanhol, Inglês, Francês e Libras), Pedagogia, Química, Música e Teatro, refletindo o compromisso da universidade com a formação tanto de profissionais das áreas acadêmicas quanto de docentes para o ensino básico e superior.

O *campus* também possui uma biblioteca central com um vasto acervo físico e digital que pode ser consultado através do Sistema de Bibliotecas (SIBI). Além disso, há ainda outras bibliotecas setoriais em algumas unidades acadêmicas, como a Biblioteca Setorial de Matemática, a Biblioteca Setorial de Letras, a de Química e a de Física. Seguem algumas imagens fotografadas durante a visita in loco:

**Figura 4: Entrada da Biblioteca Central no campus A. C. Simões**



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024)

O *campus* A.C. Simões é o núcleo central da UFAL, concentrando grande parte da produção acadêmica e científica da universidade. Ele abriga unidades acadêmicas, laboratórios de pesquisa, além de espaços dedicados à extensão universitária e à assistência estudantil, sendo um dos pilares da universidade tanto em termos de infraestrutura quanto de importância simbólica e histórica. O campus também é responsável pela gestão de parte significativa dos cursos de pós-graduação da UFAL, consolidando-se como um centro de excelência no ensino superior em Alagoas.

#### 4.3.2 *Campus* Arapiraca

O *campus* de Arapiraca, localizado no agreste alagoano, foi um marco fundamental no processo de interiorização da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), refletindo a missão institucional de levar o ensino superior público, gratuito e de qualidade a diferentes regiões de Alagoas. Em sua criação, em 2005, a UFAL deu início a um projeto que visava não apenas ampliar o acesso à educação superior no estado, mas também atuar como agente de transformação social e econômica em um dos territórios mais importantes do interior alagoano.

O *campus* de Arapiraca, conforme informações do site<sup>10</sup> do *campus*, como parte do programa de interiorização, começou com 16 cursos de graduação, com 11 oferecidos

---

<sup>10</sup> [https://arapiraca.ufal.br/institucional/quem\\_somos](https://arapiraca.ufal.br/institucional/quem_somos)

diretamente na sede do campus em Arapiraca. A expansão para as unidades de Palmeira dos Índios e Penedo foi uma das estratégias fundamentais para atender a uma população que, até então, enfrentava dificuldades no acesso à educação superior. O campus foi autorizado em 2005, com o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2007, e foi oficialmente inaugurado com uma conferência em 2006. A criação de novos cursos e a ampliação da oferta de vagas marcaram o compromisso da UFAL em proporcionar uma educação de qualidade para uma população que historicamente teve acesso restrito ao ensino superior.

A identidade institucional da UFAL reflete seu compromisso com a democratização da educação e com a valorização da comunidade. Esse processo de interiorização foi realizado de forma que os cursos oferecidos atendem tanto a demanda local quanto os desafios específicos do mercado de trabalho da região. Inicialmente, o campus oferecia cursos como Administração, Agronomia, Arquitetura, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Física, Matemática, Química e Zootecnia, focando em áreas essenciais para o desenvolvimento da região.

Em 2011, como parte do processo contínuo de expansão, o campus ampliou a oferta de cursos, incluindo Administração Pública, Pedagogia e Letras. Essa expansão foi crucial para ampliar a formação de profissionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do agreste alagoano. A adição de cursos noturnos permitiu que 120 estudantes a mais pudessem ingressar na universidade, atendendo a uma demanda crescente por educação superior, especialmente entre trabalhadores e pessoas que precisavam conciliar os estudos com a vida profissional.

Com a implementação de uma postura inclusiva e plural, o *campus* de Arapiraca foi sendo reconhecido como um centro acadêmico de excelência, refletindo a identidade da UFAL como uma universidade comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão. O campus não se limita ao ensino de graduação, mas também oferece o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino e Formação de Professores, demonstrando o compromisso da UFAL com a formação continuada de professores e a qualidade da educação na região.

**Figura 5: Entrada da UFAL *campus* Arapiraca**



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

O *campus* de Arapiraca tem sido crucial para o desenvolvimento regional, formando profissionais em áreas de alta demanda como saúde, educação e agronomia, e impulsionando a pesquisa científica e tecnológica em áreas que impactam diretamente a vida local. Além disso, a expansão da UFAL na região agreste contribuiu para o fortalecimento da memória institucional da universidade, que, ao longo de suas décadas de atuação, se consolidou como um pilar de transformação social no estado de Alagoas.

Em termos de identidade institucional, o campus também é um reflexo das lutas locais e da diversidade cultural da região. Ele não apenas oferece cursos de alta qualidade, mas também fortalece os laços entre a universidade e a comunidade local, incentivando o engajamento comunitário e criando oportunidades de desenvolvimento sustentável.

#### 4.3.3 Expansão das unidades Palmeira dos Índios e Penedo

Com a expansão da UFAL nas regiões do interior de Alagoas, uma população dessas ganhou novas oportunidades de desenvolvimento, especialmente no que se refere ao acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. Localizada em Palmeira dos Índios, a terceira maior cidade do estado, a Unidade Educacional (UE) de Palmeira dos Índios faz parte do Campus Arapiraca e desempenha um papel vital na formação de profissionais para a região.

Desde a sua implantação em 2006, a unidade oferece cursos de graduação em Psicologia e Serviço Social, que foram oferecidos em 2006 e 2007, respectivamente. Esses cursos atendem não apenas aos estudantes locais, mas também às cidades circunvizinhas, ampliando significativamente o alcance da educação superior na região. Além disso, a unidade contribuiu

para o fortalecimento das redes de saúde e assistência social na região, ao formar profissionais capacitados que, muitas vezes, permaneceram nas comunidades onde foram formados.

**Figura 6: Fachada da UFAL *campus* Arapiraca – Unidade Palmeira dos Índios**



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

A Unidade Educacional de Palmeira dos Índios é um exemplo claro de como a interiorização do ensino superior pode impactar positivamente uma região, não apenas por oferecer oportunidades educacionais, mas também por fomentar o desenvolvimento social e econômico local. A presença da UFAL em Palmeira dos Índios representa um esforço contínuo para atender às necessidades educacionais e profissionais do agreste alagoano, consolidando-se como um polo de formação acadêmica e de apoio ao desenvolvimento regional.

A Unidade Educacional de Penedo, fundada em 2006, no Centro histórico de Penedo. Inicialmente, a unidade iniciou suas atividades com dois cursos de graduação: Bacharelado em Engenharia de Pesca e Bacharelado em Turismo, ambos lançados em 2007. Ao longo dos anos, o Campus expandiu sua oferta educacional, passando a disponibilizar, em 2014, três novos cursos de graduação: Bacharelado em Engenharia de Produção, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciências Biológicas. Essa diversificação curricular demonstra o compromisso da UFAL em atender às demandas educacionais da região, proporcionando um ensino superior público, gratuito e de qualidade.

A unidade de Penedo é marcada por uma presença de siglas e nomenclaturas técnicas, refletindo sua estrutura acadêmica e administrativa. A sede da unidade concentra os cursos de Engenharia de Pesca, Turismo e Ciências Biológicas, além das principais salas administrativas.

Um anexo, situado no terreno da Escola Manuel Soares, foi cedido pela prefeitura e abriga os cursos de Sistemas de Informação e Engenharia de Produção. Embora esteja fisicamente próximo à escola de educação básica, o anexo funciona como uma unidade independente, com entrada e estrutura própria, evidenciando a expansão e a importância da unidade na região.

A unidade de Penedo também se destaca por seus espaços culturais e históricos, como o Centro de Cultura e Extensão Universitária (CCEU), popularmente conhecido como Sobrado dos Lessa. Embora o nome "Sobrado dos Lessa" tenha uma representação simbólica significativa, a comunidade acadêmica tende a utilizar a designação técnica (CCEU) com maior frequência. Outro ponto cultural relevante é o Cine Penedo, que serve como palco para eventos e cursos relacionados ao festival de cinema local. Além disso, a unidade conta com o Albergue Turismo, um edifício histórico multifuncional, utilizado tanto para hospedagem quanto para eventos acadêmicos, reforçando o papel da UFAL em Penedo como um polo de educação e cultura.

**Figura 7: Albergue Turismo – Multi laboratório UFAL, em Penedo-AL**



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora (2024).

#### 4.3.4 *Campus* Sertão e REUNI (Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema)

Inaugurado em 15 de março de 2010, o *Campus* do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) está localizado no município de Delmiro Gouveia e representa um marco na interiorização do ensino superior público no estado. Segundo informações do site<sup>11</sup> do *campus*, atendendo atualmente cerca de 1.899 alunos, o *campus* oferece seis cursos de graduação: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Letras, Pedagogia, História e Geografia. Além disso, sua Unidade de Ensino em Santana do Ipanema expande essa oferta educacional ao disponibilizar os cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, ampliando as oportunidades acadêmicas para a população sertaneja.

A criação do *campus* do Sertão integra o processo de expansão das universidades federais, impulsionado pelo Governo Federal durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa expansão ocorreu no contexto do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI foi concebido para fortalecer a infraestrutura acadêmica e pedagógica das instituições federais, promover a democratização do acesso ao ensino superior, reduzir as desigualdades regionais e sociais e garantir a permanência dos estudantes nas universidades.

- No âmbito da UFAL, o REUNI possibilitou a consolidação de sua expansão com três grandes frentes de atuação:
- Expansão do *Campus* Maceió, fortalecendo a formação em nível de graduação e pós-graduação, a produção científica e a extensão universitária;
- Interiorização do ensino superior, consolidando o *Campus* Arapiraca e criando o *Campus* do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e unidade em Santana do Ipanema;
- Reestruturação administrativa e pedagógica, promovendo melhorias acadêmicas e ampliando o impacto social da universidade.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://campusdosertao.ufal.br/institucional/historico>

A chegada da UFAL ao sertão alagoano trouxe uma verdadeira transformação social e educacional para a região. Com um projeto político e pedagógico sólido, o campus tem sido essencial na formação de novos profissionais e no desenvolvimento local. Além de um espaço de ensino, o Campus do Sertão se consolidou como um polo de pesquisa e extensão universitária, promovendo iniciativas que dialogam diretamente com as necessidades da população sertaneja.

**Figura 8: Guarita de Entrada da UFAL *campus* Sertão**



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora (2024)

**Figura 9: Interior da sede do *campus* Sertão, em Delmiro Gouveia-AL (Vista do 1º andar)**



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora (2024)

Ao longo dos anos, de acordo com UFAL (2021), o esse *campus* se destacou pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, pela criação de grupos de estudos e núcleos de pesquisa, além do compromisso com a diversidade étnico-racial e inclusão social, atendendo estudantes quilombolas, indígenas e de baixa renda. Além disso, iniciativas como o UFAL Mais Verde demonstram a preocupação da universidade com a sustentabilidade e a preservação ambiental na região.

O impacto do *campus* do Sertão vai além dos números. Sua existência representa um salto histórico na democratização do ensino superior, garantindo equidade de oportunidades e contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do Alto Sertão de Alagoas. A UFAL no Sertão não apenas expande o acesso ao ensino, mas transforma realidades, constrói novos horizontes e reafirma o papel da universidade pública como agente de mudança social.

#### 4.3.5 CECA (*Campus* de Engenharias e Ciências Agrárias) Delza Gitáí

Conhecido como CECA, antigo Centro de Ciências Agrárias, que se tornou Campus de Engenharia e ciências agrárias, é uma unidade universitária com visão para a formação de profissionais de nível superior voltado para a agropecuária, oferecendo cursos de Agroecologia, Agroecologia Pronera, Agronomia, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Energia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Tecnólogo em Agroecologia e Zootecnia. Ofertando também, cursos em pós graduação nas áreas de Agronomia, Energia da Biomassa, Proteção de Plantas, Ciência Animal e Zootecnia.

**Figura 10: Mapa do campus de Engenharia e Ciências Agrárias (CECA) Delza Gitaí**



Fonte: Arquivo da instituição

O CECA foi criado através da Resolução No 05/75 do Conselho Universitário em 21/05/1975 e passou a funcionar na preexistente Escola Superior de Agronomia, na fazenda São Luiz, no Município de Viçosa no interior de Alagoas.

A Escola Superior de Agronomia da UFAL surgiu através de uma resolução do CCEP/UFAL (conselho coordenador de Ensino e Pesquisa da UFAL) em 01/11/1974 com reconhecimento pelo MEC por intermédio do Doc. No 83.653 de 28/06/1979. O Campus foi nomeado por Delza Gitaí em homenagem à Reitora Professora Delza Goes Gitaí, que exerceu esta função na Universidade Federal de Alagoas no período de 1989-1992. Durante este período, surgiram diversas negociações referentes à incorporação do antigo patrimônio das áreas físicas e tecnológicas, envolvendo os recursos humanos do PLANALSUCAR, programa criado em 1971 com objetivo de financiar pesquisas sobre os tipos de cana-de-açúcar, suas variações e novas possibilidades de cultivo. A Reitora Delza Gitaí, não conseguiu concluir a transferência do centro de pesquisa até então, pois seu mandato expira.

A instituição desde o início manteve suas atividades na Antiga Fazenda São Luiz, em Viçosa. No ano de 1984 foi transferido para a Capital, em Maceió, instalado provisoriamente no Campus Aristóteles Calazans Simões, no bairro de Tabuleiro do Martins. Ocupado pelo primeiro andar do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, o CECA foi novamente transferido em 1996, durante a gestão do Prof Rogério Moura Pinheiro, seguindo suas instalações definitivamente no Campus Delza Gitaí, no km 85 da BR 101 Norte, no Município de rio Largo da Grande Maceió.

#### 4.4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, desde a análise documental e bibliográfica até métodos adotados para a coleta, codificação e análise dos dados, sob o viés da Toponímia Crítica. A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, uma vez que, conforme orientações de Paiva (2019), utilizamos o método de coleta e quantificação de dados, ampliando a validade dos resultados da pesquisa, mas também realizamos a análise e descrição dos dados para interpretação do fenômeno estudado. Paiva (2019) ainda orienta que a triangulação metodológica, ao unir técnicas qualitativas e quantitativas, amplia a validade dos resultados da pesquisa, proporcionando uma compreensão mais robusta do fenômeno estudado.

Os procedimentos técnicos desta pesquisa incluem, primeiramente, a realização de pesquisa bibliográfica, com a leitura de teses, dissertações e artigos acadêmicos relacionados aos temas abordados, como a Toponímia Crítica e conceitos correlatos. Além disso, foram consultados livros e blogs na web sobre a história da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Paralelamente, desenvolveu-se a pesquisa documental, fundamentada em fontes institucionais, como os sites dos campi, o regimento interno da UFAL, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Planos de Desenvolvimento da Unidade (PDU) de cada *campus*.

Para a obtenção de documentos não disponibilizados online, foram encaminhadas solicitações às unidades educacionais da UFAL por meio de e-mails institucionais. Nessas solicitações, foram requeridas listas de identificação de localidades, atas de reuniões que registrassem os processos de nomeação de espaços públicos, bem como os PDUs ausentes nos repositórios oficiais.

Ademais, a etapa seguinte foi a observação de campo *in loco*, técnica amplamente recomendada para investigações que buscam compreender fenômenos em seu contexto real e dinâmico. Conforme Paiva (2024), a imersão direta no ambiente estudado proporciona uma visão mais concreta das interações e dinâmicas espaciais, captando aspectos que poderiam passar despercebidos em análises exclusivamente documentais. Gil (2018) enfatiza que a observação de campo é uma ferramenta eficaz para apreender elementos implícitos, como comportamentos, interações e a disposição dos espaços, complementando os dados coletados por meio de documentos e entrevistas.

Foram realizadas três visitas ao *campus* A. C. Simões, duas ao *campus* Sertão, incluindo sua unidade em Santana do Ipanema, uma visita ao *campus* Arapiraca e suas unidades em

Penedo e Palmeira dos Índios, além de uma visita ao *Campus* de Ciências Agrárias (CECA). No entanto, não foi possível visitar a unidade de Viçosa devido a questões logísticas e à distância em relação à residência da pesquisadora, que custeou todas as visitas com recursos próprios.

#### 4.4.1 Coleta de dados

A coleta de dados desta pesquisa foi conduzida por meio de três abordagens metodológicas principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, através da observação *in loco*. As estratégias adotadas foram fundamentadas em procedimentos metodológicos rigorosos, conforme preconizam os estudos de Lakatos e Marconi (2003), Gil (2008) e Paiva (2024) de modo a garantir a validade e confiabilidade dos dados obtidos.

#### 4.4.2 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consistiu na revisão e análise de obras fundamentais sobre a toponímia, como teses, dissertações e artigos acadêmicos, abrangendo tanto a tradição canônica da área quanto abordagens críticas contemporâneas. Para tanto, foram selecionadas referências de autores estrangeiros, como Alderman (2008) e Berg (2009), além de contribuições nacionais de Carvalhinhos e Lima (2024), que discutem a toponímia crítica no Brasil. Outros temas também foram consultados, cujos conceitos são essenciais para a análise desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica é de suma importância, pois, segundo Gil (2008, p. 50) permite ao pesquisador conhecer e analisar as principais contribuições teóricas já desenvolvidas sobre o tema investigado.

Foram também consultados trabalhos acadêmicos desenvolvidos por colegas estudantes de pós-graduação, incluindo a dissertação de mestrado de Silva (2024), que aborda a nomeação de assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A pesquisa enfatiza como a memória coletiva e a identidade dos trabalhadores rurais são preservadas por meio da escolha de nomes que refletem a luta pela reforma agrária e a resistência dos assentamentos frente a processos históricos de exclusão fundiária. Além disso, o autor destaca a importância da nomeação dos assentamentos como um ato político, evidenciando como os topônimos podem representar símbolos de resistência e coesão social dentro do movimento.

Ademais, foram estudados conceitos de identidade, memória, ideologia e memória coletiva, fundamentais para a compreensão do fenômeno da nomeação de espaços acadêmicos.

A análise dessas fontes revelou aspectos importantes sobre a relação entre nomeação de espaços e a construção de memória e identidade e relações de poder, contribuindo para a fundamentação teórica da pesquisa e análise da pesquisa.

Outras fontes relevantes incluíram blogs e sites institucionais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com foco na história institucional e no desenvolvimento dos campi interiorizados. Entre os materiais analisados, destacam-se os livros Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico, coordenador por Azevedo (1982) Universidade Federal de Alagoas: o livro dos 50 anos (2013), disponíveis na Biblioteca Central da UFAL e também em algumas bibliotecas setoriais da instituição, os quais fornecem um rico panorama sobre a trajetória da instituição e apresentam registros documentais, como atas de reuniões, convites para eventos e diplomas históricos.

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) destacam que “[...] a pesquisa bibliográfica não consiste em uma simples repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas possibilita a análise sob uma nova perspectiva, conduzindo a conclusões inovadoras.”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial neste estudo, permitindo à pesquisadora acessar o conhecimento já consolidado sobre os temas abordados e fundamentar a análise do fenômeno investigado. No entanto, além desse recurso, o pesquisador também pode recorrer a outra abordagem essencial para sua investigação para endossar a sua pesquisa: a pesquisa documental, que será explorada no próximo subtópico.

#### 4.4.3 Pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada através da análise de registros institucionais e normativos da universidade, que possibilitou um levantamento de dados do presente e também do passado da UFAL, construindo uma descrição satisfatória e uma caracterização fidedigna da instituição, pois, conforme definido por Paiva (2024, p. 166), "Documentos são fontes de pesquisa que levam a entender o passado". Inicialmente, foram consultados documentos primários disponíveis no site oficial da UFAL, incluindo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que detalha aspectos estruturais e administrativos da universidade.

Além dos PDIs, foram analisados documentos específicos de unidades acadêmicas, incluindo regimentos internos, atas de reuniões institucionais e registros sobre a nomeação de espaços. Dentre os materiais encontrados, destaca-se um formulário disponibilizado pela Faculdade de Letras da UFAL para escolha do nome de um espaço acadêmico, evidenciando a participação da comunidade na atribuição de denominações. Também foram identificadas

homenagens prestadas a professores e pesquisadores, refletindo a influência de trajetórias acadêmicas individuais na toponímia acadêmica.

Diante da indisponibilidade de alguns documentos em determinados campi, foram enviadas solicitações formais, via e-mail, às unidades acadêmicas e diretorias de campus, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando informações sobre a nomeação de espaços. Enquanto algumas unidades responderam prontamente, outras não forneceram retorno, fato documentado em um quadro anexo.

A busca por informações adicionais revelou a falta de padronização na nomeação de espaços acadêmicos na UFAL. De acordo com a secretaria da reitoria, não há nenhuma lei ou portaria institucional que regulamenta esse processo ou estabeleça critérios específicos. Cada unidade adota seu próprio método de nomeação, que geralmente ocorre por meio de reuniões entre membros da comunidade acadêmica. Após a deliberação, a decisão é registrada em ata e submetida ao Conselho Universitário (CONSUNI) para aprovação.

Além disso, constatou-se a ausência de um banco de dados com os nomes atribuídos às infraestruturas universitárias, o que dificulta tanto o acesso a essas informações quanto a preservação de um histórico institucional organizado. Essa lacuna reforça a necessidade de visitas *in loco* para observação, aspecto que será abordado no próximo subtópico.

#### 4.4.4 Observação *in loco*

A pesquisa de campo tem caráter de observação não participante e estruturada, que, de acordo com Paiva (2024), é não participante porque acontece sem que o pesquisador interfira no contexto da pesquisa, além disso, é estruturada, pois há um planejamento e critérios preestabelecidos que guiam o pesquisador na observação.

A observação foi conduzida em diversos campi e unidades da UFAL, com o objetivo de registrar *in loco* a distribuição e a nomeação dos espaços acadêmicos e complementar as informações obtidas até então. De acordo com Gil (2008, p. 30) a observação constitui “[...] procedimento indispensável para atingir o conhecimento científico. Graças a seus influxos é que foram definidas técnicas de coleta de dados e elaborados”, desse modo, o autor ressalta a importância da observação como um método imprescindível para a construção do conhecimento científico, uma vez que possibilita a obtenção de dados reais e confiáveis e a validação de informações previamente levantadas. No contexto desta pesquisa, a observação *in loco* tornou-se necessária para preencher as lacunas decorrentes da insuficiência de dados na

pesquisa bibliográfica e documental, permitindo uma análise mais completa e precisa do fenômeno estudado. A partir disso, foram realizadas visitas aos seguintes locais:

- *Campus* A. C. Simões (Maceió);
- *Campus* Arapiraca e suas unidades educacionais em Palmeira dos Índios e Penedo;
- *Campus* Sertão (Delmiro Gouveia) e unidade de Santana do Ipanema;
- Centro de Ciências Agrárias (CECA).

Durante as visitas, os seguintes procedimentos foram adotados:

- Registro fotográfico das placas e letreiros de identificação de espaços acadêmicos;
- Anotação da distribuição espacial das nomeações dentro dos campi;

Durante a observação, os dados coletados já revelaram diferenças significativas entre unidades mais antigas e algumas de criação recente. No *campus* A. C. Simões, por exemplo, constatou-se uma presença expressiva de espaços nomeados, abrangendo auditórios, salas de reuniões e laboratórios. A grande maioria dessas denominações tem caráter comemorativo, homenageando figuras que desempenharam papéis relevantes na história da UFAL, o que contribui para a preservação da memória institucional e reforça a identidade acadêmica. A Reitoria e a Biblioteca Central também apresentam elementos que remetem à trajetória da universidade, sendo notável a presença de placas comemorativas e memoriais que registram eventos históricos e marcos administrativos.

O auditório da Reitoria, por exemplo, foi denominado Nabuco Lopes, em homenagem ao segundo reitor da universidade. Já na Biblioteca Central, apesar de não haver um nome oficial atribuído, existe um espaço intitulado Memorial Arthur Ramos, em homenagem a um importante médico alagoano que foi um dos principais articuladores da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Observou-se que, mesmo sem uma padronização formal na nomeação dos espaços, há um forte caráter de preservação da memória institucional na unidade, com homenagens majoritariamente voltadas a figuras da elite alagoana.

Também foi realizada uma visita ao Hospital Universitário (HU) Prof<sup>o</sup> Alberto Antunes, onde foi possível catalogar apenas o nome comemorativo atribuído à instituição. No entanto, a pesquisa nos espaços internos do hospital não foi autorizada, uma vez que esse tipo de investigação exige um cadastro prévio em uma plataforma específica para acesso à unidade. Devido aos prazos reduzidos da pesquisa de mestrado, não foi possível realizar esse procedimento, o que impossibilitou uma análise mais abrangente sobre a nomeação dos espaços no HU.

As observações também foram realizadas na Unidade Docente Assistencial (UDA), um posto de saúde que atende tanto estudantes da universidade quanto a população do bairro

Village Campestre II. Nesse espaço, constatou-se a atribuição do nome Professor Gilberto de Macedo, em homenagem a um docente do curso de Medicina da UFAL. Essa nomeação já aponta para uma tendência na universidade de homenagear figuras da elite alagoana, reforçando o padrão institucional de preservação da memória acadêmica por meio da atribuição de nomes a espaços públicos.

A visita ao *Campus* de Ciências Agrárias (CECA) Delza Gitaí, localizado em Rio Largo, revelou aspectos relevantes sobre a política de nomeação dos espaços. Segundo informações colhidas *in loco*, o *campus* abriga 34 espaços distintos, incluindo laboratórios, salas de aula e setores administrativos. Apesar da grande dimensão territorial, verificou-se que poucos desses espaços possuem uma denominação formal. Um ponto de destaque foi a cessão de parte do *campus* para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), mais especificamente a unidade Tabuleiros Costeiros, cuja sede original está localizada em Aracaju. Nesse ponto, levantamos o seguinte questionamento: Essa parceria pode evidenciar a influência de instituições externas na configuração dos espaços da UFAL? Tal questionamento pode levantar reflexões sobre possíveis impactos na identidade acadêmica local.

No *campus* do Sertão, em Delmiro Gouveia, constatou-se uma abordagem mais estruturada na nomeação dos espaços acadêmicos. Durante a visita, foram identificadas denominações que dialogam tanto com referências históricas quanto com elementos regionais.

O auditório Graciliano Ramos remete à tradição literária alagoana, o que reflete uma tendência observada no *campus* A. C. Simões, de homenagear figuras de destaque da elite alagoana. Por outro lado, o restaurante universitário, nomeado Marielle Franco, homenageia uma figura representativa das minorias, pois preserva a memória de uma mulher negra, lésbica e da periferia do Rio de Janeiro, que foi assassinada por lutar pelos direitos das minorias das quais ela fazia parte. Além disso, o Anexo Mandacaru, traz uma referência à flora local, e o próprio nome do *campus* reforçam o vínculo simbólico entre a instituição e o contexto geográfico e cultural em que está inserido.

Já no *campus* de Santana do Ipanema, verificou-se um padrão distinto, com nomenclaturas técnicas e a ausência de atribuição de nomes a espaços geográficos. Os espaços são identificados por siglas funcionais, vinculadas às suas respectivas atividades administrativas e acadêmicas. Esse cenário pode estar associado ao estágio inicial de estruturação da unidade, sugerindo que a ausência de nomeações formais reflete um processo ainda em desenvolvimento.

Dificuldades metodológicas foram enfrentadas em algumas unidades, especialmente no que diz respeito à obtenção de informações sobre a nomeação de laboratórios e blocos

acadêmicos, no Campus A. C. Simões, por exemplo, há os blocos que todos chamam de “Severinão” e “João de Deus”, mas não há nenhum registro formal desse nome, mesmo sendo mencionado até no site oficial da UFAL.

Outra situação que surpreendeu foi a quantidade de espaços sem nomeação. No Campus de Arapiraca, por exemplo, verificou-se que poucos espaços possuem nomeação oficial, sendo encontrados apenas dois exemplos que se destacam: um laboratório denominado Casa Velha e um espaço de convivência informalmente chamado pelos estudantes de Baixa da Égua. Essa falta de nomeações formais sugere um modelo de organização em que a funcionalidade dos espaços se sobrepõe à constituição da memória institucional do campus que é relativamente recente.

Na unidade de Penedo, observou-se a predominância de siglas na identificação de setores administrativos e acadêmicos e da adoção de nomes próprios. A sede do campus abriga os cursos de Engenharia de Pesca, Turismo e Ciências Biológicas, enquanto um anexo, construído num terreno cedido pela prefeitura, é utilizado para os cursos de Sistemas de Informação e Engenharia de Produção. Um espaço de relevância cultural identificado foi o Centro de Cultura e Extensão Universitária (CCEU), também conhecido como Sobrado dos Lessa. Embora esse nome traga consigo um valor histórico, a comunidade acadêmica tende a utilizar mais a designação técnica (CCEU), o que demonstra a coexistência entre nomeações formais e nomenclaturas pragmáticas.

Na Unidade de Palmeira dos Índios, verificou-se um avanço na incorporação de nomes que refletem a identidade local. Centros acadêmicos começaram a receber denominações que homenageiam figuras da região, como a professora Maninha Xukuru. Além disso, recentemente, houve um debate em reunião com os membros da comunidade para nomear a biblioteca setorial em homenagem a uma professora falecida, o que reforça o vínculo com a comunidade local. No entanto, até a data da visita, em agosto de 2024, a biblioteca ainda não recebeu identificação formal, permanecendo sem nome, mesmo após a aprovação da designação em reunião.

A análise conjunta dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, documental e observacional permitiu a construção de um panorama sobre a política de nomeação de espaços acadêmicos na UFAL, que serão discutidas com mais profundidade no capítulo de análise e descrição dos dados.

## 4.5 CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados, partimos para a fase de tratamento dos dados, seguindo as diretrizes de Gil (2008), que ressalta que o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados são fundamentais para torná-los válidos e significativos. Inicialmente, realizamos uma análise minuciosa do corpus para identificar repetições, ou erros na coleta dos dados. A etapa de codificação dos dados foi realizada a partir da organização do corpus coletado, garantindo a estruturação e categorização das informações de forma sistemática.

O procedimento adotado seguiu um método de codificação estruturada, permitindo a segmentação dos dados em diferentes níveis de classificação, através de uma planilha no programa Microsoft Excel, a fim de garantir o um *corpus* organizado que evidencia as nomeações de espaços acadêmicas na UFAL de forma realista.

Na planilha, a estrutura inicial dos nomes foi mantida de forma a preservar a integridade da informação. Cada entrada recebeu um número de identificação original, garantindo sua unicidade no banco de dados. Além disso, os nomes foram organizados seguindo alguns critérios?

- Elemento Geográfico: Indica a localização ou espaço geográfico em si, por exemplo, auditório, sala, biblioteca etc.
- Qualificativo do AH: Nessa coluna, é especificado se o acidente humano (espaço criado pelo homem) apresenta algum qualificativo. Ela é preenchida apenas quando o nome apresenta algum qualificativo na sua composição, por exemplo, em pátio central, pátio é o elemento geográfico e central, um qualificativo.
- Atividade/Função (Natureza do Curso): Define a função ou uso do espaço, como em “bloco de salas de aula”, bloco é o elemento geográfico e “de salas de aula” representa a atividade ou função do espaço.
- Específico (Topônimo em si): Identifica o nome específico associado ao item.
- Categoria: Fornece a classificação em um sistema estruturado de dados que se relacionam de algum modo. E a partir dessa categorização, os dados podem ser tabulados e quantificados.
- Atividade: Nessa coluna é especificado se aquele nome representa uma atividade meio ou atividade fim, de acordo com princípios administrativos.

Com base nessa análise, iniciamos a codificação dos dados, estabelecendo oito categorias principais que serviram como base para a análise dos fenômenos identificados no corpus:

1. Sistema de Nomeação Alfanumérico – Identifica espaços nomeados com números, letras, ou letra mais número, sem referência a homenagens ou significados culturais.
2. Atividades Acadêmicas – Nomeações de espaços relacionados a práticas de ensino, pesquisa e extensão, como projetos, programas e grupos de estudos, mas que apresentam um nome específico, como Ufal mais verde, por exemplo, que ao receber essa nomeação, acaba nomeando também o espaço onde essas atividades acontecem. Vale ressaltar que nem todos os grupos de estudos ou programas entraram nessa categoria, pois muitos deles são nomeados através de siglagem e não por um elemento específico.
3. Ausência de Nomeação – Espaços que não possuem designação oficial, indicando ausência toponímica em muitos espaços da universidade.
4. Homenagem Memória – Nomeações que destacam figuras acadêmicas, políticas ou culturais falecidas ou aposentadas.
5. Parcerias e Influências externas – Nomeações influenciadas por agentes externos, como financiadores ou parcerias institucionais, que podem indicar potenciais commodificações toponímicas dentro da universidade.
6. Identidade Acadêmica – Nomeação que reforça a identidade institucional, como é o caso do bloco João de Deus, que é tão referenciado por esse nome, que a pessoa homenageada não é mais lembrada, pois o nome passou a fazer parte da identidade da instituição. Nessa categoria há também as nomeações que indicam identidade disciplinar, como por exemplo, os laboratórios do Instituto de Computação, os que receberam atribuição toponímica com grandes nomes da área da computação, como Alan Turing.
7. Promoção à Justiça Social – Nomeações que buscam representar grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade ou promover equidade social.
8. Representatividade Territorial e Regional – Nomeações que ressaltam vivências, ou o pertencimento local e regional da comunidade acadêmica.
9. Siglagem – Nomeações que apresentam siglas, que geralmente são utilizadas para facilitar a pronúncias dos nomes, ou por questão de organização e padronização institucional.

O processo de codificação dos dados passou por duas fases de análise, para que a classificação das categorias de análise pudesse abranger todo o *corpus*, que é diverso, esse procedimento objetivou apresentar um *corpus* que refletisse fielmente a realidade das nomeações dos espaços acadêmicos da Universidade Federal de Alagoas.

Esse tratamento minucioso evidencia os processos de nomeação acadêmica na UFAL de forma realista e detalhada. Como aponta Gil (2008), a exploração sistemática do material é uma etapa longa e detalhada, envolvendo recorte, escolha de unidades, enumeração, classificação e estabelecimento de critérios de contagem.

A etapa de codificação é crucial para a análise dos dados coletados, pois segundo Lakatos e Marconi (2003), é a codificação que permite transformar os dados qualitativos em quantitativos. Desse modo, após a codificação foi feita a tabulação dos dados, em que são apresentados gráficos e tabelas com o quantitativo de nomes coletados e a quantidade de ocorrência de cada categoria nas nomeações da instituição aqui estudada. Esses dados, devidamente quantificados, serão apresentados na próxima seção de descrição e análise dos dados.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar a análise dos dados coletados, explorando os processos de nomeação dos espaços acadêmicos na UFAL. A partir do viés da toponímia crítica, busca-se compreender como as nomeações são construídas, quais discursos são perpetuados e quais memórias são valorizadas ou silenciadas. A análise considera a influência práticas pedagógicas, de aspectos institucionais, identitários e simbólicos, com base em conceitos da geografia cultural e dos estudos sobre memória e poder simbólico.

Ao longo da seção, são investigadas as categorias de nomeação, suas especificidades e tendências nos diferentes *campi* da universidade. O estudo também examina de que forma as nomeações podem fomentar a justiça social, considerando a presença de homenagens a grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas. A análise não se limita ao aspecto quantitativo, mas busca compreender os significados e impactos dessas nomeações na construção da identidade universitária. Dessa forma, esta seção contribui para um entendimento mais amplo sobre a relação entre nomeação, memória e identidade na UFAL.

### 5.1 PANORAMA DA ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS: DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NOMEAÇÕES

Para melhor compreender a distribuição dos espaços nomeados dentro da universidade, é necessário compreender as atribuições das atividades meio e atividades fim e suas diferenças. Essa distinção é fundamental para compreender a estrutura organizacional de uma instituição, seja no âmbito privado ou público.

As atividades meio são aquelas que garantem o funcionamento da instituição, mas não fazem parte de sua essência ou propósito final. Elas incluem funções administrativas, burocráticas e operacionais, como gestão financeira, infraestrutura, suporte técnico e planejamento estratégico. Embora não estejam diretamente ligadas à principal razão de existência da organização, são indispensáveis para assegurar que as atividades essenciais, que são as atividades fim, possam ser executadas com eficiência. Sobre isso, Vlasman *et al.* (1979, p. 90) esclarecem que

desta forma, cabe-nos pensar nas atividades-meio, de modo a que possam contribuir ao máximo para a realização dos fins da universidade, que são as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isto quer dizer que as atividades-meio têm de ser organizadas, não apenas segundo seus próprios procedimentos e características, mas, principalmente, para melhor servir às finalidades da instituição.

Como citado pelos autores, no contexto de uma universidade, por exemplo, as atividades-fim incluem o ensino, a pesquisa e a extensão, pois são essas funções que atendem à finalidade educacional da instituição. Em contraponto às atividades-meio, essas atividades são desempenhadas por aqueles que lidam diretamente com a missão da organização, como professores e pesquisadores no caso do ensino superior. Logo, podemos concluir que as atividades-meio são aquelas que sistematizam e viabilizam as atividades fim. A definição clara entre essas categorias não apenas organiza a distribuição de recursos e espaços, mas também influencia aspectos administrativos e jurídicos.

Diante disso, entende-se que a universidade é um espaço plural e diversificado, onde coexistem múltiplas atividades acadêmicas, organizadas entre atividades meio, com espaços especificamente administrativas e atividades fim através das quais são desenvolvidas atividade com professores e estudantes.

Os espaços universitários refletem essa dinâmica, abrangendo ambientes exclusivos para a administração, como salas de coordenação, secretarias de cursos; outros espaços para docentes, ambientes para discentes e também aqueles compartilhados entre docentes e discentes, como laboratórios, auditório, bibliotecas, etc.

Além dos ambientes de ensino e pesquisa, a universidade abriga espaços dedicados a programas acadêmicos e projetos institucionais, como grupos de estudo, núcleos de pesquisa e iniciativas de extensão. Alguns dos quais estão vinculados a parcerias externas, como empresas juniores e projetos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, incluindo organizações como o Sebrae e ligas acadêmicas, que são entidades independentes.

Ademais, a universidade também conta com ambientes que fazem parte da vivência cotidiana da comunidade acadêmica, como salas de descanso e áreas de convivência, que contribuem, assim, para a sua experiência educacional e institucional. Esses espaços, mesmo que não estejam diretamente ligados ao ensino, extensão ou à pesquisa, desempenham um papel fundamental na construção da identidade universitária e, por isso, merecem atenção na análise das nomeações institucionais. A seguir apresentamos uma tabela com o resumo dos dados obtidos de acordo com cada categoria.

**Tabela 1: Distribuição e Quantificação do Corpus por Categorias de Nomeação**

<b>CATEGORIA</b>	<b>ATIVIDADES MEIO</b>	<b>ATIVIDADES FIM</b>	<b>TOTAL</b>
Alfanumérico	201	103	304
Atividades Acadêmicas	0	14	14
Ausência de Nomeação	308	382	690
Homenagem E Memória	2	59	61
Identidade Acadêmica	1	8	9
Parcerias e Influências Externas	0	14	14
Promoção A Justiça Social	1	1	2
Representatividade Territorial e Regional	0	8	8
Siglagem	23	156	179
<b>TOTAL</b>	<b>537</b>	<b>745</b>	<b>1.281</b>

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

Em uma análise preliminar de caráter quantitativo, emergem diferentes padrões de nomeação que organizam os espaços acadêmicos da UFAL. Esses padrões variam conforme o campus, a natureza dos cursos e os critérios administrativos adotados pela instituição. Nota-se que as práticas de nomeação estão associadas à funcionalidade e à eficiência organizacional, ao mesmo tempo em que incorporam, ainda que de forma variável, elementos de decisões simbólicas e institucionais.

Um dos fenômenos mais evidentes é a predominância da identificação alfanumérica em salas de aula, blocos acadêmicos e alguns laboratórios. Com um total de 305 registros nessa categoria, sendo 202 nas atividades meio e 103 nas atividades fim, essa prática se destaca como uma forma funcional e direta de organizar o espaço. Identificações como "Sala 1", "Bloco A" e "Sala C2" são utilizadas para facilitar a localização e o gerenciamento dos ambientes

Outro padrão significativo é o uso frequente de siglas, especialmente em espaços administrativos e laboratórios. A categoria "Siglagem" conta com 179 registros, dos quais 156 estão relacionados às atividades fim. Unidades administrativas como núcleos de tecnologia da informação, coordenações de cursos e setores de assistência estudantil adotam siglas para tornar suas designações mais práticas e fáceis de lembrar, como NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação) e NAE (Núcleo de Assistência Estudantil). O mesmo acontece com laboratórios, onde nomes extensos são abreviados em acrônimos que promovem agilidade no uso e identificação.

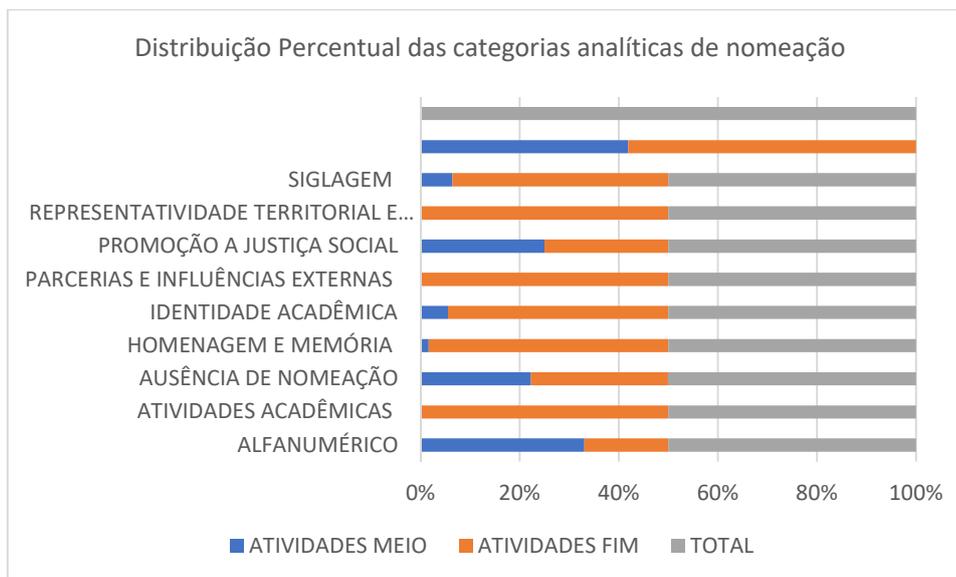
Um aspecto chama atenção é a expressiva ausência de nomeação em diversos espaços acadêmicos, que soma 690 registros, representando a maior categoria identificada. Essa lacuna pode estar associada a uma falta de políticas institucionais específicas para a nomeação de ambientes, uma vez que as nomeações de espaços na UFAL acontecem por iniciativa da unidade, mas sem uma lei ou portaria que regulamenta isso, ou a uma escolha estratégica para priorizar funcionalidades básicas em detrimento de designações simbólicas. Essa ausência é notável tanto nas atividades meio (308 registros) quanto nas atividades fim (382 registros), indicando que a ausência toponímica pode ser uma característica predominante na UFAL.

Além disso, a análise evidencia que as homenagens e referências à memória são mais frequentes nos espaços voltados às atividades fim. Com 60 registros nessa categoria, a maior parte (58) está associada a ambientes de ensino, pesquisa e extensão. Isso sugere que, nesses casos, há um esforço em valorizar figuras históricas ou eventos marcantes que reforcem a identidade institucional e o papel social da universidade. Entretanto, categorias como "Promoção à Justiça Social" (2 registros) e "Representatividade Territorial e Regional" (8 registros) apresentam números significativamente baixos, sugerindo uma possível sub-representação de grupos historicamente marginalizados. Embora a análise qualitativa revele que algumas homenagens, como aquelas dedicadas a mulheres, possam promover a justiça social, esses casos ainda são isolados e insuficientes para elevar os números gerais. Além disso, aspectos culturais e regionais permanecem subvalorizados na nomeação dos espaços acadêmicos.

Esses padrões revelam, de maneira preliminar, que as práticas de nomeação na UFAL oscilam entre a funcionalidade administrativa e o simbolismo institucional. Enquanto os espaços de uso cotidiano priorizam a simplicidade e a eficiência por meio de siglas e nomenclaturas alfanuméricas, as áreas de ensino, pesquisa e extensão tendem a receber maior atenção simbólica por meio de homenagens e representações de memória coletiva.

Para uma melhor compreensão dos dados analisados, a seguir é apresentado um gráfico que ilustra as porcentagens de ocorrência de cada categoria, corroborando com a interpretação dos resultados.

**Figura 11: Distribuição Percentual das Categorias Analíticas de Nomeação**



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2025).

O gráfico demonstra que a categoria *Ausência de Nomeação* domina os registros, representando 53,86% do total, seguida pela categoria *Alfanumérico*, que corresponde a 23,81%, evidenciando o foco funcional nos processos denominativos daquele espaço acadêmico. A *Siglagem* aparece com 13,96%, destacando-se como uma alternativa prática para identificar ambientes, especialmente nos vinculados às atividades fim. Outras categorias, como *Homenagem e Memória* (4,68%) e *Identidade Acadêmica* (0,70%), apresentam menor representatividade, enquanto *Promoção à Justiça Social* (0,16%) e *Representatividade Territorial e Regional* (0,62%) possuem percentuais ainda mais reduzidos, indicando sua sub-representação no contexto das nomeações catalogadas.

Ao analisar os dados em sua totalidade, observa-se uma predominância de critérios práticos sobre aspectos simbólicos e sociais. No entanto, no próximo tópico, será realizada uma análise qualitativa, explorando também a relação entre os campi e o número de ocorrências de cada categoria analítica.

## 5.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS DE NOMEAÇÃO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DA UFAL: UMA LEITURA CRÍTICA TOPONÍMICA

Neste tópico, a análise está dividida em categorias analíticas, incluindo a ausência de nomeação, os sistemas alfanuméricos, as siglas, as homenagens e memórias, a identidade acadêmica, as representações territoriais e regionais, as influências externas e a promoção da justiça social. A discussão também enfatiza como determinados nomes são escolhidos para

perpetuar memórias específicas e quais padrões de exclusão podem ser observados na pouca ocorrência de referências a grupos historicamente marginalizados. Além disso, a análise aborda como as nomeações podem reforçar ou desafiar hierarquias e estruturas de poder dentro do ambiente acadêmico

### 5.2.1 Ausência de Nomeação

Essa categoria foi a de maior ocorrência no corpus, com um total de 691 espaços que não receberam uma nomeação específica, mas apresenta apenas uma descrição das atividades que ali são desenvolvidas, ou menos apresentando apenas o elemento genérico do topônimo, como “auditório”, ou biblioteca”. Esse padrão reflete a lógica administrativa típica da gestão pública e era previsível, visto que a designação funcional dos espaços é uma prática comum na estruturação de órgãos públicos.

Esse fenômeno pode ser compreendido a partir de diferentes fatores culturais, institucionais e políticos, sendo sobretudo influenciado por dinâmicas institucionais. Trata-se de um padrão comum na administração pública e até mesmo em instituições privadas, nas quais a identificação dos espaços ocorre frequentemente com base na funcionalidade, sem necessariamente remeter a memórias institucionais ou homenagens individuais. Essa prática, que pode parecer aleatória à primeira vista, está enraizada na racionalização burocrática e na lógica funcionalista que orienta a organização dos espaços institucionais.

A forma como os espaços são nomeados – ou a ausência de nomeação – reflete a maneira como uma sociedade estrutura e percebe seu próprio território. Segundo Claval (2007, p. 139), "uma fonte, uma estátua, um monumento que desponta numa sequência enfileirada servem de referenciais. A familiaridade continua essencialmente aquela do espaço horizontal percorrido". O autor ilustra como determinados elementos espaciais, sejam nomeados ou não, funcionam como marcos referenciais que orientam a experiência dos indivíduos dentro de um ambiente. No contexto da UFAL, a ausência de nomeação reflete a forma como a instituição organiza e define seus espaços a partir de critérios administrativos, priorizando a funcionalidade, ficando assim, a representação da identidade institucional por referenciais simbólicos em segundo plano.

A padronização dos espaços é uma característica das sociedades burocráticas, em que a organização territorial responde a princípios de eficiência e controle, e não necessariamente à valorização da memória ou da identidade institucional. Assim, a ausência de nomeação na UFAL pode ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de racionalização

administrativa, no qual os espaços são referenciados pela sua funcionalidade prática, sem a necessidade de carregar consigo um valor simbólico mais profundo. Dessa forma, a UFAL se equipara a outras instituições públicas e privadas, nas quais a designação dos espaços segue critérios essencialmente técnicos e organizacionais.

### 5.2.2 A categorização alfanumérica das nomeações e sua padronização institucional

Conforme vem sendo discutido, a nomeação de espaços em qualquer sociedade desempenha um papel central na organização, na referência espacial e na construção de significados. No contexto institucional, especialmente na UFAL, essa nomeação frequentemente segue uma lógica padronizada, estruturada predominantemente por referência ao espaço de acordo com as atividades que acontecem, sem que haja uma nomeação específica, outras vezes por sistemas alfanuméricos, ou até por siglas. Esse modelo de nomeação se justifica pela tendência institucional de facilitar a localização e a navegação dentro de um ambiente amplo e dinâmico, promovendo eficiência e clareza na identificação dos espaços. A seguir, a tabela apresenta a distribuição das ocorrências das subcategorias de nomeação por sistema alfanumérico identificadas nesta pesquisa:

**Tabela 2: Subcategorias das ocorrências de classificação alfanumérica**

<b>SUBCATEGORIAS</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
LETRA	15
NÚMERO	264
LETRAS E NÚMERO	19
ALGARISMO ROMANO	6
<b>TOTAL</b>	<b>304</b>

Fonte:Elaboração própria

Observa-se a maior ocorrência, nessa categoria, de nomeações por numeração, depois letras e números e, em poucos casos, nomeação com numeração romana. Essa padronização alfanumérica nos espaços acadêmicos segue uma estrutura previsível. Geralmente, as letras indicam setores ou edifícios, como os tradicionais "Bloco A", "Bloco B" e "Bloco C", enquanto a numeração específica designa a sala dentro desse setor, resultando em códigos como "A01" ou "B03". Além disso, há uma relação direta entre a numeração e a disposição dos espaços dentro das edificações: códigos como "101", "201" e "301" muitas vezes indicam uma

orientação vertical, diferentes andares, permitindo que qualquer indivíduo compreenda a lógica espacial sem necessidade de explicações adicionais.

Esse tipo de sistematização agiliza a circulação interna e reduz a necessidade de orientações detalhadas e de sinalizações complementares. Claval (2007, p.205) reforça essa ideia ao afirmar que, quando um espaço está bem estruturado e organizado, uma nomeação mais específica pode ser dispensável, pois a própria lógica da numeração já cumpre a função de referência de maneira intuitiva.

Podemos equiparar o sistema de nomeação alfanumérica à atribuição de números de identificação nas residências, que teve início na França, no século XV, nesse contexto Rose-Redwood (2009) argumenta que a numeração de casas nas cidades obedece a essa mesma lógica: ao estabelecer uma sequência ordenada e uniforme, o sistema de endereçamento permite que as pessoas compreendam e localizem endereços sem a necessidade de um nome específico para cada unidade. Esse princípio organizacional se reflete diretamente na nomenclatura dos blocos, salas, laboratórios e demais ambientes universitários, onde o uso de números e letras cumpre essa função de sistematização espacial.

Rose-Redwood *et al.* (2010, p. 454) enfatizam que “a nomeação de lugares é um dos principais meios de tentar construir identidades espaciais claramente demarcadas”<sup>12</sup> e representa escolhas que reforçam ou silenciam determinadas narrativas e memórias institucionais. Quando um espaço recebe uma designação numérica em vez de um nome específico, perde-se a oportunidade de atribuir a ele um valor simbólico, seja por meio da homenagem a figuras acadêmicas relevantes, seja pela representação de grupos sociais ou culturais.

Em um contexto universitário, onde a memória coletiva e a identidade institucional são elementos fundamentais, a nomeação de espaços poderia desempenhar um papel mais ativo na valorização da história acadêmica e na promoção da diversidade e da justiça social. Dessa forma, ainda que a padronização alfanumérica seja eficaz para a organização espacial, ela também reforça uma racionalidade institucional que privilegia a praticidade em detrimento da construção simbólica dos espaços.

---

<sup>12</sup> Versão original em inglês: the naming of places is one of the primary means of attempting to construct clearly demarcated spatial identities.

### 5.2.3 Nomeação de espaços através de siglagem

A siglagem, observada como a terceira maior ocorrência nas nomeações dos espaços acadêmicos da UFAL, representa uma estratégia significativa de simplificação e padronização. De acordo com os dados coletados, 179 ocorrências de siglas foram registradas, sendo a maioria associada a setores administrativos e acadêmicos. Como visto nas discussões das categorias anteriores, essa prática de nomeação segue a tendência de organização institucional, característica das instituições públicas, na qual a objetividade e a eficiência na identificação dos espaços são priorizadas. Esse modelo não é exclusivo da UFAL, mas sim uma prática comum em muitas instituições públicas e privadas, que buscam padronizar suas estruturas de maneira eficaz.

Contudo, o uso de acrônimos vai além da conveniência administrativa. Trata-se de uma tendência linguística que reflete a necessidade de fluidez na comunicação, permitindo que os indivíduos se orientem rapidamente em um ambiente complexo sem depender de informações excessivas. A siglagem é, nesse sentido, uma escolha pragmática, que permite uma organização mais ágil e intuitiva do espaço. Além disso, essa estratégia de nomeação não se limita apenas à organização dos espaços administrativos, mas também se estende às práticas acadêmicas da universidade, demonstrando uma dupla função dessa nomenclatura. Enquanto nas atividades meio a sigla designa predominantemente setores administrativos, nas atividades fim a sigla se torna uma ferramenta que não apenas nomeia as práticas de ensino, pesquisa e extensão, mas também inscreve uma marca linguística no próprio espaço onde as práticas acadêmicas se desenvolvem.

Essa inscrição simbólica nas atividades acadêmicas é um fenômeno interessante, pois nas atividades fim, as siglas passam a identificar não apenas os locais, mas as próprias atividades acadêmicas, como grupos de pesquisa, programas de extensão e núcleos de ensino. Nesse contexto, o uso de siglas se torna um mecanismo de construção de identidade institucional, pois ao nomear uma sala de aula ou um laboratório com uma sigla vinculada a um grupo ou a um projeto acadêmico, o espaço não só é identificado, mas também é simbolicamente representado. Nesse sentido, a sigla simplifica a utilização, e organização e referência ao espaço, além de carregar consigo um significado específico que remete diretamente à prática acadêmica realizada nesse local. Esse fenômeno de "dupla função da nomeação" — em que um espaço é simultaneamente identificado pela sigla e pela atividade acadêmica ou institucional que ali ocorre — é particularmente relevante, pois inscreve no

próprio território acadêmico a função e o valor de suas práticas, criando uma relação direta entre o nome do espaço e as atividades que ele abriga.

A tendência de padronização nas nomeações está presente em todos os quatro campi da UFAL, sendo especialmente notável no campus de Arapiraca e na sua unidade em Penedo. Esses campi destacam-se pela ênfase na organização dos espaços por meio de siglas, conforme evidenciado pelas observações realizadas durante as pesquisas in loco.

#### 5.2.4 Nomeações para homenagem e memória

Serão apresentados nesta seção os quadros com as ocorrências de nomeações por homenagem e memórias, com uma breve descrição dos homenageados. Alguns nomes inscritos nos espaços da universidade estão sem informações, pois não foram encontradas quaisquer informações a respeito.

**Quadro 1: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória no campus AC**

CAMPUS A. C. SIMÕES				
NOMEAÇÃO	TIPO DE HOMENAGEM	FUNÇÃO DO ESPAÇO	OBSERVAÇÕES	UNIDADE ACADÊMICA
<b>Arthur Ramos</b>	Memória local	Memorial	Alagoano, nascido no Pilar, em 1903. Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia. Também foi psicanalista e antropólogo	Biblioteca Central
<b>Abílio Antunes</b>	Memória institucional	Sala de aula	Professor da UFAL, com diversas medalhas de honra ao mérito.	FAMED
<b>Aristeu Lopes</b>	N/E	Sala de aula	N/E	FAMED
<b>Humberto Calheiros</b>	N/E	Sala de aula	N/E	FAMED
<b>Robson Mendonça</b>	N/E	Laboratório	N/E	FAMED
<b>Úlpio De Miranda</b>	Memória institucional	Auditório	Professor da UFAL, era médico. Faleceu em 2002	FANUT
<b>Abelardo Duarte</b>	Memória institucional	Bloco	Médico que colaborou com a fundação da faculdade de medicina de Alagoas. Faleceu em 1992.	FAMED
<b>A. C. Simões</b>	Memória institucional	<i>campus</i>	Primeiro Reitor da UFAL	Campus A. C. Simões
<b>Aderbal Jatobá</b>	Memória institucional	Sala	Professor da UFAL, foi médico e faleceu em 1999.	FAMED
<b>Aldo De Sá</b>	Memória institucional	Sala	Professor da UFAL, com título de honra ao mérito.	FAMED
<b>Ângela Sampaio</b>	Memória Institucional	Sala	Professora aposentada da UFAL	FOUFAL
<b>Arriete Vilela</b>	Memória local	Biblioteca	Renomada escritora alagoana	FALE
<b>Claudia Viana De Melo Malta</b>	Memória institucional	Acervo documental	Professora da UFAL, faleceu em 2014.	FSSO

<b>Daywysson Dos Santos Monteiro</b>	Memória institucional	Sala de estudos e monitoria	Aluno do curso de nutrição que faleceu aos 21 anos.	FANUT
<b>Dona Lúcia</b>	N/E	Laboratório	N/E	ICS
<b>Duda Calado</b>	Memória institucional	Dala dos mestrados	Professor da UFAL, era um legista muito respeitado. Faleceu em 1995	FAMED
<b>Enf. Vera Rocha</b>	Memória institucional	Auditório	Professora da UFAL, primeira enfermeira do HU.	EENF
<b>Guedes Miranda</b>	Memória institucional	Centro acadêmico	Professor da UFAL, lutou pela criação da instituição em 1961.	FDA
<b>Heliônia Ceres</b>	Memória local	Miniauditório	Renomada escritora alagoan, pesquisadora e ativista dos direitos femininos. Faleceu em 1999.	FALE
<b>João Macário</b>	Memória institucional	Auditório	Médico. Foi professor da UFAL, diretor do HU, faleceu em 2008.	FAMED
<b>José Lopes</b>	Memória institucional	Sala	Professor da UFAL já falecido	FAMED
<b>José Lyra</b>	Memória institucional	Sala	Professor da UFAL, foi tesoureiro da Adufal	FAMED
<b>Prof. Dr. José Geraldo W. Marques</b>	Memória institucional	Laboratório	Professor da UFAL Aposentado	FAMED
<b>Prof Dr. Robson Cavalcante De Melo</b>	Memória institucional	Laboratório	Professor da UFAL, já falecido.	ICBS
<b>Luis Sampaio</b>	Memória institucional	Auditório	Professor da UFAL, já falecido	FAMED
<b>Luiz Sávio de Almeida</b>	Memória institucional	Biblioteca	Professor aposentado da UFAL, faleceu em 2023.	ICS
<b>Madre Zeli Perdigão</b>	Memória institucional	Auditório	Foi diretora da antiga escola de serviço social Padre Anchieta, lutou contra a ditadura na era Vargas.	FSSO
<b>Maria Denilda Moura</b>	Memória institucional	Bloco	Foi professora da UFAL, faleceu em 2020.	FALE
<b>Nabuco Lopes</b>	Memória institucional	Auditório	Foi professor da UFAL e segundo reitor da instituição.	Reitoria
<b>Paulo Décio</b>	Memória institucional	Auditório	Foi professor da UFAL, faleceu em 2013.	ICS
<b>Paulo Freire</b>	Homenagem por ativismo	Centro Acadêmico	Um dos mais influentes pedagogos e pensadores do país. Sua visão de educação é referência para diversas instituições. Faleceu em 1997	CEDU
<b>Prof. Adair Pimentel</b>	Homenagem por ativismo	Núcleo de estudos	Professora emérita da UFPE, fundadora do núcleo de estudos indigenistas.	FALE
<b>Prof. Ib Gatto Falcão</b>	Memória institucional	Bloco	Foi Professor da UFAL, um dos fundadores da faculdade de medicina de Alagoas.	FAMED

<b>Prof. José Lages Filho</b>	Memória institucional	Bloco	Foi Professor da UFAL, um dos fundadores da faculdade de medicina de Alagoas.	FAMED
<b>Prof. Wild Silva</b>	Memória institucional	Auditório	Professor da UFAL. Recebeu medalha de mérito pelas suas contribuições à instituição.	FOUFAL
<b>Prof. Alberto Antunes</b>	Memória institucional	Hospital Universitário	Foi professor da UFAL, teve grande destaque como diretor do HU.	<i>Campus</i> A. C. Simões
<b>Prof. Dr. Elcio De Gusmão Verçosa</b>	Memória institucional	Auditório	Foi professor da UFAL e diretor da CEDU. Faleceu em 2018.	CEDU
<b>Prof. Dr. João Tenório Lins</b>	Memória local	Ambulatório	Membro da academia alagoana de odontologia.	FOUFAL
<b>Prof. Dr. Milton Fernando A. Silva</b>	Memória institucional	Laboratório	Professor aposentado da UFAL, conhecido internacionalmente por suas pesquisas de controle de cárie dentária.	FOUFAL
<b>Prof. Leonardo Gomes De Carvalho Leite</b>	Memória regional	Bloco	Primeiro advogado do estado de Sergipe.	ICHCA
<b>Profª Drª Elisa FONSECA Sena e Silva</b>	Memória institucional	Laboratório de ensino de matemática	Foi professora da UFAL, faleceu precocemente.	IC
<b>Profª Telma Vitória</b>	Memória institucional	Colégio de aplicação	Foi professora da UFAL, faleceu em 2019.	<i>Campus</i> A. C. Simões
<b>Profª. Diana Chagas</b>	Memória institucional	Sala de aula	Foi professora da UFAL, já falecida. Deixou seu legado na faculdade de nutrição.	FANUT
<b>Renato Gama</b>	Memória institucional	Sala	Foi professor da UFAL, faleceu em 2015	FOUFAL
<b>Rodrigo Ramalho</b>	Memória institucional	Sala de aula	Foi professor da UFAL e um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Alagoas	FAMED
<b>Rosa Luxemburgo</b>	Memória por ativismo	Centro acadêmico	Drª em Filosofia pela USP, foi a primeira teórica marxista a analisar o capitalismo como sistema global em sua obra <i>A acumulação do capital</i> (1913)	FSSO
<b>Sebastião Da Hora</b>	Memória institucional	Centro Acadêmico	Foi professor da UFAL e um dos fundadores da faculdade de medicina de Alagoas.	FAMED
<b>Tânia Nobre De Medeiros</b>	Memória institucional	Sala de apoio acadêmico	Foi professora da UFAL, foi uma das responsáveis pela fundação do ICS, faleceu em 2023.	ICS
<b>Théo Brandão</b>	Memória institucional	Centro Acadêmico	Foi professor da UFAL e um dos fundadores da faculdade de medicina de Alagoas.	FAMED
<b>Prof. Eduardo Almeida da Silva</b>	N/E	Sala dos conselhos	N/E	Reitoria

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória no campus Arapiraca e suas unidades

<b>CAMPUS ARAPIRACA</b>				
<b>NOMEAÇÃO</b>	<b>TIPO DE HOMENAGEM</b>	<b>FUNÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
RENAN DOS SANTOS SILVA	Memória institucional	Sala de aula de urbano	Aluno da instituição que faleceu antes de concluir o curso de Arquitetura e Urbanismo.	Arapiraca (Sede)
MARINÊS CORAL	Memória Institucional	Biblioteca	Professora aposentada da UFAL. Foi uma das defensoras do processo de interiorização. Faleceu em 2023.	Palmeira dos Índios
SILVIA LANE	Homenagem por ativismo	Centro acadêmico	Foi uma importante psicóloga brasileira, pioneira na Psicologia Social	
MANINHA XUKURU-KARIRI	Homenagem por ativismo	Centro Acadêmico	Foi uma líder indígena feminista e intelectual que se destacou na luta pelos direitos territoriais e na defesa das mulheres dentro do movimento indígena.	

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 3: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória do campus do Sertão**

<b>CAMPUS DO SERTÃO</b>				
<b>NOMEAÇÃO</b>	<b>TIPO DE HOMENAGEM</b>	<b>FUNÇÃO DO ESPAÇO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
MARIELLE FRANCO	Homenagem por ativismo	Restaurante Universitário	(1979-2018) Ativista, socióloga e vereadora pelo Rio de Janeiro. Assassinada por sua atuação política de esquerda.	Delmiro Gouveia (Sede)
GRACILIANO RAMOS	Memória local	Auditório	(1892-1953) Alagoano, foi um dos maiores escritores brasileiros do século XX, conhecido por suas obras que retratam as condições sociais e políticas do Brasil nordestino	

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 4: Ocorrências de nomeações por homenagem e memória do campus CECA Delza Gitai**

CAMPUS CECA				
NOMEAÇÃO	TIPO DE HOMENAGEM	FUNÇÃO DO ESPAÇO	OBSERVAÇÕES	UNIDADE ACADÊMICA
<b>Hamilton Soutinho</b>	Memória local	Auditório	Foi engenheiro agrônomo pioneiro nas pesquisas sobre cana-de-açúcar em Alagoas	CECA (Sede)
<b>José Artur Lopes</b>	N/E	Auditório	N/E	Ceca (Sede)
<b>Prof José Leonaldo de Souza</b>	Memória Institucional	Laboratório De Irrigação E Agronomia.	É Professor Aposentado Da Ufal Na Área De Irrigação.	Ceca (Sede)
<b>Delza Gitai</b>	Memória Institucional	<i>Campus</i>	Primeira Reitora Eleita Por Consulta Pública Na Ufal, Exercendo O Cargo De 1987 A 1991, Período Marcado Pela Redemocratização Do Brasil.	Ceca (Sede)

Fonte: Elaboração própria.

A análise das nomeações de espaços acadêmicos na categoria ‘Homenagem e memória’ revela uma série de tendências e padrões que estão diretamente relacionados à identidade acadêmica, à memória institucional, e às representações ideológicas que permeiam a vida acadêmica. As escolhas de nomes para salas, blocos, auditórios e centros acadêmicos refletem não apenas o passado histórico da universidade, mas também suas prioridades ideológicas, sociais e culturais, nesse sentido, Rose-Redwood et al (2010, p. 456) ao citar Carter (1987) argumenta que o ato de nomear lugares transforma o espaço em objeto do conhecimento, que podem ser analisados e lidos, sendo assim, este processo de nomeação colabora com a construção da memória coletiva, da identidade da instituição e ao seu papel na sociedade.

Um dos padrões observados nas nomeações é a ênfase em homenagens a figuras femininas nas unidades da Faculdade de Serviço Social e da Faculdade de Letras, onde as nomeações femininas predominam em relação às ocorrências registradas. Exemplos notáveis

desse movimento incluem as nomeações de Heliônia Ceres e Rosa Luxemburgo, cujos legados estão ligados à resistência social e ao compromisso com a justiça social.

A escolha de nomes como Madri Zeli Perdigão, que teve um papel relevante na resistência contra a ditadura de Vargas, demonstra uma conexão entre o curso de serviço social e as lutas políticas de seu tempo. Madre Zeli não apenas simboliza a luta pela democracia, mas também a busca pela justiça social, elementos centrais para a formação acadêmica do Serviço Social.

A nomeação do Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo na mesma unidade acadêmica reforça uma representação simbólica de resistência, sendo Rosa Luxemburgo um ícone do movimento socialista e feminista e contra a opressão ao proletariado. A instituição, ao nomear esse espaço com o nome de uma figura ligada à luta das minorias, estabelece uma continuidade entre teorias sociais e práticas acadêmicas, vinculando seu compromisso com a formação crítica e transformadora dos alunos ao legado de figuras históricas que lutaram pela igualdade social e pelo empoderamento das mulheres. Berg e Vuolteenaho (2009, p. 14)

os nomes de lugares representam um domínio cultural contestado através do qual as pessoas em posições sociais marginais são capazes de expressar as suas próprias identidades delimitadas pelo lugar e objetivos políticos contra hegemônicos.<sup>13</sup>

Essas nomeações representam um caráter de contestação das estruturas de poder a valorização das lutas femininas, contribuindo para a construção de uma identidade institucional que reconhece o papel da mulher nas transformações sociais, fortalecendo, assim, um compromisso político com a igualdade de gênero e os direitos humanos e transformação social dentro do contexto universitário.

Ao examinar as nomeações da Faculdade de Medicina (FAMED) da UFAL, observa-se que essa unidade acadêmica adota uma abordagem mais voltada para a preservação da memória institucional, focando principalmente nas figuras fundadoras do curso. Nesta pesquisa, a FAMED se destaca como a unidade acadêmica com o maior número de nomeações de espaços, onde auditórios, laboratórios, e salas recebem o nome de médicos e professores fundadores do curso de Medicina.

---

<sup>13</sup> Versão original em inglês: place names represent a contested cultural realm through which people in marginal societal positions are able to express their own place-bound identities and counter-hegemonic political goals

Nomes como Ib Gatto Falcão, Abelardo Duarte demonstram, figuras históricas que tiveram grande impacto na fundação do curso, exemplificam o objetivo de preservar a história e os valores da instituição, colocando um selo de reconhecimento e continuidade sobre a memória dos profissionais que contribuíram decisivamente para a construção da UFAL, sobre esse fenômeno, Rose-Redwood *et al.*, (2010, p. 459) afirmam que

[...] a aparente fraqueza do referente histórico na verdade aumenta o poder dos nomes de lugares comemorativos de tornar uma determinada versão da história não apenas familiar, mas também evidente. O mérito de um nome de lugar como veículo comemorativo é que ele transforma um discurso oficial da história em uma experiência cultural compartilhada que é incorporada às práticas da vida cotidiana.<sup>14</sup>

Desse modo, os nomes atribuídos aos ambientes acadêmicos, como auditórios, salas de aula e laboratórios, além de identificarem fisicamente os locais, também carregam um peso simbólico e uma memória histórica que define a própria identidade da unidade. A afirmação de Carvalhinhos (2022, p. 18), de que

[...] a memória do lugar é a memória do que o nome carrega em seu significado, sejam referências aos fatos ambientais, sociais, culturais ou mesmo psíquicos ali guardados e que podem ser revelados ou perdidos[...].

No caso da FAMED, ao nomear espaços como salas de aula e laboratórios em homenagem a médicos e professores fundadores do curso, a universidade estabelece uma conexão direta entre o nome do lugar e a memória institucional. Como Carvalhinhos coloca, o nome atribuído a esses espaços guarda referências aos fatos sociais e culturais que marcaram a fundação do curso de medicina e o desenvolvimento da educação médica na UFAL. Esses nomes fazem parte de uma memória coletiva, onde as contribuições desses profissionais são reconhecidas e transmitidas às futuras gerações de alunos.

Porém, ao mesmo tempo em que essa memória é preservada, ela também corre o risco de ser perdida ou revelada de formas diferentes ao longo do tempo, à medida que novas gerações de alunos e professores interagem com esses espaços, como já podemos observar que alguns

---

<sup>14</sup> Versão original em inglês: In this sense, the apparent weakness of the historical referent actually augments the power of commemorative place names to render a certain version of history not only familiar, but also self-evident. The merit of a place name as a commemorative vehicle is that it transforms an official discourse of history into a shared cultural experience that is embedded into practices of everyday life

nomes de personagens homenageados, cujos registros e informações não foram encontrados para constar nessa análise.

Essas nomeações da faculdade de medicina evidenciam um sistema de nomeação tradicional em que são mantidas as estruturas de poder hegemônicas, de modo que a nenhum espaço foi atribuído nomes femininos, ou de minorias, mas sim são nomeados em grande maioria, por atribuições que homenageiam homens brancos que fizeram parte da elite alagoana do século XX.

No caso da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), a análise das nomeações revela um silenciamento de algumas figuras históricas fundamentais para a história da instituição do ponto de vista toponímico. Primeiramente, a FDA é a primeira instituição a ser federalizada em Alagoas, mas não apresenta inscrições toponímicas que reiteram e preservam a memória coletiva dos seus pares. Outro fato a ser notado é que, embora Agostinho Benedito de Oliveira tenha sido o grande idealizador da criação do curso de Direito conforme descrito em UFAL (2019, P. 5),

O idealizador da criação do primeiro curso de graduação do Estado – o curso de Direito – foi Agostinho Benedito de Oliveira, um homem do povo, negro, que reuniu vários professores. A formatura da primeira turma foi em 1934 e, contrariando a cultura patriarcal da época, havia duas mulheres entre os concluintes: Alda Pinheiro e Antonieta Duarte, as primeiras advogadas formadas em Alagoas.

Seu nome não é preservado nas nomeações dos espaços. Mas o centro acadêmico recebe o nome de Guedes de Miranda, que também foi importante para a criação da faculdade de direito, mas não o principal. Este fenômeno de silenciamento simbólico sugere um conflito entre o reconhecimento acadêmico e a memória institucional.

É relevante destacar que o não nomear também tem significados, pois levanta questões sobre o processo seletivo de memória dentro da instituição e o pagamento de narrativas. Como observado por Pollak (1989), a memória coletiva é frequentemente moldada por processos de seleção e exclusão, onde algumas figuras históricas e acontecimentos são mantidos vivos, enquanto outros são silenciados. Isso ocorre devido à construção da memória como um processo de disputa, em que diferentes grupos lutam para determinar o que será lembrado e o que será esquecido. O apagamento de Agostinho Benedito de Oliveira, nas inscrições toponímicas da universidade, um homem negro que teve papel fundamental na fundação da faculdade, é um exemplo claro de como certas memórias históricas podem ser marginalizadas, o que sugere uma leitura crítica sobre o processo de construção de memória na UFAL.

Partindo para os *campi* interiorizados, o *Campus* de Arapiraca apresenta uma tendência de nomeações que privilegiam siglas e referência através das atividades que são desenvolvidas nos espaços.

Porém na sua unidade educacional em Palmeira dos Índios, essa realidade vem se transformando. As nomeações apontam para figuras ativistas e representações simbólicas de resistência social. Ao contrário de outras unidades, como a FAMED, que priorizam as figuras fundadoras e históricas, a unidade de Palmeira dos Índios se destaca pela homenagem a ativistas com um forte engajamento social. Essas nomeações, além de ressignificar o território acadêmico, rompem com a tendência a padronizações institucionais, evidenciando como os atos de denominação carregam implicações ideológicas e sociais, nesse sentido, Berg e Vuolteenaho (2009, p. 4) argumentam que,

em essência, mesmo que frequentemente apresentado sob uma aparência despolitizada nos discursos hegemônicos, o mapeamento de topônimos constituiu uma forma auxiliar de produção de conhecimento a serviço de um projeto científico-geopolítico mais amplo de conhecer o mundo com a maior precisão possível, como parte do processo de controle de seus espaços.<sup>15</sup>

A nomeação do Centro Acadêmico Maninha Xukuru, em homenagem à líder indígena e feminista, é um exemplo claro de como a memória institucional e a representação simbólica podem ser utilizadas para fomentar a luta social e para a construção de uma identidade acadêmica progressista.

Em contrapartida, a unidade de Penedo, por sua vez, adota uma abordagem mais pragmática em relação às nomeações, privilegiando o uso de siglas para a identificação dos espaços. Penedo prefere um modelo de nomeação funcional, o que facilita a organização e o gerenciamento dos espaços acadêmicos. Podemos citar o exemplo da utilização da sigla CCEL para o Centro Cultural de Extensão Universitária, em vez de preservar o nome histórico "Sobrado dos Lessa", indicando essa preferência em referenciar espaços através de acrônimos. Vale ressaltar que o topônimo "Sobrado dos Lessa" não entrou na categoria de homenagens, porque ele indica uma parceria, em que a família Lessa, influente em Alagoas, doa o imóvel

---

<sup>15</sup> Versão original em inglês: in essence, even if frequently presented in depoliticized guise in hegemonic discourses, the mapping of toponyms has formed an ancillary form of knowledge-production in the service of a wider scientific-geopolitical project of knowing the world as accurately as possible as part of the process of controlling its spaces.

para a universidade. Esse processo é um indício de commodificação toponímica simbólica, uma vez que há uma relação de poder entre o nome do lugar e a família influente que fez a doação.

No campus do Sertão, as nomeações por homenagem ocorrem em dois contextos distintos. De um lado, há a nomeação do auditório em homenagem a Graciliano Ramos, renomado escritor alagoano. Esse nome foi sugerido pela direção acadêmica e aprovado por votação, caracterizando um processo que veio "de cima para baixo", sem grandes contestações ou implicações ideológicas evidentes.

Por outro lado, a escolha do nome para o restaurante universitário gerou um cenário mais complexo. A sugestão partiu dos próprios estudantes, que propuseram homenagear Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, mulher negra, lésbica e moradora de uma comunidade, reconhecida por sua luta contra a opressão e as injustiças sociais enfrentadas por minorias. Assassinada em 2018, Marielle tornou-se um símbolo de resistência. Ainda no mesmo ano, uma rua no Rio de Janeiro recebeu seu nome, mas a homenagem foi alvo de ataques políticos: durante um comício, candidatos ao parlamento pelo partido de Jair Bolsonaro destruíram a placa da rua e ironizaram sua morte. O episódio gerou grande repercussão nacional, sendo amplamente repudiado por diversos setores da sociedade, ao mesmo tempo em que foi celebrado por grupos da extrema direita.

Quando, em 2019, o restaurante universitário foi inaugurado no campus do Sertão, estudantes sugeriram batizá-lo com o nome de Marielle Franco. A decisão gerou desconforto em alguns setores da comunidade acadêmica, refletindo a polarização política do país.

Essa diferença entre os processos de nomeação dos espaços no *campus* do sertão remete nos permite perceber que nem toda nomeação é aceita numa comunidade, pois existem vários fatores ideológicos que permeiam esse processo, Rose-redwood *et al* (2010) afirmam que o processo de nomeação evidencia as dinâmicas de poder, revelando como determinados grupos sociais detêm autoridade para atribuir nomes, enquanto outros são excluídos desse processo. Além disso, destaca a forma seletiva com que essas relações perpetuam a hegemonia de certas ideologias e identidades em detrimento de outras. Isso fica evidente quando vemos uma nomeação como Graciliano Ramos é sugerido pela própria instituição, enquanto a atribuição de Marielle Franco foi sugerida pelos próprios estudantes, que buscam romper as práticas hegemônicas de dominação, através do ato de nomear.

Em suma, as nomeações nos diversos *campi* da UFAL revelam uma complexa intersecção entre memória institucional, identidade acadêmica e representações simbólicas. Ao mesmo tempo em que a UFAL se empenha em preservar o legado de figuras históricas e fundadoras, também se utiliza de nomeações que reforçam lutas sociais e ideológicas, como as

realizadas em homenagens a ativistas, mulheres e movimentos sociais, mas é notável que esse fenômeno varia de acordo com as unidades acadêmicas, pois cada grupo social dentro da universidade, que é plural, quer inscrever as suas ideologias e percepções no espaço em que estão inseridos.

Essa diversidade nas nomeações não é apenas um reflexo da história da universidade, mas também de suas opções políticas e sociais. Esta análise evidencia como o espaço acadêmico pode ser utilizado para refletir e engajar questões sociais, reafirmar a memória e promover uma identidade coletiva que vai além das fronteiras da academia.

#### 5.2.5 Nomeações de espaços através da nomeação específica de atividades acadêmicas

Nesta seção, apresentamos os topônimos que representam atividades acadêmicas desenvolvidas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Embora diversas atividades sejam realizadas na instituição, a maioria já foi contemplada na categoria de nomeação por siglagem.

O que diferencia essas atividades acadêmicas das categorizadas por siglas não é a natureza das ações realizadas nos espaços, uma vez que todas estão alinhadas ao ensino, pesquisa e extensão. A distinção reside no ato de nomeação: enquanto alguns grupos de estudo ou projetos optam por uma denominação genérica que descreve apenas a atividade desempenhada, os casos listados abaixo receberam um nome específico, conferindo maior identidade e singularidade ao espaço.

**Quadro 5: Ocorrências de nomeações a partir de atividades acadêmicas**

<b>NOMEAÇÕES A PARTIR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS</b>		
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>Unsina Ciência</b>	Acervo de divulgação científica.	Campus A. C. Simões
<b>Radar</b>	Atividades de monitoramento de fenômenos meteorológicos.	
<b>Sono</b>	Laboratório onde são desenvolvidas pesquisas sobre problemas de saúde como apneia.	Campus Arapiraca Sede
<b>3dfis</b>	Oficina de impressão 3D, onde participam das atividades alunos e professores de física e de alguns outros cursos.	
<b>Ufal + Verde</b>	Não se caracteriza um projeto propriamente dito, mas uma postura de ação em relação a harmonia e preservação ambiental do Campus.	Campus Sertão
<b>Abi Axé Égbe</b>	O Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé é um espaço de extensão acadêmica que promove debates sobre relações étnico-raciais, atuando na formação e empoderamento de jovens sertanejos.	
<b>Despertar</b>	Projeto que tinha como objetivo estimular os estudantes, principalmente de química para as questões de engenharia de petróleo e gás.	Centro de Tecnologia
<b>Acordos</b>	Sala da faculdade de medicina destinada a acordos jurídicos.	Faculdade de Direito
<b>Idiomas Sem Fronteiras</b>	Programa de cursos de línguas estrangeiras.	Faculdade de Letras
<b>Arboretum</b>	Área de conservação ambiental da Ufal criado em 2003 pela professora e bióloga Cecília Belo com o propósito de transformar o que antes era um lixão em um bosque com árvores nativas dos biomas brasileiros em processo de extinção.	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
<b>Tocar</b>	Laboratório atua no estudo e pesquisa de práticas corporais sutis e integrativas	Instituto de Educação Física e Esporte
<b>Pet Conexões de Saberes</b>	Composto por estudantes de diversos cursos e orientado por um tutor, o programa integra ensino, pesquisa e extensão, promovendo atividades acadêmicas e comunitárias voltadas para as áreas de Engenharia de Pesca, Turismo, Engenharia de Produção, Ciências Biológicas e Sistemas de Informação	Unidade Educacional Penedo
<b>Turismo</b>	Albergue Turismo é um prédio histórico localizado no centro de Penedo, cedido à UFAL pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Inaugurado em 2010, foi restaurado para servir como laboratório prático para o curso de Turismo da UFAL.	Unidade Educacional Penedo
<b>Cine Penedo</b>	É um cinema histórico localizado no centro de Penedo, Alagoas. Após mais de quatro décadas fechado, foi reinaugurado em 2023 e agora integra a Escola de Artes e Tecnologias Criativas da UFAL. O espaço exibe filmes do circuito comercial e sedia eventos culturais, como o Circuito Penedo de Cinema	Unidade Educacional de Penedo

Fonte: Elaboração própria

As atividades acadêmicas também desempenham um papel crucial na formação da identidade da UFAL, pois refletem sua missão e visão para com a sociedade. O conjunto de iniciativas como Usina Ciência, Radar, 3dFis e Ufal Mais Verde, Cine Penedo, Abiaxé, entre outras mencionadas, se destaca pelas suas especificidades funcionais, mas também pela maneira como representam o *ethos* universitário. A diversidade das atividades, que abrangem desde a pesquisa científica até a valorização cultural e ambiental, propaga um reflexo de múltiplas facetas da instituição, essencial para a compreensão do seu papel formador na sociedade contemporânea.

Essas atividades, em suas múltiplas expressões, revelam o processo de construção da identidade coletiva universitária. Como apontado por Giménez (2008), a cultura se configura como um "padrão de significados" que alimenta e sustenta as identidades sociais, ele ainda acrescenta que a memória é seu principal nutriente. Em um contexto acadêmico, as diversas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, como o Cine Penedo ou Laboratório Engenharia Química do Petróleo Despertar, constituem os materiais a partir dos quais a identidade coletiva universitária é construída e reforçada, evidenciado o caráter multifacetado da universidade pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Essas práticas oferece a oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de novas competências, além de servir como "espaços simbólicos", onde o passado, o presente e o futuro da universidade se encontram.

O processo de *nominação* dessas atividades, com nomes como *Arboretum*, como sugerido pelos estudos críticos da toponímia, uma prática performativa que vai além da atribuição de uma identificação a um local ou programa. Nessa perspectiva, a nomeação de atividades acadêmicas funciona como uma inscrição simbólica do espaço acadêmico, transformando o campus universitário não apenas em um local físico, mas em um "território" impregnado de significados, cultura, memória.

Esta ação de nomear contribui para a construção de um espaço socialmente delimitado, cuja identidade é constantemente reforçada pelas práticas e pela memória coletiva de seus participantes.

Por outro lado, a presença de atividades que enfatizam a preservação da cultura, como o *Abi Axé Égbe*, que busca valorizar as culturas afro-brasileiras, é um reflexo da memória coletiva da universidade. Segundo Candau (2016, p16),

a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Dessa forma, a construção identitária dentro do espaço acadêmico da UFAL não se dá de maneira estática, mas sim em um processo contínuo de resignificação, no qual as práticas culturais e as memórias coletivas desempenham um papel fundamental. Assim, identidade representada pelas práticas de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão se entrelaçam, consolidando a memória institucional da universidade.

#### 5.2.6 Parcerias e influências externas

A análise dos dados coletados revelou que pelo menos 14 espaços na UFAL possuem nomeações diretamente associadas a empresas, instituições ou programas de parceria. Entre esses exemplos, destacam-se diversas empresas juniores, como Solar 1, Vetor, I9, Agro, Way Turismo e Legis Consultoria, entre outras, que reforçam a tendência de integração entre academia e mercado. Embora essas iniciativas sejam importantes para a formação dos estudantes e para a prática empreendedora, também evidenciam um deslocamento do espaço universitário para uma lógica de mercado, na qual a nomeação passa a carregar um viés de marca e de capitalização simbólica.

Além das empresas juniores, outros espaços, como a Atlética Alagoana Marechais da Faculdade de Direito, são exemplos de iniciativas independentes que se consolidaram dentro da universidade e passaram a integrar o ecossistema acadêmico, embora sua gestão e financiamento possam ocorrer de forma paralela à instituição.

A presença da Embrapa Tabuleiros Costeiros, há mais de duas décadas dentro da UFAL, representa outro caso significativo de parcerias institucionais de longa duração, em que a identidade da instituição externa se entrelaça com o próprio espaço universitário. Isso demonstra que a influência dessas colaborações está além do setor administrativo, tornando-se parte da construção simbólica do campus.

O conceito de comodificação toponímica é explorado por vários pesquisadores da Toponímia Crítica, que esclarecem que nem sempre há um capital econômico, mas, baseados nas considerações de Bourdieu (1989), apresentam um capital simbólico, simbólico e ele pode ser aplicado à dinâmica da UFAL. Quando nomes de espaços universitários perpetuam memórias de parcerias e padrões históricos, ocorre uma cristalização do poder simbólico. Rose-Redwood *et al* (2010, p. 457) destacam que a nomeação de lugares pode constituir uma forma de capital simbólico, pois está diretamente associada ao prestígio, à distinção e ao valor atribuído a esses espaços e enfatizam que “É claro que o capital simbólico pode ser convertido

em capital econômico, mas, muitas vezes, ele tem um valor ainda maior, pois as pessoas disputam prestígio e influência dentro da ordem social e política mais ampla”<sup>16</sup>

Um exemplo de comodificação toponímica simbólica é o Auditório Galileu, que está vinculado à antiga Rede Galileu, uma colaboração entre a Petrobras e universidades brasileiras. A permanência do nome mantém viva a memória dessa parceria e reforça a presença simbólica da empresa dentro da UFAL. Esse fenômeno também é observado no Sobrado dos Lessa, sede do Centro de Cultura e Extensão Universitária da UFAL (CCEL), cujo nome preserva a história de uma antiga família influente de Alagoas, perpetuando relações hegemônicas através da nomenclatura do prédio.

Dessa forma, a nomeação desses ambientes atua como um mecanismo de reprodução do capital simbólico, mantendo vivos os vínculos institucionais e as memórias que reforçam certas hegemonias acadêmicas, conforme as considerações de Bourdieu (1989) sobre poder simbólico, segundo o qual, os nomes carregam uma dimensão de legitimação e domínio simbólico, estruturando hierarquias dentro de uma determinada realidade social.

A análise das parcerias e influências externas na UFAL evidencia um processo de comodificação toponímica em sua dimensão simbólica, com a integração de empresas e instituições, na perpetuação de memórias institucionais e relações de poder. Esse fenômeno reflete a crescente interação entre universidade e mercado, levantando reflexões sobre o papel da academia na preservação de sua identidade e autonomia diante dessas influências externas.

### 5.2.7 Nomeações que ressaltam/evidenciam a identidade acadêmica

Nesta seção, a categoria de nomeação por identidade acadêmica é analisada sob duas perspectivas: identidade acadêmica institucional, que reforçam a identidade e memória coletiva da universidade e a identidade acadêmica disciplinar, com nomeações voltadas para especificidades de cursos ou unidades acadêmicas.

Quanto a Identidade Acadêmica Institucional, As nomeações institucionais emergem da vivência cotidiana dos acadêmicos e tornam-se elementos identitários consolidados dentro da universidade. Exemplos como Bloco João de Deus, Bloco Severinão, Casa Velha e Baixa da

---

<sup>16</sup> Versão original em inglês: It is precisely this process of using street naming as a mechanism for *naturalizing* hegemonic power structures that critical place-name scholars have sought to challenge by demonstrating the historical instability and contingency of place-naming regimes.

Égua demonstram essa construção espontânea da identidade acadêmica. Esses nomes, muitas vezes de origem informal, passam a fazer parte do *ethos* universitário, marcando espaços de convivência e circulação. Nesse sentido, Carvalhinhos (2022, p 18) afirma que “a memória do lugar é a memória do que o nome carrega em seu significado, sejam referências aos fatos ambientais, sociais, culturais ou mesmo psíquicos ali guardados e que podem ser revelados ou perdidos”, logo a identidade e memória institucional são o resultado das vivências da comunidade acadêmica nos seus mais diversos atores.

Pollak (1992) ressalta que a memória coletiva se constrói através da recorrência e do compartilhamento de experiências, e, na universidade, esses espaços representam locais que se tornam parte do imaginário coletivo dos estudantes, professores e funcionários. Com o tempo, os significados originais dessas nomeações podem se perder, mas a referência espacial e simbólica permanece. O Bloco Severinão, por exemplo, possivelmente originado de um antigo professor ou aluno chamado Severino, já não é associado a uma figura específica, mas sim a um ponto de referência dentro do campus, Severinão e João de Deus, sobre isso, Rose-Redwod et al (2010, p. 459) explicam que “Depois que um nome comemorativo é dado a um lugar, ele se torna cada vez mais associado à sua localização geográfica”<sup>17</sup>. O mesmo ocorre com a Casa Velha, um laboratório de química em Arapiraca que remete a um prédio antigo, sem um vínculo explícito com um indivíduo específico, mas consolidado na rotina acadêmica.

Além disso, o conceito de “lugares de memória”, tratado por Candau (2016), reforça a ideia de que esses nomes se tornam “patrimônios imateriais” da universidade Carvalhinhos (2022). A Baixa da Égua, um espaço de convivência dentro do campus, exemplifica esse processo, pois sua nomeação surge da própria comunidade acadêmica e carrega uma história compartilhada, cujo significado é conhecido e preservado dentro do grupo.

Por outro lado, a Identidade Acadêmica Disciplinar, diferentemente das nomeações institucionais, representa a identidade acadêmica disciplinar se relaciona diretamente à especificidade dos cursos e áreas do conhecimento. Nomes como Centro Acadêmico 20 de Janeiro, Alan Turing, Ada Lovelace, Dennis Ritchie e Thomas Edison são representações dessa vertente, pois reforçam a conexão entre os espaços e a história das disciplinas que representam.

O Centro Acadêmico 20 de Janeiro, por exemplo, homenageia o Dia do Farmacêutico, estabelecendo um vínculo simbólico entre o espaço e a identidade profissional dos estudantes

---

<sup>17</sup> Versão original em inglês: After a commemorative name is given to a place, it increasingly becomes associated with its geographic location: history becomes geography.

de farmácia. Esse tipo de nomeação atua como um mecanismo de fortalecimento da identidade social, pois permite que os indivíduos reconheçam sua trajetória acadêmica dentro de um contexto maior, conectado ao campo profissional e científico.

Já os laboratórios e espaços acadêmicos que recebem nomes de cientistas icônicos, como Alan Turing, Ada Lovelace e Thomas Edison, refletem um processo de memorialização disciplinar. Nesse contexto, Rose-Redwood *et al* (2010) enfatizam que a nomeação de lugares é seletiva e representam certas ideologias e identidade, sendo assim, a memória coletiva se estrutura a partir da seleção de figuras históricas que se tornam referenciais dentro de determinada área do conhecimento. A escolha de nomes como esses para espaços dentro do Instituto de Computação, por exemplo, reforça a identidade do curso, associando a formação dos alunos às contribuições científicas de personalidades que revolucionaram suas áreas.

Outro ponto relevante é a permanência e ressignificação das nomeações ao longo do tempo. Carvalhinhos (2022) discute o conceito de topônimo-monumento, ressaltando como certos nomes podem se tornar elementos de resistência à mudança e ao apagamento da memória institucional. No caso da UFAL, nomeações como Bloco João de Deus e Bloco Severinão continuam sendo utilizadas, mesmo sem registros oficiais sobre suas origens. Isso sugere que a identidade acadêmica é forjada não só por homenagens formais ou de registros documentais, mas também da vivência cotidiana e da reprodução simbólica por parte da comunidade acadêmica.

Portanto, as nomeações que ressaltam a identidade acadêmica dentro da UFAL demonstram como a memória coletiva e a identidade institucional se manifestam através da linguagem e da apropriação dos espaços. Enquanto a identidade acadêmica institucional emerge da vivência cotidiana e do compartilhamento espontâneo de nomes, a identidade acadêmica disciplinar está mais vinculada à história e aos referenciais científicos de cada curso. Ambas as formas de nomeação desempenham um papel essencial na construção do pertencimento acadêmico, consolidando a memória universitária e reforçando a identidade coletiva dentro do espaço acadêmico.

#### 5.2.8 Nomeações que demonstram representatividade territorial e regional

Os *campi* da UFAL em Arapiraca, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa seguem um padrão de nomeação que prioriza o nome da cidade onde estão localizados, estabelecendo uma relação direta com o território. Essa escolha toponímica reafirma a presença da universidade como um elemento estruturante do desenvolvimento regional, consolidando

sua identidade como parte essencial do cotidiano desses municípios. A nomeação geográfica fortalece o reconhecimento do campus dentro do contexto urbano e social de cada cidade, garantindo que a instituição seja percebida como um agente de transformação local, e não como um corpo estranho ao território que ocupa.

No entanto, há casos em que a nomeação ultrapassa a mera referência geográfica e assume uma dimensão mais profunda de pertencimento e identidade cultural, como ocorre com o Campus do Sertão e o Anexo Mandacaru. Esses nomes não apenas localizam espacialmente os campi, mas evocam elementos simbólicos que reforçam o orgulho e a identidade sertaneja. Nesse contexto, Rose-Redwood *et al* (2010) afirmam que a nomeação é um dos principais meios de construir identidades espaciais claramente demarcadas.

Diferentemente dos outros *campi*, que carregam o nome do município, o *Campus* do Sertão se apropria de um conceito territorial mais amplo, evocando toda a região e reforçando o sentimento de identidade da comunidade acadêmica. Esse nome carrega um simbolismo forte, pois representa um espaço de resistência e valorização do modo de vida sertanejo dentro da universidade, algo que não acontece nos outros *campi* da UFAL.

Essa estratégia de nomeação se aproxima do que Claval (1996) define como um processo de “tomada de posse simbólica do espaço”. De fato, a nomeação de espaços não é apenas uma atividade linguística, mas um ato que contribui para a construção do espaço, conforme afirma Claval (2007, p. 198): “O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.

Dessa forma, ao atribuir nomes a lugares, confere-se identidade ao território, transformando uma simples extensão física em um espaço carregado de significados, histórias e relações humanas, nas quais a atribuição de um nome contribui para reforçar o vínculo afetivo e cultural com um território específico. Ao invés de apenas demarcar a localização do campus, a escolha do nome "Sertão" representa uma identidade coletiva, promovendo um sentimento de pertencimento que se estende para além dos limites físicos da universidade.

Da mesma forma, o Anexo Mandacaru evoca a paisagem e a cultura do semiárido alagoano. O mandacaru, além de ser uma espécie típica da caatinga, carrega um simbolismo profundo de resistência e adaptação ao ambiente árido, qualidades que também podem ser associadas à vivência acadêmica no sertão. Segundo Rose-Redwood (2010, p. 454), “o ato de nomear é, por si só, uma prática performativa que invoca o "lugar" ao qual se refere”, portanto, a toponímia pode ser um instrumento de inscrição territorial, no qual nomes funcionam como marcadores identitários e reafirmam relações de pertencimento a um espaço específico. O

Anexo Mandacaru, portanto, vai além de um nome funcional, tornando-se um símbolo da paisagem e da cultura sertaneja dentro do ambiente universitário.

Já o Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica, frequentemente referido apenas como "Alagoano", demonstra outro tipo de apropriação territorial dentro da universidade. O uso do gentílico "Alagoano" sugere uma representação ampliada do pertencimento territorial, indo além da referência a uma cidade específica e englobando toda a identidade estadual. Esse nome evoca a UFAL como um centro de produção científica que se articula com a realidade local e busca desenvolver conhecimento aplicado ao contexto alagoano. Segundo Carvalhinhos (2022), a toponímia pode ser um instrumento de preservação da memória e identidade coletiva, permitindo que espaços nomeados carreguem significados que transcendem sua função original. O Laboratório Alagoano, nesse sentido, não apenas identifica um espaço de pesquisa, mas também demarca um compromisso acadêmico com as necessidades da população do estado.

Além disso, a ideia de territorialidade inscrita nesses nomes pode ser compreendida à luz do conceito de "arenas culturais", proposto por Rose-Redwood et al. (2010). Segundo essa perspectiva, a nomeação de lugares não ocorre de maneira neutra, mas dentro de disputas simbólicas, nas quais diferentes atores buscam legitimar suas narrativas dentro do espaço público. A escolha de nomes como Campus do Sertão, Anexo Mandacaru e Laboratório Alagoano revela um esforço da UFAL em afirmar sua identidade dentro do contexto regional, contrastando com outras universidades que adotam nomenclaturas mais abstratas ou de cunho exclusivamente institucional.

Desse modo, as nomeações que evidenciam a representatividade territorial e regional dentro da UFAL demonstram diferentes formas de apropriação simbólica do espaço universitário. Enquanto os campi que carregam o nome das cidades reafirmam a presença da universidade dentro de seus respectivos territórios, nomeações como Campus do Sertão e Anexo Mandacaru vão além de uma identificação geográfica e assumem um caráter mais profundo de fortalecimento da identidade cultural e pertencimento territorial.

Da mesma forma, espaços como o Herbário Arapiraca e o Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica demonstram como a toponímia pode ser utilizada para reforçar a conexão entre a produção acadêmica e a realidade local, fortalecendo a memória coletiva e a identidade cultural dentro do ambiente universitário. Esse fenômeno ilustra como a UFAL não apenas se expande territorialmente, mas também busca se enraizar simbolicamente nas regiões onde atua, garantindo que sua presença seja percebida não apenas como um projeto educacional, mas como parte essencial do tecido social e cultural de Alagoas.

### 5.2.9 Promoção a justiça social

Uma das características fundamentais da toponímia crítica, conforme argumentam Rose-Redwood *et al.* (2010), é a compreensão de que a nomeação de lugares não ocorre de forma neutra, mas sim como resultado de relações sociais que podem tanto promover inclusão e acessibilidade quanto reforçar desigualdades e exclusões. A forma como os espaços são nomeados reflete dinâmicas de poder, disputas simbólicas e a maneira como determinadas populações e suas necessidades são reconhecidas (ou invisibilizadas) no espaço público e institucional.

No contexto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), essa abordagem se manifesta em nomeações que reforçam o compromisso da instituição com a justiça social e a equidade, como no caso da Sala de Autorregulação, na Faculdade de Medicina (FAMED), e da Sala Lilás, na Faculdade de Direito de Alagoas (FDA). Ambos os espaços desempenham um papel essencial na criação de ambientes inclusivos dentro da universidade, garantindo suporte a grupos historicamente vulnerabilizados.

A Sala de Autorregulação, localizada na FAMED, é um espaço voltado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Projetada para atender às necessidades sensoriais desses alunos, a sala conta com objetos multissensoriais e um ambiente cuidadosamente estruturado para proporcionar acolhimento e conforto. Sua função principal é servir como um local de suporte para estudantes que, diante de um episódio de desregulação sensorial, precisam de um espaço onde possam recuperar o equilíbrio antes de retornar às atividades acadêmicas. A existência dessa sala evidencia um avanço significativo na promoção da acessibilidade e inclusão no ensino superior, garantindo que estudantes com TEA tenham condições mais equitativas de permanência acadêmica.

Já a Sala Lilás, situada na FDA, tem como objetivo o acolhimento de mulheres vítimas de violência. Esse espaço busca oferecer um ambiente seguro e confidencial para acolher mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade. O nome “Lilás” remete à cor símbolo do movimento de enfrentamento à violência contra a mulher, reforçando o compromisso da universidade com o combate à violência de gênero e a criação de políticas de apoio às vítimas. Assim, a existência desse espaço transcende a mera designação física e se insere dentro de um contexto mais amplo de direitos humanos, políticas institucionais de proteção e empoderamento feminino.

Essas nomeações, portanto, possuem um forte caráter simbólico e socialmente engajado, pois não apenas identificam locais específicos dentro da universidade, mas também conferem visibilidade a demandas urgentes relacionadas à inclusão e proteção de minorias. Conforme aponta Rose-Redwood *et al.* (2010), a toponímia crítica analisa como a nomeação de lugares pode atuar tanto como um instrumento de poder quanto de resistência, definindo quais narrativas são reforçadas dentro de um espaço institucional. No caso da UFAL, a criação da Sala de Autorregulação e da Sala Lilás demonstra uma iniciativa concreta de valorização da diversidade e da dignidade humana, promovendo um ambiente universitário mais acolhedor e socialmente responsável.

Em suma, a nomeação desses espaços acadêmicos não é apenas um ato administrativo ou formal, mas um reflexo das lutas por direitos, reconhecimento e inclusão dentro da universidade. Esses nomes carregam um peso simbólico fundamental, pois representam o compromisso da UFAL em garantir suporte a grupos historicamente marginalizados, fortalecendo sua identidade como um espaço de transformação social e de promoção da equidade.

Além das nomeações explicitamente voltadas à promoção da justiça social, há outras que também dialogam com essa temática, mas que foram inseridas na categoria de homenagem, como é o caso de Madre Zeli Perdigão, Maninha Xukuru e Marielle Franco. Essas figuras representam mulheres que desafiaram sistemas hegemônicos e lutaram por direitos fundamentais em diferentes contextos históricos, e sua presença no espaço acadêmico contribui para a valorização e a preservação dessas lutas. No entanto, essas nomeações foram classificadas como homenagens porque, antes de serem um instrumento direto de promoção da justiça social, funcionam como um tributo à memória dessas personalidades e à sua trajetória de resistência.

Madre Zeli Perdigão foi uma importante figura de oposição à repressão política na ditadura de Getúlio Vargas, atuando na defesa dos perseguidos políticos e na promoção de valores democráticos. Maninha Xukuru, por sua vez, liderou mobilizações pelos direitos dos povos indígenas e das mulheres, pautando-se na luta pela demarcação de terras e pelo reconhecimento da identidade e cultura dos povos originários. Marielle Franco, símbolo de resistência, dedicou sua trajetória à defesa das minorias sociais, da população negra, periférica e LGBTQIA+, tendo sido assassinada em um crime político que amplificou ainda mais a relevância de sua luta.

A existência desses nomes dentro da universidade carrega um peso simbólico fundamental, pois, conforme argumenta. No entanto, essas nomeações também podem ser alvo

de disputas e questionamentos, pois a toponímia nunca é um ato neutro, mas sim um campo de disputa política e simbólica, como destaca Alderman (2008). Nomear espaços universitários com referências a mulheres que desafiaram estruturas de poder pode provocar reações adversas e expor tensões entre diferentes setores da sociedade, demonstrando que a memória institucional não é estática, mas sim constantemente ressignificada.

Assim, embora tenham sido classificadas na categoria de homenagem, essas nomeações vão além de reconhecimento histórico, pois atuam como marcadores de resistência e referência para novas gerações. Em decorrência dessas nomeações que desafiam ideologias dominantes, Rose-Redwood *et al* (2010, p. 462) apresentam a metáfora de “arena cultural”, segundo os quais,

a metáfora da "arena cultural" enfoca a capacidade dos nomes de lugares de servirem como locais de contestação, debate e negociação à medida que os grupos sociais disputam o direito de nomear e, nas palavras de Don Mitchell (2008: 43), "o poder de definir os significados que devem ser lidos dentro e fora da paisagem.

Assim, essas arenas representam disputas pelo direito de nomear ou silenciar narrativas, evidenciando como a toponímia acadêmica atua tanto na preservação da memória quanto na contestação simbólica. Essas nomeações registram histórias de resistência ao mesmo tempo em que desafiam estruturas de poder, transformando os espaços universitários em territórios de disputa pela visibilidade ou tentativa de apagamento de determinadas narrativas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os processos de nomeação dos espaços acadêmicos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A partir de uma abordagem crítica, buscou-se identificar padrões e tendências que norteiam critérios e seleção de nomes desses espaços, além de compreender as relações de memória, identidade e poder que permeiam os atos de nomeação, refletindo como essas nomeações contribuem para a construção da identidade institucional e a memória coletiva da comunidade acadêmica alagoana.

A análise revelou uma série de semelhanças e diferenças entre os diferentes *campi* da UFAL e mesmo entre unidades acadêmicas dentro de um mesmo *campus*. Em especial, observou-se que, enquanto alguns *campi* apresentam nomeações que evocam figuras históricas, culturais e simbólicas, outros priorizam uma abordagem mais pragmática, com nomes alfanuméricos e genéricos. Essa discrepância pode ser atribuída a uma série de fatores, como a organização administrativa, a fase de desenvolvimento dos *campi* e as políticas institucionais adotadas, que, em muitos casos, ainda carecem de uma centralização para a nomeação de espaços. Além disso, as influências externas, como parcerias privadas e projetos de comodificação simbólica, também foram identificadas, sugerindo que a dinâmica da universidade é, em certa medida, permeada por forças externas ao contexto acadêmico.

Outro ponto importante que emergiu da pesquisa foi a pouca representatividade em muitas das nomeações em algumas unidades acadêmicas, especialmente no que diz respeito a grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas, porém outras unidades já revelam essa tendência de nomear espaços contestando ideologias dominantes e hegemonicamente estabelecidas. A predominância de homenagens a figuras institucionais e fundadoras da universidade, como na Faculdade de Medicina, revela um esforço pela preservação da memória institucional, mas também aponta para um certo distanciamento de questões sociais mais amplas, como a promoção da diversidade e da justiça social. Nesse sentido, a análise mostrou que a universidade ainda possui um longo caminho a percorrer no sentido de equilibrar a representação simbólica e a inclusão de diferentes narrativas e identidades.

Por fim, destaca-se que, embora esta pesquisa tenha proporcionado uma visão abrangente sobre os processos de nomeação e as dinâmicas institucionais que os envolvem, ela é fruto de uma investigação de caráter inovador, cujas limitações podem ser futuramente debatidas. O campo da toponímia acadêmica brasileira é pouco abordado na literatura, o que pode ter gerado lacunas em determinados aspectos da análise. Contudo, essas lacunas abrem

caminho para investigações que aprofundem e expandam os temas aqui discutidos, como a compreensão sobre como os processos de nomeação contribuem para a construção da memória e da identidade institucional de universidades e da sociedade brasileira como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALDERMAN, D. H. *Place, Naming, and the Interpretation of Cultural Landscapes*. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. (ed.). *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Ashgate Press, 2008. p. 195-213.

ALDERMAN, D. H. *Street Names as Memorial Arenas: The Reputational Politics of Commemorating Martin Luther King Jr. in a Georgia County*. In: *Historical Geography*, v. 30, 2002, p. 99-120.

ALDERMAN, Derek H. *Street names as memorial arenas: The reputational politics of commemorating Martin Luther King Jr. in a Georgia county*. In: BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHU, Jani (eds.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Farnham: Ashgate, 2009. p. 179-194.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Notícias sobre educação e sociedade*. Disponível em: <https://adufal.org.br/Conteudo/5809=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AZEVEDO, João (Coord.). *Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico*. Maceió: EDUFAL, 1982. 775 p.

CONSELHO INDÍGENA DO MUNDO INTERIOR (CIMI). *Dia Internacional da Mulher: A memória e a luta de Maninha Xukuru-Kariri, guerreira, intelectual e feminista*. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/03/dia-internacional-da-mulher-a-memoria-e-a-luta-de-maninha-xukuru-kariri-guerreira-intelectual-e-feminista/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BARBALHO, José Ivamilson Silva (Org.). *10 anos da UFAL Campus Sertão*. Maceió: EDUFAL, 2021. ISBN 978-65-5624-078-7.

BERG, L.; VUOLTEENAHU, J. (eds.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Ashgate, Farnham, 2009.

AZARYAHU, Maoz. *Naming the past: The meaning of commemorative street names*. In: BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHU, Jani (eds.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Farnham: Ashgate, 2009. p. 153-178.

BERG, Lawrence D. *Naming as norming: "Race", gender, and the politics of place naming in Aotearoa/New Zealand*. In: BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHU, Jani (eds.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Farnham: Ashgate, 2009. p. 137-152.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2021.

CARVALHINHOS, Patrícia. *Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. Língua e Literatura (USP)*, v. 27, p. 299-309, 2011.

CARVALHINHOS, Patrícia. *Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória*. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2003.

CARVALHINHOS, Patrícia. *Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): combatendo o apagamento toponímico*. *Apropos* [Perspektiven auf die Romênia], Hamburgo, v. 8, p. 14-30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>. Acesso em: 3 jan. 2025.

CARVALHINHOS, Patrícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *Conservare ut meminisce: os limites do politicamente correto nas ruas de São Paulo*. In: BERLINCK, Rosane de Andrade; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (orgs.). *História do Português Paulista: Estudos - 6. Série Trilhas Linguísticas*. Cultura Acadêmica Editora, 2020.

CARVALHINHOS, Patrícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; LIMA, A. *The ideological function in names of public spaces in the city of Sao Paulo, Brazil*. *Onomastica Uralica*, Debrecen, v. 14, p. 93-110, 2018. Disponível em: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou14/08.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CARVALHINHOS, Patrícia; SANTOS, Cezar Alexandre Neri. *Os nomes próprios entre o logos e a práxis. A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira. Domínios da Linguagem*, Uberlândia, v. 15, n. 2, abr.-jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/61071/31879>. Acesso em: 28 set. 2023.

CASTRO, Maria Célia Dias de; PIOVESAN, Marta Helena Facco. *Representação identitária, de memória e de retomada da história: topônimos de logradouros públicos da cidade de Balsas - MA*. *Onomástica Desde América Latina*, v. 2, n. 4, p. 32-53, jul.-dez. 2021. ISSN 2675-2719. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/odal.v0i0.27324>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. Annablume: São Paulo, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Os nomes como marcadores ideológicos*. São Paulo: USP/FFLCH, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990.

DURHAM, Eunice R. *Ensino Superior Público e Privado no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora UNESP; Editorial Boitempo, 1997.

FAGGION, Carmen Maria et al. *Ideologias no ato de nomear revelando mudanças nas relações de poder de uma sociedade*. *Revista Entreletras*, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago.-dez. 2013.

GIMÉNEZ, Gilberto. *Cultura, identidade e memória*. *Fronteira Norte*, v. 41, jan.-jun. 2009.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. Tradução do original francês *La mémoire collective*.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. *A histórica jornada da Fundação da Faculdade de Medicina de Alagoas*. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-historica-jornada-da-fundacao-da-faculdade-de-medicina-de-alagoas.html#:~:text=Assim%2C%20no%20dia%203%20de,que%20cuidaria%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADica>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INFORMAÇÃO E NOTÍCIAS INFORNET. *Exposição retrata os 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*. Disponível em: <https://infor.net.com.br/noticias/cultura/exposicao-retrata-os-80-anos-da-ordem-dos-advogados/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Relatório técnico elaborado para o MEC/DAU/Codemor*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Adriana; CARVALHINHOS, Patrícia. *Toponymic Inflation: When the Politics Dilates Names. The Bridges of São Paulo (São Paulo, Brazil)*. *Onomastica Uralica*, Debrecen-Helsinki, v. 12, p. 405-414, 2018. Disponível em: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou12/28.pdf>.

MELO, Carlos. *Carlos Melo Escultor*. Disponível em: <https://carlosmeloescultor.tripod.com/id10.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MONTEIRO, Diana. "A Universidade brota da pedra e da caatinga." *Universidade Federal de Alagoas*, 5 mar. 2010. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2010/03/a-universidade-brota-da-pedra-e-da-caatinga>. Acesso em: 5 fev. 2025.

NOCERA, Pablo. *Memória e as leis da ideação coletiva: Maurice Halbwachs e a atualização do programa sociológico durkheimiano*. In: V Congresso de Jovens Pesquisadores, Instituto de Pesquisa Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, 2009.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flauman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, pág. 200-212, 1992.

ROSE-REDWOOD, Reuben S.; ALDERMAN, Derek H.; AZARYAHU, Maoz. *Geographies of Toponymic Inscription: New Directions in Critical Place-Name Studies*. Progress in Human Geography, v. 34, n. 4, p. 453–470, 2010. DOI: 10.1177/0309132509351042.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Robson Santos. *A toponímia dos assentamentos rurais em Sergipe: denominação, memória e ideologia*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Orientador: Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos.

SMITH, Jaqueline. *The politics of "race" and residence in Britain*. In: BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHU, Jani (ed.). *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*. Farnham: Ashgate, 2009. p. 253-268.

SOUSA, Alexandre Melo de; DARGEL, Ana Paula T. P. *Caminhos da toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick*. Revista GTLex, Uberlândia, v. 6, n. 1. julho-dezembro de 2020.

SOUZA, F. W. de. A. de Castro; T. L. Ferreira. Política e cidadania em tempos de crise: uma análise da relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. *Revista de Ciências Políticas*, v. 12, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9xnrrxw3Gfw4VHkLQdzM3hn/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

TRIBUNA HOJE. *UFAL completa seis décadas de evolução, conquistas e muita história*. *Tribuna Hoje*, 24 jan. 2021. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/01/24/76911-ufal-completa-seis-decadas-de-evolucao-conquistas-e-muita-historia>. Acesso em: 5 fev. 2025.

UNICAMP. *Mulheres na Filosofia: Rosa Luxemburgo*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/rosa-luxemburgo/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *O livro dos 50 anos*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Arapiraca*. Disponível em: <https://arapiraca.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Campus Do Sertão*. Disponível em: <https://campusdosertao.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *CECA*. Disponível em: <https://ceca.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *CEDU*. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *CTEC*. Disponível em: <https://ctec.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *EENF*. Disponível em: <https://eenf.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FALE*. Disponível em: <https://fale.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FANUT*. Disponível em: <https://fanut.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FAU*. Disponível em: <https://fau.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FAMED*. Disponível em: <https://famed.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FOUFAL*. Disponível em: <https://foufal.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *FSSO*. Disponível em: <https://fssouf.al.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IC*. Disponível em: <https://ic.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *ICAT*. Disponível em: <https://icat.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *ICBS*. Disponível em: <https://icbs.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *ICF*. Disponível em: <https://icf.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *ICS*. Disponível em: <https://ics.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IEFE*. Disponível em: <https://iefe.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IGDEMA*. Disponível em: <https://igdema.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *ICHCA*. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IM*. Disponível em: <https://im.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IQB*. Disponível em: <https://iqb.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *IP*. Disponível em: <https://ip.ufal.br/pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *RADAR*. Disponível em: <https://www.radar.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Usina Ciência*. Disponível em: <https://usinaciencia.ufal.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Museu Theo Brandão*. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/extensao/equipamentos-culturais/museus/museu-theo-brandao>. Acesso em: 13 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Carcinologia*. Disponível em: <https://mhn.ufal.br/acervo/carcinologia>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VILANOVA, Roberto. *Braskem: uma bomba que vai destruir qualquer dia desses*. Blog do Bob, 23 maio 2011. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2011/05/23/braskema-bomba-que-vai-explodir-qualquer-dia-desses>. Acesso em: 31 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2024*. Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/quem-somos>. Acesso em: 5 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Centro de Tecnologia (CTEC) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) 2012*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Faculdade de Direito de Alagoas (FDA) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento do Campus de Arapiraca 2024-2027*. Arapiraca/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento do Campus do Sertão 2024-2027*. Delmiro Gouveia/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU da Faculdade de Medicina (FAMED/UFAL) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU da Faculdade de Nutrição 2013-2017*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU da Faculdade de Odontologia 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – PDU FEAC*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU da Faculdade de Letras (FALE) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – Instituto de Física (PDU IF) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – Faculdade de Serviço Social (FSSO) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade – Instituto de Ciências Farmacêuticas (ICF) 2024-2028*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Instituto de Química e Biotecnologia (PDU IQB) 2012*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Instituto de Psicologia (PDU IP) 2024*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (PDU IGDEMA) 2013-2017*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (PDU ICHCA) 2024-2027*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Plano de Desenvolvimento da Unidade - Instituto de Matemática (PDU IM) 2022-2026*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI): 1963-1968. Maceió: UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Lista de doutores honoris causa no 50º aniversário da UFAL. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2011/08/relembre-os-201cdoutores-honoris-causa201d-nos-50-anos-da-ufal/lista-de-homenageados-com-titulos-academicos-na-ufal.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Político Pedagógico - Curso de Direito (2019.2). Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://www.ufal.br/ppgdireito>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Lamenta falecimento da professora Emérita Adair Pimentel Palácio. Agência UFPE de Notícias. Disponível em: [https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset\\_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-lamenta-falecimento-da-professora-emerita-adair-pimentel-palacio/40615](https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-lamenta-falecimento-da-professora-emerita-adair-pimentel-palacio/40615). Acesso em: 10 fev. 2025.

UOL NOTÍCIAS. Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VLASMAN, Petrus Maria; BOAVENTURA, Edivaldo Machado; AHRENS, Ernesto Guilherme; SILVA, Jorge Ferreira da; ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Estrutura e organização administrativa das atividades-meio para universidade de pequeno porte*. Rio de Janeiro:

**APÊNDICE**  
**APÊNDICE A**

No caso de não ter conseguido as informações necessárias na primeira visita de observação, foram enviados e-mails para as unidades acadêmicas para que as informações fossem disponibilizadas, e para que fosse feito o acompanhamento e organização da coleta de dados, foi organizado seguinte quadro:

Quadro 6 –Registro da pesquisadora de acompanhamento de retorno de informações de dados institucionais por Unidade

<b>UNIDADE</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>RECEBIDO</b>	<b>NÃO RECEBIDO</b>	<b>OBS.:</b>
Campus Arapiraca	Enviado	x		
Unidade de Penedo	Enviado	x		
Unidade de Palmeira dos Índios	Enviado	x		
Campus do Sertão	Enviado	x		
Unidade de Santana do Ipanema	Enviado		x	Não obtivemos resposta, mas em visita de observação foi possível notar que os espaços seguem o padrão de nomeação de espaços por siglas.
Campus CECA	Enviado		x	Tem o mapa, mas não tem a descrição dos nomes de todos os lugares
Unidade de Viçosa				
Centro de Educação - CEDU	Enviado		x	Informações coletadas <i>in loco</i>
Centro de Tecnologia - CTEC	Enviado		x	Informações coletadas no PDU
Escola de Enfermagem - EENF	Enviado		x	Informações coletadas <i>in loco</i>
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU	Enviado		x	Informações coletadas no PDU
Faculdade de Direito - FDA	Enviado	x		Não há lugares com nomeações específicas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC	Enviado		x	Informações coletadas no PDU
Faculdade de Letras - FALE	Enviado	x		
Faculdade de Medicina - FAMED	Enviado		x	Informações coletadas <i>in loco</i>
Faculdade de Nutrição - FANUT	Enviado	x		

Faculdade de Odontologia - FOUFAL	Enviado	x		
Faculdade de Serviço Social - FSSO	Enviado	x		
Instituto de Ciências Atmosféricas - ICAT	Enviado		x	Não dispõe de PDU no site.
Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - ICBS	Enviado	x		
INSTITUTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - ICF	Enviado		x	Informações coletadas <i>in loco</i>
Instituto de Ciências Sociais - ICS	Enviado	x		
Instituto de Computação - IC	Enviado	x		
Instituto de Física - IF	Enviado		x	Informações coletadas no PDU
Instituto de Educação Física e Esporte - IEFÉ	Enviado	x		
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA	Enviado	x		
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes - ICHCA	Enviado		x	Informações coletadas <i>in loco</i>
Instituto de Matemática - IM	Enviado	x		
Instituto de Química e Biotecnologia - IQB	Enviado		X	Informações coletadas no PDU
Instituto de Psicologia - IP	Enviado		x	Informações coletadas no PDU
Biotério Central	Enviado		x	
Biblioteca	Enviado	x		Há apenas o memorial Arthur Ramos dentro da biblioteca
Coordenadoria Institucional de Educação à Distância - CIED	Enviado	x		
Editora Universitária - EDUFAL	Enviado		x	
Hospital Universitário - HU	Não se aplica	não se aplica	não se aplica	Para qualquer tipo de pesquisa no HU, deve ser criado anteriormente um cadastro no site. Nenhuma pesquisa pode ser feita lá sem a autorização de uma comissão através da submissão a esse cadastro.
Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI	Enviado		x	
Laboratório de computação científica e visualização - LCCV	Enviado	x		